

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **1S26**



Sumário

Carta ao Leitor	3
Panorama Econômico	5
Rede de Atendimento	6
Atendimentos	6
ASG - Ambiental, Social e Governança	7
Governança Corporativa	9
Desempenho Econômico-Financeiro	10
Resultado Financeiro	10
Patrimônio Líquido	11
Desempenho Operacional	11
Contratação Geral	11
Fomento Contratado ¹	12
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO	12
Apoio aos Pequenos Negócios	13
PRONAF	13
Microcrédito Produtivo Orientado – MPO	14
Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais – MPEIs ¹	14
Crédito Comercial	14
Receitas de Tarifas Bancárias	15
Receitas de <i>Del Credere</i>	15
Receitas de Prestação de Serviço - RPS	15
Despesas Administrativas	16
Inadimplência	17
Gestão de Capital	18
Gestão de Pessoas	19
Tecnologia, Inovação e Transformação Digital	21
Ouvidoria	22
Segurança Corporativa	22
Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender ao Interesse Público	23
Auditoria Independente – PwC	23



Lucro Líquido
R\$ 353,1 Mi
 ↓ 38,6%
 1S26/1S25



Patrimônio Líquido
R\$ 7,3 Bi
 ↑ 3,5%
 Jun26/Jun25



Carteira de Crédito Total¹
R\$ 67,3 Bi
 ↑ 7,1%
 Jun26/Jun25



ROAE
12,4%
 ↓ 4,97 p.p.
 Jun26/Jun25



Índice de Basileia
13,02%
 ↓ 0,98 p.p.
 Jun26/Jun25



Inadimplência Geral
6,01%
 ↑ 2,72 p.p.
 Jun26/Jun25

Prezados Acionistas e Público em Geral,

Apresentamos os resultados referentes ao primeiro semestre de 2026 (1S26), período em que mantivemos a execução do nosso Programa de Transformação e o compromisso de impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O ambiente econômico no semestre permaneceu desafiador, marcado por condições financeiras restritivas, pressão sobre custos e maior seletividade de crédito em determinados segmentos da economia regional, especialmente no agronegócio. Diante desse cenário, conciliamos a expansão responsável dos negócios com o reforço da disciplina na gestão de riscos.

Encerramos o período com Lucro Líquido de R\$ 353,1 milhões, retração de 38,6% em relação ao 1S25. O resultado foi impactado, principalmente, pela elevação das Perdas Esperadas para Ativos Financeiros, que somaram R\$ 1,3 bilhão, aumento de 146,7% na comparação anual. Esse movimento decorre da avaliação prudencial dos riscos de crédito em um contexto de maior pressão sobre a capacidade de pagamento de parte dos clientes e dos efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabeleceu critérios mais rigorosos para classificação, mensuração e provisionamento das operações, particularmente nas exposições renegociadas ou com sinais de deterioração de risco.

A inadimplência geral encerrou o semestre em 6,01%. Em resposta, fortalecemos as ações de prevenção, monitoramento e recuperação de crédito, com maior rigor na concessão e renovação de operações, aperfeiçoamento das exigências de garantias reais e intensificação do acompanhamento de clientes e setores mais sensíveis. Essas iniciativas refletem nossa prioridade de preservar a qualidade da carteira e criar condições para a melhoria gradual dos indicadores de risco e de rentabilidade, observada a evolução do ambiente econômico.

Embora o resultado operacional tenha sido impactado pelo forte aumento das perdas esperadas para ativos financeiros, os indicadores comerciais e operacionais evidenciam a capacidade do Banco de expandir negócios, preservar receitas e fortalecer sua presença regional. As Receitas da Intermediação Financeira atingiram R\$ 3,5 bilhões, com crescimento de 15,4% em relação ao 1S25, enquanto as Outras Receitas Operacionais alcançaram R\$ 1,7 bilhão, avanço de 15,2%. Nossa Carteira de Crédito Total atingiu R\$ 67,3 bilhões, expansão de 7,1% em doze meses, reafirmando o nosso papel como indutor do desenvolvimento regional, com responsabilidade e seletividade na alocação de recursos.

O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 7,3 bilhões, crescimento de 3,5% frente ao 1S25. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 12,4%, refletindo, no resultado do período, a postura prudencial da administração ao reforçar as provisões sobre as Perdas Esperadas para Ativos Financeiros. O Índice de Basileia encerrou o semestre em 13,02%, praticamente estável em relação ao 1T26, preservando a

Nota: ¹Carteira de Crédito Total (saldo): composta pela Carteira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); Carteira Comercial; e Carteira dos Demais Fundos.

capacidade de capital necessária à continuidade das operações e à execução responsável de nossa estratégia.

No âmbito da agenda Ambiental, Social e de Governança (ASG), seguimos aprofundando a integração entre sustentabilidade, inclusão produtiva e desenvolvimento regional. As linhas verdes do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) somaram R\$ 4,7 bilhões em contratações no semestre, equivalentes a 68,6% do total contratado com recursos do Fundo. Esse desempenho reafirma nosso propósito de mobilizar recursos para cadeias produtivas sustentáveis, crédito de impacto, transição energética e conservação ambiental na Amazônia Legal.

Para o segundo semestre, permaneceremos concentrados na gestão ativa da qualidade do crédito, no avanço da transformação tecnológica, no fortalecimento da eficiência operacional e na ampliação de soluções financeiras sustentáveis. Com disciplina, proximidade com os clientes e foco na execução, seguiremos trabalhando para fortalecer a geração de valor de longo prazo e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores, cujo empenho é fundamental para a continuidade de nossa missão de impulsionar quem cria o futuro da Amazônia.

Atenciosamente,

A Administração.

Panorama Econômico

Os indicadores conjunturais apontaram desempenho moderado da atividade econômica regional, em ambiente marcado pela sustentação do emprego formal e por pressões sobre preços essenciais. Na Região Norte, a dinâmica econômica permaneceu influenciada pelos setores de mineração, indústria de transformação, agronegócio e serviços, além dos custos logísticos e de circulação de mercadorias e insumos, fatores que condicionaram o comportamento dos preços e da atividade na Amazônia Legal.

Os indicadores regionais seguiram apontando pressão sobre os preços dos alimentos. Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), quase todas as capitais da Região Norte registraram alta no valor da cesta entre maio de 2025 e maio de 2026, com variações entre 0,79%, em Boa Vista, e 7,04%, em Macapá. Os menores valores médios foram observados em Rio Branco, R\$ 689,1, e Porto Velho, R\$ 689,9.

No mercado de trabalho, a Região Norte manteve saldo positivo de empregos formais, favorecendo a sustentação da renda e do consumo das famílias. Segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), entre janeiro e maio de 2026, foram gerados 32 mil empregos formais na região, com destaque para o Pará, responsável por 36% desse total. Apenas em maio, o saldo regional foi de 5.061 postos de trabalho, resultado de 105.501 admissões e 100.440 desligamentos.

Os indicadores de inflação regional, calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que Belém registrou variação de 0,5% em maio e acumulado de 4,6% em doze meses, de maio de 2025 a maio de 2026. Em Rio Branco, a variação foi de 0,6% no mês e de 4,9% no acumulado em doze meses, reforçando o cenário de pressão sobre preços relevantes para o orçamento das famílias. No plano nacional, a atividade econômica manteve trajetória positiva, impulsionada principalmente pelo setor de serviços, pelo consumo das famílias e pela resiliência do mercado de trabalho. No campo inflacionário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou 4,72% em doze meses até maio, permanecendo acima da meta de inflação.

Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom), órgão do Banco Central do Brasil (BACEN), deu sequência ao ciclo de calibração da política monetária e reduziu a taxa Selic, para 14,25% ao ano. A decisão ocorreu em ambiente de inflação ainda pressionada, com o índice acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta e expectativas ainda desancoradas. Segundo o BACEN, a condução da política monetária permaneceu condicionada à evolução dos preços, das expectativas, do mercado de trabalho e dos riscos associados ao cenário externo.

No cenário internacional, o ambiente econômico foi marcado por crescimento moderado, tensões comerciais persistentes, incerteza geopolítica e maior seletividade financeira. As estimativas recentes indicaram expansão da economia mundial de 3,3%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), e de 2,7%, conforme o Banco Mundial. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projetou inflação de 4,0% para o G20 em 2026, em ambiente ainda sujeito a riscos associados às tensões geopolíticas, aos custos comerciais, à volatilidade de commodities e às incertezas de política econômica.

Rede de Atendimento

Atuamos nos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), bem como na cidade de São Paulo/SP, e mantemos uma unidade representativa em Brasília/DF. Fechamos o 1S26 com uma estrutura de rede de atendimento formada por 124 agências, sendo 95 agências tradicionais e 29 agências de negócios. Essa mudança trouxe mais eficiência, redução de custos e uma estrutura mais enxuta e moderna. O movimento, caracterizado pela redução de agências tradicionais e pela expansão de unidades no modelo de agências de negócios, está alinhado ao reposicionamento institucional para um formato mais eficiente, digital e centrado na experiência do cliente. Contamos também com 169 Unidades de Microfinanças - UMFs do Programa BASA Acredita.

124 Agências

95 Agências tradicionais

29 Agências de negócios

169 UMFs BASA Acredita

112 urbanas

57 rurais

09 Estados

da Amazônia Legal

2.913

Empregados

Atendimentos

A base de contas correntes ativas apresentou crescimento no 1S26, alcançando 549,1 mil contas, o que representa expansão de 15,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho evidencia o fortalecimento do relacionamento com os clientes, a ampliação da presença comercial da Instituição e os avanços obtidos com as estratégias de segmentação.

O segmento de Pessoas Físicas permaneceu como principal componente da base de contas correntes, totalizando 463,4 mil contas ativas, crescimento de 15,3% em comparação ao 1S25. Já o segmento de Pessoas Jurídicas atingiu 85,7 mil contas ativas, com expansão de 18,7%, refletindo o fortalecimento da atuação junto ao público empresarial e a ampliação das oportunidades de relacionamento.

No período, a base total de clientes alcançou 1,32 milhão, crescimento de 11,9% em relação ao 1S25. A evolução foi impulsionada pelo avanço da carteira de Pessoas Físicas, que cresceu 11,3%, e, principalmente, pela expansão da carteira de Pessoas Jurídicas, que registrou aumento de 65,6%, demonstrando maior alcance institucional junto a esse segmento.

Nos canais de atendimento, foram realizadas 6,5 milhões de transações no 1S26, crescimento de 6,4% em relação ao 1S25. O avanço da digitalização também se refletiu na ampliação dos dispositivos habilitados, que chegaram a 94,9 mil, com crescimento de 55,9%. O *mobile banking* vem se consolidando como principal canal digital, com mais de 5,6 milhões de transações e expansão de 12,1% no semestre. Em sentido oposto, os canais tradicionais apresentaram redução no volume de operações, com queda de 22,0% no atendimento físico, 16,8% nos “Caixas Eletrônicos BASA” e 25,9% no internet banking, evidenciando a migração gradual dos clientes para canais móveis e soluções digitais mais ágeis. Ainda assim, o atendimento presencial permanece relevante para clientes que demandam orientação direta, relacionamento próximo e atendimento personalizado.

ASG - Ambiental, Social e Governança

Avançamos na consolidação da nossa agenda ASG, fortalecendo a integração entre sustentabilidade, desenvolvimento regional, governança corporativa e geração de impacto na Amazônia Legal. Mantivemos a atuação orientada à ampliação de iniciativas capazes de combinar conservação ambiental, inclusão produtiva e destinação de recursos para projetos alinhados a uma economia mais sustentável.

Nesse contexto, seguimos aprimorando nossa atuação em finanças sustentáveis, com destaque para a aplicação de recursos em negócios verdes, crédito de impacto, cadeias produtivas sustentáveis e iniciativas voltadas à rastreabilidade socioambiental. No âmbito do FNO, as linhas verdes mantiveram papel central na carteira, com R\$ 4,7 bilhões contratados no 1S26, equivalentes a 68,6% do total contratado com recursos do Fundo.

Na frente de conservação ambiental e inclusão produtiva, permanecemos atuando no Programa Floresta+, como agente financeiro responsável pela viabilização do repasse de recursos a provedores de serviços ambientais. Até o período, foram preservados aproximadamente 152 mil hectares, com pagamento acumulado de R\$ 30 milhões, cadastrando mais de 10 mil agricultores familiares aptos a participar do programa, especialmente em territórios vulneráveis, junto à agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Agenda de Transição Energética

No 1S26, seguimos apoiando a transição energética na Amazônia Legal por meio de financiamentos voltados à eficiência energética e à geração de energia a partir de fontes renováveis. Nesse contexto, as contratações do FNO Energia Verde – Pessoa Física totalizaram R\$ 11,0 milhões, montante equivalente a 99,4% do valor contratado no mesmo período de 2025, demonstrando estabilidade da demanda por soluções sustentáveis e aderência do produto às nossas diretrizes socioambientais.

Desenvolvimento e Sustentabilidade no Campo

O desenvolvimento sustentável no campo é essencial para fortalecer a agenda ASG na Amazônia Legal, pois conecta inclusão produtiva, modernização das atividades rurais, apoio à agricultura familiar, estímulo à inovação e acesso a soluções financeiras capazes de gerar valor econômico, social e ambiental, razão pela qual ampliamos nossa presença junto ao setor produtivo rural, com participação em 18 feiras agropecuárias, realizadas em 7 estados da área de atuação, com destaque para “Agrotins”, “Agrobalsas” e “Rondônia Rural Show”, eventos que alcançaram, em conjunto, mais de R\$ 1,2 bilhão em prospecção de negócios e permitiram reforçar nossa atuação junto a produtores rurais, agricultores familiares, microempreendedores e empresários, por meio de soluções de crédito voltadas ao custeio, investimento, modernização produtiva, energia verde e capital de giro, em linha com nosso papel de agente financeiro do desenvolvimento sustentável da região.



Resultados ASG

Volume de Contratação
1S26/1S25



Municípios em Faixa de Fronteira¹

R\$ 1,7 BI

▽ 46,9%



Linhas Verdes²

R\$ 4,7 BI

▽ 16,1%



Municípios de Baixa e Média Renda³

R\$ 4,0 BI

▽ 51,8%

A redução em parte das contratações ASG no 1S26 reflete o cenário mais desafiador para o setor rural, marcado por aumento dos custos de produção e maior seletividade na concessão de crédito.

Sonhar. Mover. Impactar.

BASA Acredita
Pra Elas

R\$ 92,4 MI

△ 40,8%

1S26/1S25



Nota: os valores destacados não são cumulativos.

¹**Municípios de Faixa de Fronteira:** Situados dentro da área de 150 km ao longo das fronteiras terrestres brasileiras, com tratamento especial pela legislação em conformidade com metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

²**Linhas Verdes:** são linhas de crédito voltadas para o financiamento de projetos sustentáveis, que promovem a preservação ambiental.

³**Municípios de Baixa e Média Renda:** são categorizados com base na renda per capita e nos indicadores socioeconômicos de seus habitantes, conforme metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR

Governança Corporativa

Mantivemos, ao longo do 1S26, o compromisso com a independência decisória, a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa. Esses princípios orientam nossa atuação e fortalecem a integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança aos processos de gestão e tomada de decisão, em conformidade com os requisitos regulatórios e com as expectativas das partes interessadas.

Permanecemos classificados no Nível 1 do Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), instrumento de acompanhamento que avalia a adoção das melhores práticas de governança e o atendimento aos requisitos estabelecidos pela legislação aplicável, pelas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) e pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse reconhecimento reforça a consistência do nosso modelo de governança e o compromisso com elevados padrões de integridade, transparência e gestão responsável.

Entre os principais avanços do semestre, destacaram-se a atualização da metodologia de avaliação da Alta Administração e dos comitês de assessoramento, a revisão da Política de Indicação e Sucessão de Administradores e a aprovação dos planejamentos anuais da Auditoria Interna e da Corregedoria. Também foram apreciadas as Demonstrações Financeiras e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2026 e o Relatório Circunstanciado das atividades e dos resultados do FNO.

A atuação dos órgãos estatutários foi apoiada pelo acompanhamento contínuo dos ambientes de controles internos, conformidade, riscos, auditoria e integridade. As iniciativas desenvolvidas no semestre contribuíram para o aperfeiçoamento dos processos decisórios, o fortalecimento da supervisão institucional e a manutenção da aderência às normas aplicáveis, preservando a segurança, a solidez e a sustentabilidade dos negócios.

Assembleia Geral de Acionistas

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros, sendo 3 (três) indicados pela União e 1 (um) pelos acionistas minoritários.

Conselho de Administração

Composto de 7 (sete) membros, 4 (quatro) indicados pela União, sendo 3 (três) indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda e 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; 1 (um) representante dos empregados; 1 (um) representante dos acionistas minoritários; e o Presidente do Banco como membro nato.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente do Banco e 5 (cinco) Diretores Executivos.

Comitê de Auditoria

Composto por 3 (três) membros independentes.

Comitê Estratégico de Crédito, Riscos e de Capital

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Comitê Estratégico ASG

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Comitê Estratégico de Inovação e Tecnologia

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

Composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente.

Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado Financeiro

No 1S26, o desempenho foi marcado pelo crescimento das receitas e pela expansão das atividades operacionais. Entretanto, o aumento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a elevação das despesas operacionais e das provisões contribuíram para a redução do lucro líquido na comparação com o 1S25.

As Receitas da Intermediação Financeira alcançaram R\$ 3,5 bilhões, crescimento de 15,4% em relação aos R\$ 3,0 bilhões registrados no 1S25. Esse avanço evidencia a expansão da carteira de crédito, o aumento do volume de operações e a maior geração de receitas vinculadas às atividades financeiras.

As Despesas da Intermediação Financeira aumentaram 17,7%, totalizando R\$ 2,5 bilhões, indicando relativa estabilidade da margem antes dos efeitos das perdas esperadas com ativos financeiros.

A Margem Financeira Bruta atingiu R\$ 1,0 bilhão no 1S26, registrando crescimento de 13,0% em comparação ao 1S25. Esse desempenho reflete a evolução positiva das operações de intermediação financeira e demonstra nossa capacidade de ampliar a geração de receitas financeiras.

Outro destaque positivo foi o crescimento de 15,2% das Outras Receitas Operacionais, que passaram de R\$ 1,5 bilhão no 1S25 para R\$ 1,7 bilhão no 1S26.

Apesar desses avanços, apresentamos redução no resultado líquido, que decorreu principalmente, do aumento de 146,7% das Perdas Esperadas para Ativos Financeiros, que atingiram R\$ 1,3 bilhão, comparativamente aos R\$ 527,8 milhões registrados no mesmo período do exercício anterior.

Mesmo diante dessas pressões, os resultados positivos observados no crescimento das receitas de intermediação financeira, na expansão das outras receitas operacionais e na reversão favorável das variações cambiais demonstram a capacidade de geração de negócios. As medidas de reforço da gestão de riscos, aprimoramento das garantias, maior rigor na concessão e renovação de crédito e intensificação das ações de acompanhamento e recuperação deverão contribuir para a melhoria gradual da qualidade da carteira, da inadimplência e da rentabilidade nos próximos períodos.

Resultados (MI R\$)	1S26	1S25	Var. (%)
Receitas da Intermediação Financeira	3.473,8	3.010,3	15,4%
Despesas da Intermediação Financeira	(2.476,3)	(2.103,6)	17,7%
Perdas Esperadas Para Ativos Financeiros	(1.302,1)	(527,8)	146,7%
Variações Cambiais (Líquidas)	18,4	(7,9)	333,9%
Resultado de Intermediação Financeira	(286,2)	371,0	-177,1%
Outras Receitas Operacionais	1.725,8	1.498,1	15,2%
Outras Despesas Operacionais	(1.013,6)	(819,3)	23,7%
Provisões	(429,3)	(350,5)	22,5%
Resultado Operacional	(3,2)	699,4	-100,5%
Resultado Não Operacional	0,3	0,5	-30,7%
Resultado Antes dos Tributos e Participações	(2,8)	699,9	-100,4%
Imposto de Renda e Contrib. Social S/ o Lucro	355,9	(124,7)	385,3%
Lucro Líquido	353,1	575,2	-38,6%

Nota: Constata-se, a partir da análise da tabela de resultados do 1S26, que foi apurado resultado operacional negativo no período, refletindo o desempenho das atividades operacionais. Entretanto, apuramos resultado líquido positivo, influenciado principalmente pelo reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

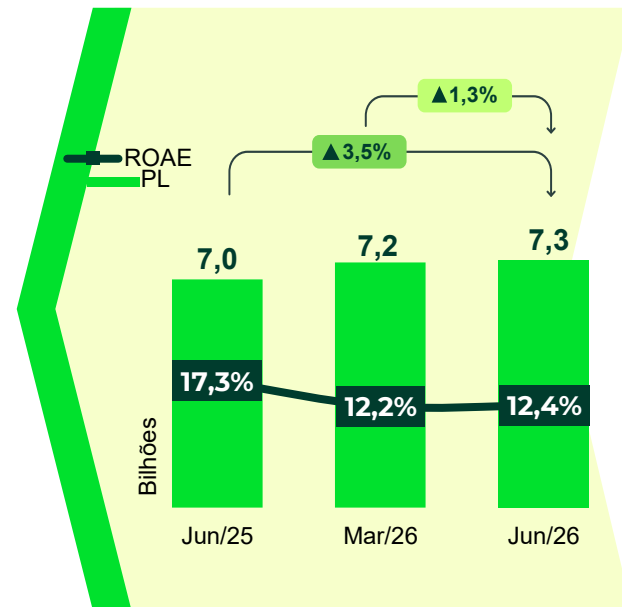
Esses ativos decorrem de prejuízos fiscais e de diferenças temporárias dedutíveis entre as bases contábil e fiscal, passíveis de compensação com obrigações tributárias futuras. Seu reconhecimento é realizado em conformidade com a legislação tributária vigente e com as normas contábeis aplicáveis, com base em estudos técnicos que demonstram a expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes para sua realização.

Dessa forma, verificamos que o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos contribuiu para compensar os efeitos do desempenho operacional desfavorável do período, exercendo impacto positivo e relevante sobre o resultado líquido do semestre.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (PL) atingiu R\$ 7,3 bilhões, representando crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando nossa solidez e a trajetória sustentável. Esse desempenho foi acompanhado pela expansão dos ativos totais, que somaram R\$ 67,4 bilhões, com avanço de 13,9% frente a jun/25. Por sua vez, o ROAE alcançou 12,4%, registrando redução de 4,97 p.p. na mesma base de comparação.

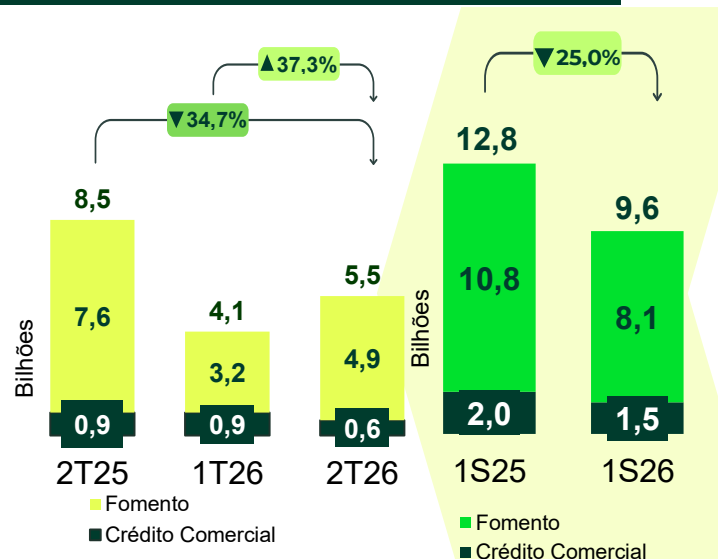
No período, realizamos o pagamento de dividendos complementares aos acionistas, no montante de R\$ 211,3 milhões, referentes ao exercício de 2025. A distribuição foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Após o pagamento adicional, o Patrimônio Líquido apresentou variação positiva, evidenciando a manutenção da solidez patrimonial.



Desempenho Operacional

Contratação Geral

No 1S26, as contratações de crédito de todas as fontes totalizaram R\$ 9,6 bilhões, redução de 25,0% em relação aos R\$ 12,8 bilhões registrados no mesmo período de 2025. As operações de fomento alcançaram R\$ 8,1 bilhões, retração de 25,0%, enquanto as contratações de crédito comercial somaram R\$ 1,5 bilhão, queda de 23,0%. O desempenho refletiu a adoção de critérios mais conservadores e seletivos na concessão de crédito, em um ambiente macroeconômico mais desafiador e de maior percepção de risco em determinados segmentos.



Apesar desse cenário, a carteira de crédito manteve trajetória de expansão e encerrou junho de 2026 com saldo de R\$ 67,3 bilhões, crescimento de 7,1% em relação aos R\$ 62,8 bilhões observados em junho de 2025. A carteira de fomento avançou 6,0%, para R\$ 61,5 bilhões, enquanto a carteira comercial cresceu 16,0%, alcançando R\$ 5,8 bilhões.

No período, entretanto, observou-se elevação da inadimplência em todos os segmentos. O índice consolidado passou de 3,29% para 6,01%, aumento de 2,72 p.p.

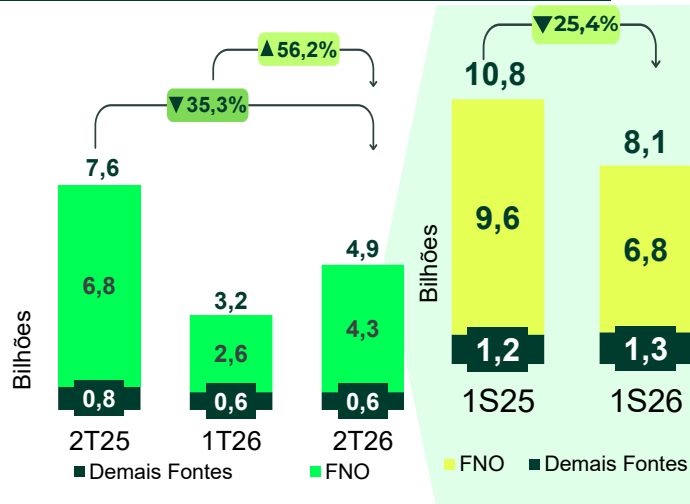
Diante desse contexto, a estratégia permaneceu direcionada ao aprimoramento dos critérios de concessão, ao reforço das ações de acompanhamento e recuperação de crédito e à priorização de operações com melhor relação risco-retorno e adequada estrutura de garantias, visando preservar a qualidade dos ativos, a solidez da carteira e a sustentabilidade dos resultados.

Fomento Contratado¹

No 1S26, as contratações de crédito de fomento totalizaram R\$ 8,1 bilhões, distribuídas em 61,4 mil operações, ante R\$ 10,8 bilhões e 36,5 mil operações no 1S25. Embora o volume financeiro tenha apresentado redução de 25,4%, o número de contratos cresceu 68,1%, evidenciando a ampliação do alcance do crédito, a maior pulverização das operações e o fortalecimento da nossa atuação institucional na região.

No período, foram atendidos 37,5 mil clientes, crescimento de 62,9% em relação aos 23,0 mil registrados no 1S25. Desse total, 17,7 mil eram clientes novos, quantidade 116,8% superior à observada no mesmo período do ano anterior. Ampliamos a participação de novos clientes, alcançando 47,3%, ante 35,5% no 1S25, contribuindo para o aumento da quantidade de contratos.

As operações alcançaram 639 municípios, ante 626 no 1S25. O tíquete médio passou de R\$ 296,8 mil para R\$ 131,7 mil, redução de 55,6%, movimento compatível com a maior dispersão dos recursos e a ampliação do atendimento a empreendimentos de menor porte.



Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO

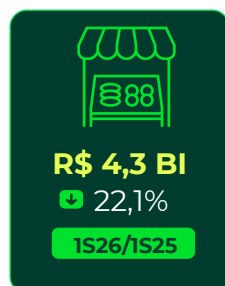


Somos o administrador exclusivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte e a redução das desigualdades regionais e intrarregionais. Anualmente, os recursos do Fundo são aplicados por meio dos Programas de Financiamento, em conformidade com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), bem como com as prioridades setoriais e espaciais definidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No 1S26, as contratações realizadas com recursos do FNO totalizaram R\$ 6,8 bilhões, ante R\$ 9,6 bilhões no 1S25, representando redução de 29,0%, equivalente a aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Apesar da retração no volume contratado, o FNO manteve-se como a principal fonte de recursos do crédito de fomento, respondendo por 84,5% das contratações realizadas no 1S26. No mesmo período de 2025, essa participação era de 88,8%, o que corresponde a uma redução de 4,3 p.p.

Os resultados reafirmam a relevância estratégica do FNO para o financiamento das atividades produtivas e para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Norte. Contudo, a redução do volume aplicado e da participação relativa do Fundo recomenda o acompanhamento da execução orçamentária, do fluxo de contratações e da formação da carteira ao longo do exercício.

Nota: 'Fomento Contratado': No âmbito do fomento contratado, organizamos nossa atuação a partir de diferentes formas de tratamento da informação, compreendendo fontes de recursos, diretrizes, programas, linhas de crédito, segmentos atendidos e modalidades de financiamento. O FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte) representa a principal fonte constitucional de recursos para o desenvolvimento produtivo da Região Norte, sendo aplicado conforme diretrizes do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional), prioridades da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e políticas como o Plano Safra, voltado ao crédito rural. Nesse contexto, programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), linhas de crédito específicas, segmentos como MPes (Micro e Pequenas Empresas) e MEIs (Microempreendedores Individuais), e modalidades como MPO (Microcrédito Produtivo Orientado) e Crédito Comercial permitem evidenciar a aplicação dos recursos sob diferentes ângulos. Essa organização não é única nem excludente, pois uma mesma operação pode gerar impactos e informações simultâneas em mais de um segmento, programa, linha ou modalidade.

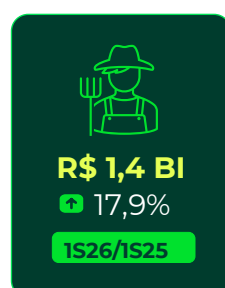
Apoio aos Pequenos Negócios



Alinhado às diretrizes do Governo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e o fortalecimento da inclusão produtiva, mantivemos nossa atuação relevante no apoio aos pequenos negócios no 1S26. As contratações totalizaram R\$ 4,3 bilhões, redução de 22,1% em relação ao 1S25.

Apesar da redução no valor contratado, a quantidade de operações apresentou crescimento expressivo de 73,3%, passando de 68,7 mil para 119,0 mil contratos. O desempenho evidencia a maior pulverização dos recursos e a ampliação do acesso ao crédito pelos pequenos empreendedores da região.

PRONAF

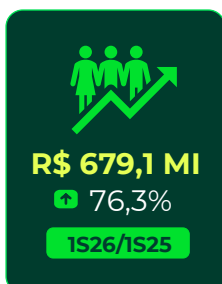


No 1S26, foi registrado avanço nas operações vinculadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), refletindo os efeitos positivos da implementação do novo modelo de segmentação, do fortalecimento da atuação comercial e da ampliação das estratégias de inclusão produtiva na Região. As contratações totalizaram R\$ 1,4 bilhão no período, representando crescimento de 17,9% em relação ao 1S25, quando havíamos alcançado R\$ 1,2 bilhão.

O desempenho operacional também apresentou evolução relevante nos principais indicadores de alcance e capilaridade. O número de contratos totalizou 45,7 mil operações, avanço de 69,0% em comparação às 27,0 mil operações realizadas no mesmo período do exercício anterior. Esse resultado, associado à redução de 30,3% do tíquete médio, que passou de R\$ 45,0 mil para R\$ 31,4 mil, evidencia maior pulverização do crédito e ampliação do acesso aos recursos por agricultores familiares e pequenos produtores rurais.

A base de clientes atendidos alcançou 24,9 mil no 1S26, frente a 17,1 mil no 1S25, expansão de 45,4%. Outro destaque foi a inclusão de 11,8 mil novos clientes no programa, crescimento de 58,3% em relação aos 7,5 mil registrados no mesmo período do ano anterior. Com isso, a participação de novos clientes na base atendida aumentou de 43,7% para 47,6%, avanço de 3,9 p.p., reforçando a expansão da atuação institucional e o fortalecimento das políticas de inclusão financeira e produtiva. A atuação do PRONAF alcançou 575 municípios no 1S26, ante 531 municípios no 1S25, representando crescimento de 8,3% e acréscimo de 44 municípios à cobertura do programa. Os resultados demonstram nossa presença territorial e ampliação do acesso ao crédito pelos agricultores familiares da Região.

Microcrédito Produtivo Orientado – MPO



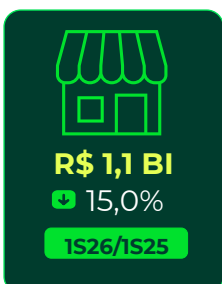
No 1S26, as contratações do Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) totalizaram R\$ 679,1 milhões, frente a R\$ 385,3 milhões no 1S25, representando crescimento de 76,3%. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pela expansão das operações realizadas com recursos do FNO, que passaram de R\$ 161,7 milhões para R\$ 458,4 milhões, avanço de 183,4% no período.

As operações realizadas com recursos próprios totalizaram R\$ 220,8 milhões no 1S26, ante R\$ 223,5 milhões no 1S25, com redução de 1,2%.

A quantidade de contratos aumentou 81,0%, passando de 31,3 mil operações no 1S25 para 56,6 mil no 1S26. No mesmo período, o tíquete médio permaneceu relativamente estável, passando de R\$ 12,3 mil para R\$ 12,0 mil, redução de 2,5%.

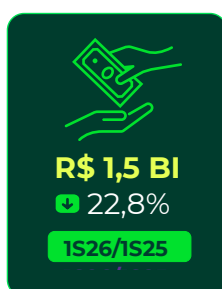
Os resultados evidenciam que a expansão do MPO ocorreu sem perda relevante do valor médio das operações, ampliando o acesso ao crédito orientado a microempreendedores e pequenos negócios. O crescimento reforça a contribuição do Banco para a inclusão financeira, a geração de renda e o fortalecimento das atividades produtivas na Região Amazônica.

Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais – MPEIs¹



No 1S26, foram destinados R\$ 1,1 bilhão às Micro e Pequenas Empresas e aos Microempreendedores Individuais (MPEIs), representando redução de 15,0% em relação ao 1S25. Desse total, R\$ 1,1 bilhão foi direcionado às MPE, com retração de 14,9%, enquanto as contratações destinadas aos MEI totalizaram R\$ 1,9 milhão, redução de 43,6% na mesma base de comparação.

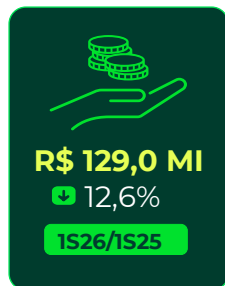
Crédito Comercial



As contratações de crédito comercial totalizaram R\$ 1,5 bilhão no primeiro semestre de 2026, redução de 22,8% em relação aos R\$ 1,9 bilhão registrados no mesmo período de 2025. No período, foram realizadas 21,5 mil operações, ante 25,8 mil no 1S25, representando redução de 16,4%. O número de clientes atendidos passou de 23,9 mil para 20,4 mil, queda de 14,9%. O tíquete médio das contratações também recuou 7,6%, passando de R\$ 74,9 mil para R\$ 69,2 mil. A diminuição do volume de operações respondeu por aproximadamente R\$ 316,8 milhões, equivalente a 72,1% da retração financeira, enquanto a redução do tíquete médio contribuiu com cerca de R\$ 122,8 milhões, ou 27,9%.

O desempenho refletiu a maior seletividade na concessão de crédito e a estratégia de recomposição da qualidade dos ativos, com ênfase na mitigação dos riscos da carteira, especialmente nos segmentos mais sensíveis às oscilações econômicas e financeiras. Paralelamente, foi mantido o direcionamento para linhas com maior potencial de retorno ajustado ao risco, como capital de giro e crédito empresarial estruturado, buscando conciliar rentabilidade, solidez da carteira e crescimento sustentável.

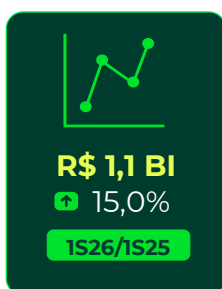
Nota: ¹MPEIs: Linha que utiliza como fonte o FNO/outras *fundings* em operações comerciais.

Receitas de Tarifas Bancárias

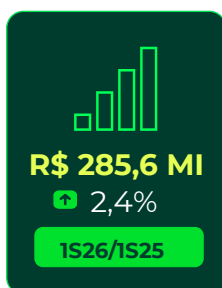
As rendas de tarifas bancárias totalizaram R\$ 129,0 milhões no primeiro semestre de 2026, redução de 12,6% em relação aos R\$ 147,6 milhões registrados no mesmo período do exercício anterior. O desempenho refletiu a retração observada nas principais modalidades de receitas tarifárias.

As tarifas de Pessoa Física alcançaram R\$ 72,0 milhões, ante R\$ 84,3 milhões no 1S25, representando redução de 14,6% e respondendo pela maior parcela da variação financeira registrada no período. As tarifas de Pessoa Jurídica totalizaram R\$ 56,6 milhões, queda de 10,0% em comparação aos R\$ 62,8 milhões apurados no 1S25.

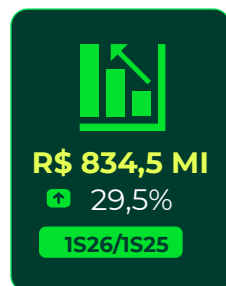
Embora também tenham apresentado redução, as receitas tarifárias de Pessoa Jurídica registraram desempenho relativo superior ao observado no segmento de Pessoa Física, ampliando sua participação na composição das rendas de tarifas bancárias. As demais tarifas somaram R\$ 365,9 mil, redução de 7,8% em relação aos R\$ 397,1 mil registrados no período comparativo.

Receitas de *Del Credere*

As receitas de *Del Credere* totalizaram mais de R\$ 1,1 bilhão no primeiro semestre de 2026, crescimento de 15,0% em relação aos R\$ 996,0 milhões registrados no mesmo período de 2025. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pela expansão das operações vinculadas ao FNO com risco integral, com destaque para o setor rural, cujas receitas alcançaram R\$ 529,1 milhões, avanço de 23,7%, e para os segmentos de indústria, comércio e serviços, que totalizaram R\$ 315,7 milhões, crescimento de 26,7%. Em conjunto, essas modalidades responderam por aproximadamente 74,0% da receita total, refletindo o fortalecimento das operações de fomento e a ampliação do financiamento às atividades produtivas da região amazônica.

Receitas de Prestação de Serviço - RPS

As Receitas de Prestação de Serviços totalizaram R\$ 285,6 milhões no 1S26, representando crescimento de 2,4% em relação ao mesmo período do exercício anterior. O resultado foi sustentado principalmente pelas receitas de Administração de Fundos, que alcançaram R\$ 246,0 milhões e apresentaram avanço de 3,5% no período. As receitas de seguridade, por sua vez, apresentaram retração de 3,5% em comparação ao 1S25, totalizando R\$ 36,9 milhões, impactadas principalmente pela redução das receitas relacionadas aos produtos de capitalização e seguro prestamista.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 834,5 milhões no 1S26, crescimento de 29,5% em relação ao 1S25. Desse montante, as despesas de pessoal somaram R\$ 416,9 milhões, com expansão de 7,5% na mesma base de comparação.

No âmbito das despesas de pessoal, o grupo de proventos foi o principal vetor de crescimento, seguido por benefícios e treinamentos, refletindo os efeitos da evolução da estrutura remuneratória, das movimentações internas e dos direitos trabalhistas sobre a folha de pagamento.

As demais despesas administrativas atingiram R\$ 417,6 milhões, aumento de 62,6% em relação ao 1S25. Essa elevação esteve associada, principalmente, às despesas com Serviços de Terceiros, Processamento de Dados e Serviços Técnicos Especializados, com destaque para a operacionalização das Unidades de Microfinanças (UMFs) e a implantação de mais 93 unidades de atendimento do Basa Acredita.

Esses dispêndios possuem caráter estruturante e estão direcionados à ampliação da capacidade de atendimento, ao aumento da eficiência operacional, aos ganhos de escala, ao fortalecimento dos controles internos e à modernização do ambiente operacional e tecnológico, com expectativa de geração de benefícios sustentáveis no médio e longo prazo.

Inadimplência

Ao final do 1S26, o índice de inadimplência das operações com atraso superior a 90 dias alcançou 6,01%, ante 3,29% em junho de 2025, representando elevação de 2,72 p.p.

Período	15 d – 30 d	31 d – 60 d	61 d – 90 d	15 d – 90 d	>90 d
Jun/25	1,08%	0,54%	0,45%	2,07%	3,29%
Jun/26	1,70%	1,00%	0,60%	3,30%	6,01%

A evolução do indicador está inserida em um ambiente de maior deterioração do risco de crédito, especialmente no segmento rural, marcado pelo crescimento dos pedidos de recuperação judicial no agronegócio, pela elevação da inadimplência dos produtores e pelo encarecimento do crédito, em decorrência da manutenção das taxas de juros em patamares elevados. Esse cenário afetou a capacidade financeira de clientes rurais e empresariais e exigiu o fortalecimento das ações de acompanhamento, cobrança e renegociação.

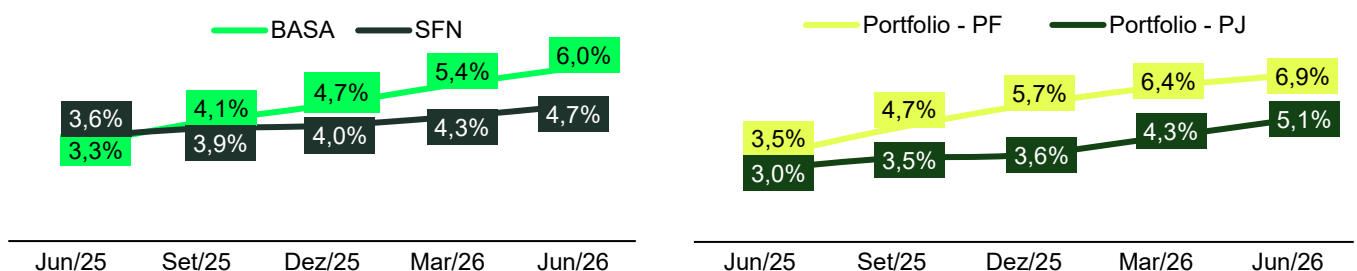
A mudança no perfil de risco da carteira também pode ser observada na evolução dos estágios contábeis. Enquanto o saldo das operações classificadas no Estágio 1 permaneceu relativamente estável, com crescimento de 1,0%, os saldos dos Estágios 2 e 3 aumentaram 29,9% e 32,9%, respectivamente, evidenciando maior concentração de operações com aumento relevante do risco de crédito ou caracterizadas como ativos problemáticos.

Em termos simplificados, o Estágio 1 reúne operações sem aumento significativo do risco de crédito; o Estágio 2 contempla aquelas que apresentaram deterioração relevante do risco desde a contratação; e o Estágio 3 compreende ativos com problemas de recuperação de crédito. Essa classificação determina o horizonte considerado no cálculo das perdas esperadas e, conseqüentemente, o nível de provisão constituído.

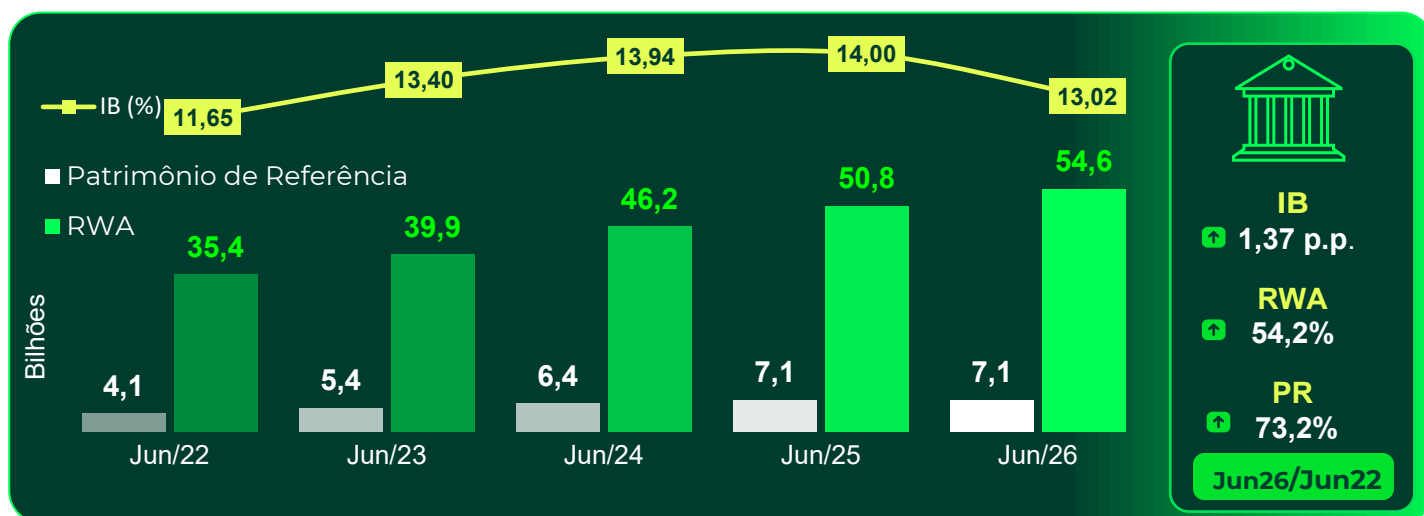
Em resposta a esse movimento, a provisão geral cresceu 46,8%, alcançando R\$ 5,6 bilhões, enquanto a exposição aumentou 10,8%, para R\$ 56,1 bilhões. Conseqüentemente, o índice de provisão sobre a exposição passou de 6,12% para 8,60%. O índice de cobertura recuou de 186,02% para 143,09%, permanecendo, contudo, acima de 100,0%, o que demonstra a manutenção de provisões superiores ao saldo das operações inadimplentes.

Diante desse contexto, foram intensificados o monitoramento preventivo da carteira por segmento, tipo de recurso e praça geográfica, a revisão dos critérios de renovação das linhas de crédito, o acompanhamento de clientes e grupos econômicos em recuperação judicial e as ações de cobrança e renegociação. Essas iniciativas buscam assegurar que a classificação de risco e o provisionamento reflitam tempestivamente a evolução da carteira, contribuindo para a preservação da qualidade dos ativos e da sustentabilidade dos resultados.

Inadimplência >90d da Carteira (%)



Gestão de Capital



Em Gestão de Capital, estamos classificados no Segmento 3 (S3) conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, mantemos uma estrutura robusta e integrada de gerenciamento de riscos e capital, abrangendo os riscos de mercado, liquidez, crédito, socioambiental (RSAC), *Interest Rate Risk in the Banking Book* (IRRBB¹) e capital. Essa estrutura é suportada por governança sólida, com atuação do Comitê de Riscos e do *Chief Risk Officer* (CRO), e está plenamente aderente às exigências regulatórias vigentes.

No 1S26, destacaram-se as revisões da Declaração de Appetite a Riscos (RAS) e do Programa de Testes de Estresse. A atualização da RAS aprimorou métricas, indicadores e limites, promovendo maior alinhamento entre a estratégia, a capacidade de absorção de perdas e os níveis de exposição ao risco. Já o Programa de Testes de Estresse foi conduzido com cenários macroeconômicos adversos, avaliando impactos sobre os riscos de crédito, mercado e IRRBB, bem como seus reflexos nos resultados e no capital, resultando em melhores informações para prever problemas, identificar oportunidades e aprimorar a capacidade de decisão.

Periodicamente, revisamos os modelos, sistemas e processos de gerenciamento de riscos e capital, concentrando-nos na obtenção de resultados sólidos. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, novos modelos de riscos foram desenvolvidos em conformidade com as mudanças regulatórias.

Neste período, mantivemos a trajetória consistente de fortalecimento de capital, mesmo em um ambiente econômico mais desafiador. O Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) refletiram a expansão sustentável dos negócios combinada ao monitoramento contínuo dos riscos. Entre jun/25 e jun/26, o PR se manteve estável em R\$ 7,1 bilhões, enquanto os RWA cresceram 7,7%, passando de R\$ 50,7 bilhões para R\$ 54,6 bilhões.

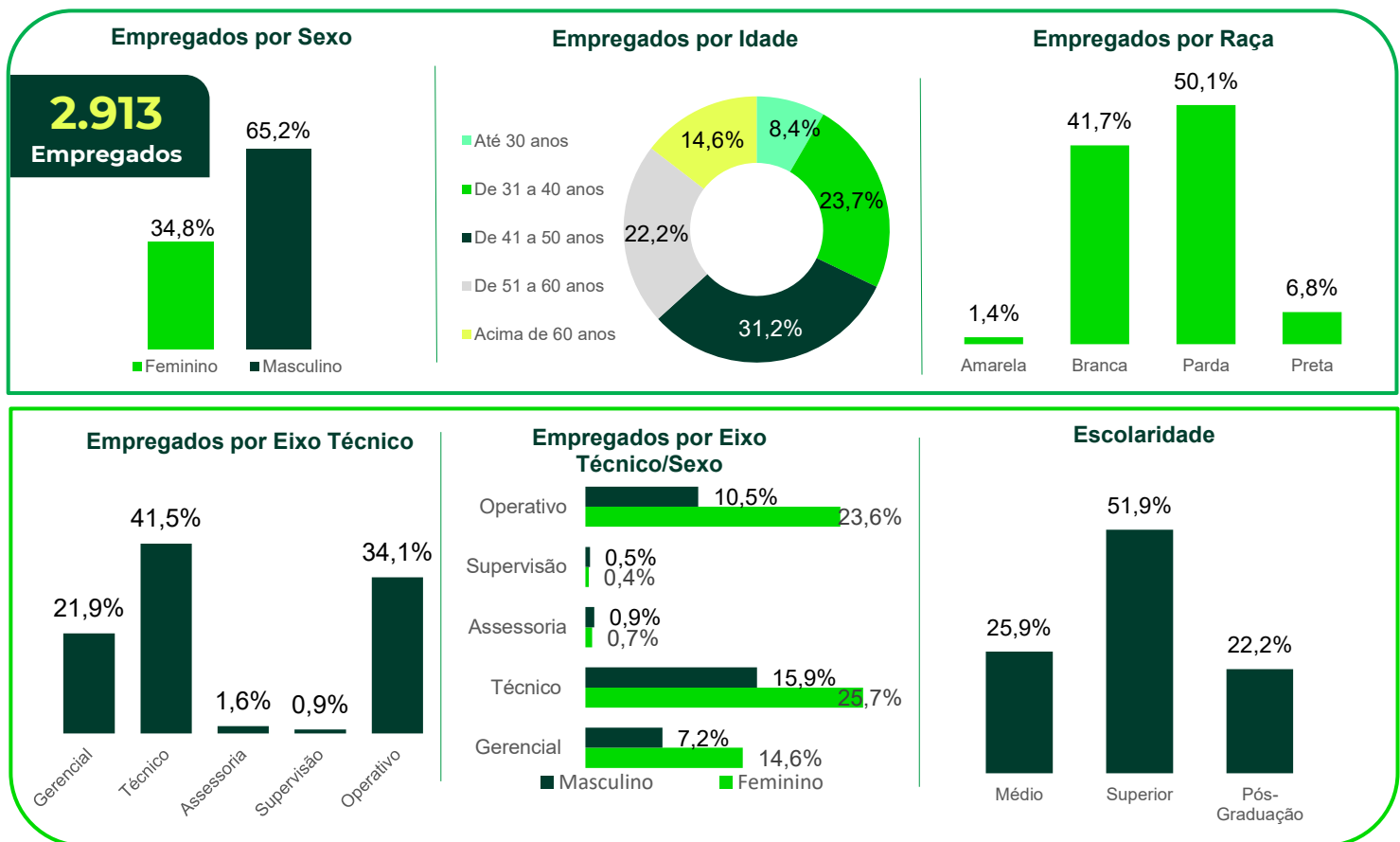
Embora tenha recuado 0,98 p.p. em doze meses, o Índice de Basileia permaneceu acima do limite regulatório, preservando adequada capacidade de absorção de riscos.

Nota: ¹IRRBB é uma estrutura de gestão de riscos utilizada por instituições financeiras para medir e controlar o impacto negativo que variações nas taxas de juros podem causar no capital e nos lucros de um banco.

Gestão de Pessoas

No período, recebemos o reconhecimento do Ministério das Mulheres, sendo agraciados com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - 7ª edição, publicado através da Portaria GM/Mulheres nº 39, de 1º de abril de 2026.

Reconhecemos que o nosso capital humano é um dos principais vetores de geração de valor sustentável e elemento essencial para a execução da estratégia corporativa, para a qualidade dos serviços prestados e para o fortalecimento do nosso papel no desenvolvimento da Amazônia. Mantivemos o nosso compromisso com uma gestão de pessoas orientada pela valorização dos empregados, pelo desenvolvimento contínuo, pela equidade, pela diversidade, pela saúde integral e pela construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e inclusivo. Nossa força de trabalho totalizou 2.913 empregados, 139 estagiários e 114 aprendizes, reforçando a importância da formação de novos talentos e da nossa atuação institucional.



Em continuidade às ações de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida, reforçando a importância do cuidado com as pessoas em suas dimensões física, mental e emocional no período, foram mantidos programas voltados ao incentivo à prática de atividades físicas, à prevenção em saúde, ao reconhecimento e valorização dos empregados e ao fortalecimento do clima organizacional. Essas iniciativas contribuem para a construção de relações de trabalho mais saudáveis, para o engajamento das equipes e para a promoção de um ambiente mais seguro, acolhedor e produtivo.

No âmbito da diversidade, equidade e inclusão, avançamos na estruturação de ações vinculadas ao

Programa Despertar e ao Pacto da Diversidade, com foco na promoção da equidade, no fortalecimento da governança e na implementação de iniciativas de capacitação e sensibilização. Também ampliamos nossa atuação em temas relacionados ao enfrentamento da violência contra a mulher, reforçando o compromisso institucional com o respeito, a inclusão e a valorização das diferenças.

Adicionalmente, fortalecemos os canais internos de atendimento e relacionamento com os empregados, buscando oferecer maior rastreabilidade, previsibilidade e eficiência no tratamento das demandas de gestão de pessoas. Essa atuação reforça uma gestão mais próxima, responsiva e orientada à escuta ativa, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos processos internos e para o fortalecimento da experiência dos nossos empregados.

Cursos realizados no Portal Educacional

Como parte do nosso compromisso com o desenvolvimento contínuo dos empregados, mantivemos o Portal Educacional como uma das principais ferramentas de educação corporativa, voltada ao aprimoramento profissional, ao fortalecimento de competências e à disseminação da cultura de aprendizagem. No 1º semestre de 2026, disponibilizamos, por meio do Portal Educacional, um portfólio composto por 288 cursos, organizados em Jornadas de Aprendizagem que contemplam diferentes dimensões do desenvolvimento profissional, como carreira, inovação e comunicação. No período, registramos 38.644 horas de treinamento por meio do Portal Educacional. As ações de capacitação contribuíram para a atualização profissional dos empregados e para o desenvolvimento de competências alinhadas às necessidades das áreas, aos objetivos de carreira e às prioridades estratégicas.

**38.644 horas de
treinamento em
cursos EAD**

Qualidade de Vida



Seguimos fortalecendo as iniciativas voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e da valorização dos empregados, com foco na construção de um ambiente de trabalho mais saudável, acolhedor e produtivo. No 1º semestre de 2026, mantivemos programas de incentivo à atividade física, como o Ver-o-Peso, que teve ampliação de vagas de 400 para 500 e alcançou 100% de preenchimento, e o Corredores em Ação, que também foi ampliado, passando de 120 para 200 vagas, também com 100% de ocupação no período.

Também continuamos com o Programa de Reconhecimento e Valorização, voltado ao fortalecimento da integração no ambiente de trabalho, à melhoria do clima organizacional, ao reconhecimento e à valorização dos empregados, beneficiando 2.913 empregados no semestre. No campo da saúde física e mental, mantivemos ações preventivas por meio das plataformas digitais Wellz e Wellhub, com acesso concedido a todos os empregados, reforçando o cuidado com a saúde integral, o autocuidado e o equilíbrio emocional.

Tecnologia, Inovação e Transformação Digital

No campo da tecnologia, avançamos em iniciativas estruturantes voltadas à modernização dos sistemas corporativos, ao fortalecimento dos canais digitais, à ampliação da eficiência operacional e ao atendimento das exigências regulatórias. Nossa atuação permaneceu orientada à consolidação de uma base digital mais moderna, segura, integrada e preparada para sustentar a transformação digital, com foco em estabilidade operacional, escalabilidade, governança, segurança e conformidade regulatória.

Entre as principais frentes do período, destacaram-se os avanços no Novo Core Bancário e nos sistemas estruturantes, contemplando plataformas cadastrais, contábeis, de crédito, investimentos, poupança e integrações multicanais. Dentre os avanços, destacamos as entregas incrementais relacionadas a cadastro, contas, pagamentos, Pix, transferências, integrações regulatórias e serviços transacionais, incluindo a homologação das primeiras capacidades do Banco Digital.

Na frente de canais digitais e experiência do cliente, avançamos na implantação do Banco Digital, estabelecendo novo modelo operacional para atendimento digital, segmentação de clientes e gestão centralizada das jornadas de relacionamento. No ecossistema Pix, seguimos com melhorias tecnológicas e operacionais, com atualizações alinhadas às diretrizes do Banco Central, aprimoramento dos controles regulatórios, evolução do Pix Automático, fortalecimento dos mecanismos de prevenção e tratamento de fraudes e aperfeiçoamento do Fluxo Especial de Devolução (MED).

Em Dados & *Analytics*, avançamos na consolidação da governança de dados, com evolução do Data Lake corporativo, mapeamento dos fluxos de informação, estruturação de dados para uso regulatório e gerencial e implementação de mecanismos de rastreabilidade e observabilidade.

Na infraestrutura tecnológica, demos continuidade à modernização dos ambientes corporativos, com atualização das plataformas Oracle, *OpenShift*, *GitLab* e Power BI, migração do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) para arquitetura “SQL - *Server Always On*” e implantação da infraestrutura corporativa Kafka para suporte às soluções da Contabilidade. Também realizamos testes corporativos de recuperação de desastres, incluindo execução bem-sucedida de *switchover* para o ambiente de contingência, além da evolução dos processos de backup das bases Oracle.

Também mantivemos o programa de renovação da infraestrutura tecnológica, com substituição gradual de equipamentos incompatíveis com os requisitos atuais de segurança, implantação da tecnologia Wi-Fi 6 em todas as agências, melhorias na infraestrutura das unidades administrativas e operacionais e novas soluções de conectividade e monitoramento corporativo. No período, foram realizadas aquisições de notebooks, mini desktops, monitores e acessórios ergonômicos.

No âmbito da inovação, incorporamos soluções baseadas em Inteligência Artificial para apoio às atividades de desenvolvimento, modernização de sistemas, automação de processos e aumento da produtividade. Entre os avanços, destacam-se a modernização da identidade visual do aplicativo móvel com apoio de ferramentas de IA, a adoção de soluções como Microsoft Copilot e Copilot Studio, além de provas de conceito envolvendo IA Generativa, camada semântica de dados e assistentes corporativos, acompanhadas da evolução das diretrizes de governança para uso responsável da tecnologia.

Ouvidoria

No 1S26, tratamos 649 demandas provenientes de canais internos e externos, frente a 225 demandas no 1S25, o que representa crescimento de 188,4%. As manifestações foram distribuídas entre os canais da Ouvidoria, Reclame Aqui, Consumidor.gov, Banco Central do Brasil (BACEN-RDR) e Proconsumidor, refletindo maior utilização dos canais de relacionamento e a ampliação da atuação da Ouvidoria na mediação qualificada das demandas de clientes e usuários.

Desse total, 307 manifestações foram processadas por meio do sistema de gestão da Ouvidoria, que centraliza demandas oriundas do BACEN, Proconsumidor, site e 0800 da Ouvidoria. No período, as manifestações permaneceram concentradas no tema Operações de Crédito, que representou 55,4% dos registros no sistema, evidenciando a relevância da carteira de crédito na relação com os clientes e a necessidade de acompanhamento contínuo dos fluxos de contratação, renegociação, esclarecimento de condições contratuais e tratamento de ocorrências relacionadas ao crédito.

As análises concluídas resultaram em 56,4% de registros classificados como improcedentes e 31,9% como procedentes e solucionados, demonstrando a efetividade do tratamento das manifestações e a contribuição da Ouvidoria para o aprimoramento contínuo dos processos, da experiência dos clientes e da qualidade do atendimento. No período, aderimos ao Comitê de Ouvidoria da FEBRABAN, ampliando nossa participação nos debates do setor financeiro e no intercâmbio de boas práticas. Também avançamos na utilização do novo sistema integrado de gestão da Ouvidoria, implementado em dezembro de 2025, com ganhos de eficiência operacional, maior rastreabilidade das demandas, aprimoramento dos controles e geração de informações gerenciais para apoiar a tomada de decisão.

Segurança Corporativa

No período, fortalecemos a nossa estrutura de segurança corporativa por meio de ações integradas em proteção patrimonial, segurança cibernética, prevenção a ilícitos financeiros, privacidade e combate a fraudes. Na proteção patrimonial, avançamos na renovação tecnológica e na padronização das unidades operacionais, com recursos de reconhecimento facial, biometria, inspeção por raio-X e análise de dados voltados à rastreabilidade e à atuação preventiva.

Em segurança cibernética, aprimoramos o Centro de Operações de Segurança (SOC), modelo integrado de monitoramento, detecção e resposta a incidentes. Como resultado, reduzimos em 33,0% o tempo médio de resposta a ameaças em relação ao mesmo período do ano anterior.

No âmbito da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP), colocamos em produção a nova versão do sistema de Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). A solução ampliou a geração de informações gerenciais e automatizou os controles relacionados ao processo.

Obrigações ou Responsabilidades assumidas pelo Banco para atender ao Interesse Público

A Constituição de 1988 trouxe mudanças, em grande parte, à nova dimensão política que passou a dar tratamento especial aos desequilíbrios regionais, bem como à intensa e inédita participação dos mais variados segmentos sociais na sua elaboração, indicando um longo processo de fortalecimento da democracia brasileira, culminando na criação de fundos constitucionais, incluindo o FNO.

Na condição de administrador dos recursos do FNO, efetuamos operações que atendem prioritariamente aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro, pequenos empreendedores, microempreendedores individuais e agricultura de base familiar).

A área de atuação do FNO compreende uma extensa e desafiadora faixa territorial composta pelos sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Assim, o FNO se apresenta como instrumento fundamental na implementação das políticas públicas, guiado pelas diretrizes do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), colocando a Região Norte na rota do desenvolvimento, atendendo, desse modo, ao objetivo principal de desenvolvimento do país, na redução da pobreza e das desigualdades regionais.

Auditoria Independente – PwC

Declaramos que até o dia 30 de junho de 2026, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

Belém, 28 de agosto de 2026.



Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2026



Centro
Cultural
Banco da
Amazônia

ÍNDICE

Demonstrações financeiras.....	03
Balanço Patrimonial	03
Demonstração do Resultado.....	05
Demonstração do Resultado Abrangente.....	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	07
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	08
Demonstração do Valor Adicionado.....	09
Nota 1 - Contexto operacional	10
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras.....	10
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	16
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	16
Nota 6 - Ativos financeiros – TVM.....	16
Nota 7 - Operações de crédito	19
Nota 8 - Perda Esperada para Ativos Financeiros.....	24
Nota 9 - Instrumentos Financeiros Derivativos e <i>Hedge</i> Contábil.....	25
Nota 10 - Outros Ativos Financeiros.....	26
Nota 11 - Imobilizado e Intangível	26
Nota 12 - Passivos a Custo Amortizado	27
Nota 13 - Outros Passivos.....	29
Nota 14 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....	30
Nota 15 - Patrimônio Líquido.....	32
Nota 16 - Tributos.....	34
Nota 17 - Desdobramento das Principais Contas de Resultado	37
Nota 18 - Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM)	39
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	40
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	40
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	42
Nota 22 - Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs)	42
Nota 23 - Partes Relacionadas	42
Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores.....	43
Nota 25 - Benefícios a Empregados	44
Nota 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital	55
Nota 27 - Outras Informações.....	61
Relatório Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	64
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	70
Parecer do Conselho Fiscal.....	73
Parecer do Conselho de Administração.....	74
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras.....	75
Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente.....	76
Membros da Administração.....	77

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	NOTAS	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	4	46.836	55.544
Ativos financeiros		62.897.068	59.403.667
Ao custo amortizado		41.263.465	40.433.465
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	55.416	82.900
Provisão para perdas esperadas	5	(8)	(12)
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	2.219.744	1.449.989
Títulos e valores mobiliários (TVM)	6.a / b	65.961	61.189
Provisão para perdas esperadas	6.a	(129)	(119)
Repasse interfinanceiros	20	209.338	247.617
Operações de crédito	7.a	42.481.574	41.304.315
Provisão para perdas esperadas	7.a / 8.a	(3.900.557)	(2.863.910)
Outros ativos financeiros - carteira de câmbio	7.a	143.494	158.525
Provisão para perdas esperadas	7.a / 8.a	(11.368)	(7.029)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.c / e	21.633.603	18.970.202
Títulos e valores mobiliários (TVM)	6.e	21.713.134	19.098.500
Provisão para perdas esperadas	6.e	(79.531)	(128.298)
Outros ativos financeiros	10	1.471.968	1.362.601
Ativos fiscais		2.616.455	2.186.298
Ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições	16.c	2.296.086	1.936.515
Impostos e contribuições a compensar	16.f	320.369	249.783
Imobilizado	11.a	182.298	186.309
Imobilizado de uso		502.433	490.468
Depreciação acumulada		(320.135)	(304.159)
Intangível	11.b / c	138.256	129.483
Intangíveis		480.380	460.710
Amortização acumulada		(342.124)	(331.227)
TOTAL DO ATIVO		67.352.881	63.323.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	30.06.2026	31.12.2025
Passivos financeiros		60.078.810	56.162.497
Ao custo amortizado		57.479.008	53.650.190
Depósitos	12.a	13.370.102	13.203.645
Outros instrumentos de dívida	12.b	1.180.233	1.113.036
Relações interfinanceiras		19.284	352
Obrigações por empréstimo	12.c	130.165	155.407
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12.d.1 / 23.b.1	702.929	561.899
Obrigações por repasses do exterior	9 / 12.e	217.702	244.169
Instrumentos financeiros derivativos	9.d	39.681	22.190
Fundos financeiros e de desenvolvimento	12.f	40.083.762	36.218.293
Outros passivos financeiros	12.g	9.390	514.694
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.967	3.948
Sociais e estatutárias		3.423	510.746
Provisão para perdas esperadas	14.a.1	1.725.760	1.616.505
Compromissos de empréstimos	8.a	55.788	46.549
Garantias financeiras prestadas	14.a.1 e 14.b	1.669.972	1.569.956
Provisões		2.297.943	2.325.069
Passivos atuariais	14.a.2 / 23.b.1	1.048.289	1.023.198
Contingenciais	14.a.3	1.013.453	1.017.261
Outras provisões	14.a.3	236.201	284.610
Outros passivos	13	218.992	122.901
Credores diversos – país		218.992	122.901
Obrigações fiscais	16.g	82.867	64.337
Correntes		77.138	57.594
Diferidos		5.729	6.743
Patrimônio líquido	15.a	7.274.071	7.161.405
Capital social	15.b	3.654.918	3.654.918
Reservas de capital	15.d	2.253	2.253
Reservas de lucros	15.d	4.008.479	3.866.225
Reserva de reavaliação	15.c	15.141	15.642
Outros resultados abrangentes		(406.720)	(377.633)
Ajustes de avaliação patrimonial	15.f	(406.720)	(377.633)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.352.881	63.323.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTAS	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
Receitas da intermediação financeira	17.a	3.473.843	3.010.282
Operações de crédito		2.043.518	1.627.482
Resultado de operações com TVM		1.425.586	1.381.132
Rendas de outras operações com características de crédito		4.739	1.668
Despesas da intermediação financeira	17.a	(2.476.349)	(2.103.579)
Operações de captação no mercado		(765.840)	(720.218)
Operações de empréstimos e repasses		(1.710.509)	(1.383.361)
Perdas esperadas para ativos financeiros (líquidas)	8.b / 17.a	(1.302.092)	(527.785)
Perdas esperadas de operações de crédito		(1.290.095)	(476.348)
Perdas esperadas de outros ativos financeiros		(2.758)	(40.357)
Perdas esperadas de compromissos de crédito e créditos a liberar		(9.239)	(11.080)
Variação cambial (líquida)	17.a / b	18.432	(7.879)
Resultado de intermediação financeira (líquida)	17.a	(286.166)	371.039
Outras receitas operacionais		1.725.842	1.498.136
Receitas de prestação de serviços	17.c	281.967	274.746
Receitas de tarifas bancárias e comissões	17.d	132.645	151.892
Receitas <i>del credere</i> do FNO	20 / 23.b.2	1.145.960	996.489
Recuperação de rendas do FNO	20	29.286	25.767
Recuperação de encargos e despesas		1.540	8.222
Demais receitas operacionais	17.h.1	134.444	41.020
Outras despesas operacionais		(1.013.557)	(819.316)
Despesas de pessoal	17.e	(416.870)	(387.812)
Despesas administrativas	17.f	(417.646)	(256.790)
Despesas tributárias	17.g	(92.862)	(89.430)
Depreciação e amortização	11.c	(26.995)	(20.253)
Demais despesas operacionais	17.h.2	(59.184)	(65.031)
Provisões	17.h.3	(429.276)	(350.450)
Garantias financeiras prestadas (líquidas)		(247.637)	(133.128)
Passivo atuarial		(95.221)	(159.541)
CAPAF - atualização benefício pós emprego - PBD e PMB	23.b.2	(81.511)	(121.287)
CAPAF - pós emprego assistidos - responsabilidade banco	23.b.2	(1.852)	(3.246)
Auxílio saúde	23.b.2	(11.858)	(35.008)
Demandas judiciais		(76.249)	(44.062)
Planos saldados	23.b.2	(10.169)	(13.719)
Resultado operacional		(3.157)	699.409
Resultado não operacional	17.i	341	492
Resultado antes dos tributos e participações	16.a	(2.816)	699.901
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	16.a	355.876	(124.742)
Corrente		-	(161.131)
Diferido		355.876	36.389
Lucro líquido do período	15.e	353.060	575.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
Lucro líquido do período	353.060	575.159
Outros resultados abrangentes do período	(28.587)	131.160
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(43.252)	42.039
Ajustes de avaliação patrimonial - instrumentos financeiros classificados como VJORA	(61.017)	74.403
Ajustes de avaliação patrimonial - <i>hedge</i> de fluxo de caixa (derivativos)	(17.622)	(10.254)
Efeito tributário s/ ajustes de avaliação patrimonial – instr. financ. class. como VJORA	27.457	(26.724)
Efeito tributário sobre ajustes de avaliação patrimonial - <i>hedge</i> de fluxo de caixa (derivativos)	7.930	4.614
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	14.665	89.121
Remensuração relacionada a planos de benefícios definidos	25.753	161.487
Efeito tributário sobre remensuração relacionada a planos de benefícios definidos	(11.589)	(72.669)
Realização da reserva de reavaliação	501	551
Efeito tributário sobre realização da reserva de reavaliação	-	(248)
Resultado abrangente do período	324.473	706.319

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	T O T A L
					LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDOS EM 31.12.2024		3.654.918	2.253	16.288	373.597	3.015.945	-	(531.910)	-	6.531.091
Reconhecimento dos efeitos da Res. CMN 4.966/21		-	-	-	-	-	-	-	(206.013)	(206.013)
SALDOS EM 01.01.2025		3.654.918	2.253	16.288	373.597	3.015.945	-	(531.910)	(206.013)	6.325.078
AJUSTE A VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	42.039	-	42.039
Ajustes de avaliação patrimonial - classificados como VJORA		-	-	-	-	-	-	47.679	-	47.679
Hedge de fluxo de caixa (derivativos)		-	-	-	-	-	-	(5.640)	-	(5.640)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	88.818	-	88.818
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	88.818	-	88.818
OUTROS EVENTOS		-	-	(303)	-	(3.050)	-	-	303	(3.050)
Movimentação da reserva de reavaliação		-	-	(551)	-	-	-	-	551	-
Realização da reserva		-	-	(551)	-	-	-	-	551	-
Imposto e contrib. s/ realização de reserva de reavaliação		-	-	248	-	-	-	-	(248)	-
Realização da reserva		-	-	248	-	-	-	-	(248)	-
Outros		-	-	-	-	(3.050)	-	-	-	(3.050)
LUCRO LÍQUIDO		-	-	-	-	-	-	-	575.159	575.159
DESTINAÇÕES		-	-	-	28.758	255.518	85.173	-	(369.449)	-
Reservas		-	-	-	28.758	255.518	-	-	(284.276)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	85.173	-	(85.173)	-
SALDOS EM 30.06.2025		3.654.918	2.253	15.985	402.355	3.268.413	85.173	(401.053)	-	7.028.044
SALDOS EM 31.12.2025	15	3.654.918	2.253	15.642	428.868	3.437.357	-	(377.633)	-	7.161.405
AJUSTE A VALOR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	-	(43.251)	-	(43.251)
Ajustes de avaliação patrimonial - classificados como VJORA		-	-	-	-	-	-	(33.559)	-	(33.559)
Hedge de fluxo de caixa (derivativos)		-	-	-	-	-	-	(9.692)	-	(9.692)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	-	14.164	-	14.164
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	-	-	-	-	14.164	-	14.164
OUTROS EVENTOS	15.c	-	-	(501)	-	(211.307)	-	-	501	(211.307)
Movimentação da reserva de reavaliação		-	-	(501)	-	-	-	-	501	-
Realização da reserva		-	-	(501)	-	-	-	-	501	-
Outros		-	-	-	-	(211.307)	-	-	-	(211.307)
LUCRO LÍQUIDO	15.e	-	-	-	-	-	-	-	353.060	353.060
DESTINAÇÕES	15.g	-	-	-	17.653	251.931	83.977	-	(353.561)	-
Reservas		-	-	-	17.653	251.931	-	-	(269.584)	-
Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	-	83.977	-	(83.977)	-
SALDOS EM 30.06.2026	15.a	3.654.918	2.253	15.141	446.521	3.477.981	83.977	(406.720)	-	7.274.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Elaborada pelo método indireto	NOTAS	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Resultado antes dos tributos e participações	16.a	(2.816)	699.901
Ajustes ao resultado líquido antes dos tributos e participações		1.639.393	913.981
Depreciações e amortizações	11.c	26.995	20.253
Despesas/Reversão de provisão para operações de crédito		1.290.095	476.348
Despesas/Reversão de provisão para outros créditos		4.340	-
Despesas/Reversão de provisão para repasses interfinanceiros do FNO		47	93
Resultado com variação cambial	17.a	(18.432)	7.879
Despesas/Reversão de provisões para passivos contingentes		64.765	44.439
Despesas/Reversão de outras provisões não associadas ao risco de crédito		15.712	159.526
Despesas/Reversão de prov. p/ riscos com garantias financeiras prestadas	17.h.3	247.637	133.128
Despesas/Reversão de provisões para aplicações interfinanceiras		(4)	15
Despesas/Reversão de provisões para títulos e valores mobiliários		(1.625)	40.249
Despesas/Reversão de prov. p/ compromissos de créd. e créditos a liberar		9.239	11.080
Despesas de provisões para outros ativos		624	20.971
Resultado líquido ajustado		1.636.577	1.613.882
Variações patrimoniais		2.523.656	1.325.453
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		27.484	(104.821)
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências		9.911	(43.637)
(Aumento) em operações de crédito		(1.430.707)	(2.516.726)
(Aumento) em outros créditos		(469.262)	(132.785)
Aumento em depósitos		166.457	606.697
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		89.321	(39.571)
Aumento em captações no mercado aberto		67.198	84.611
Aumento em outras obrigações		4.083.283	3.589.119
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.029)	(117.434)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		4.160.233	2.939.335
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em TVM a valor justo outros resultados abrangentes		(2.690.850)	(1.921.470)
(Aumento) em TVM ao custo amortizado		(4.771)	(27)
Adição em imobilizado de uso	11.c	(16.748)	(25.399)
Alienação do imobilizado de uso	11.c	4.661	6
Aquisição do intangível	11.c	(45.424)	(29.165)
Baixa do intangível	11.c	25.754	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos		(2.727.378)	(1.976.055)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre capital próprio pagos		(671.808)	(448.643)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(671.808)	(448.643)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		761.047	514.637
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		1.505.533	454.414
No fim do período	4	2.266.580	969.051
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		761.047	514.637

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NOTAS	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
Receitas		3.897.973	3.981.269
Intermediação financeira	17.a	3.473.843	3.010.282
Prestações de serviços e tarifas		414.611	426.637
Provisão para perdas esperadas para ativos financeiros	8.b / 17.a	(1.302.092)	(527.785)
Receitas <i>del credere</i> do FNO	20 / 23.b.2	1.145.960	996.489
Outras		165.651	75.646
Despesas de intermediação financeira	17.a	(2.476.349)	(2.103.579)
Insumos adquiridos de terceiros		(871.989)	(668.756)
Materiais, energia e outros		(32.032)	(29.276)
Serviços de terceiros		(369.891)	(215.976)
Outras		(470.066)	(423.504)
Valor adicionado bruto		549.635	1.208.934
Depreciação, amortização e exaustão	11.c	(26.995)	(20.253)
Valor adicionado líquido produzido para entidade		522.640	1.188.681
Valor adicionado a distribuir		522.640	1.188.681
Distribuição do valor adicionado		522.640	1.188.681
Pessoal		355.971	321.518
Remuneração direta		259.803	236.769
Benefícios		69.204	61.498
FGTS		26.964	23.251
Impostos, taxas e contribuições		(202.116)	280.466
Federais (créditos tributários)		(212.279)	269.959
Estaduais		10	26
Municipais		10.153	10.481
Remuneração de capitais de terceiros		15.725	11.538
Aluguéis	17.f	15.725	11.538
Remuneração de capitais próprios		353.060	575.159
Resultado líquido do semestre	15.e	353.060	575.159

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia Legal brasileira, na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às Micros e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual (MPEIs).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas notas explicativas nº 12.f (item sobre obrigações do Banco por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14.a (item que apresenta as Provisões para as Garantias Financeiras Prestadas).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes requeridas para as demonstrações financeiras intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações nas Demonstrações Financeiras do Banco as seguintes normas:

CPC 00 (R2) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico;
CPC 01 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
CPC 02 (R2) - Resolução CVM nº 91/2022 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
CPC 03 (R2) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
CPC 04 (R1) - Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível;
CPC 05 (R1) - Resolução CMN nº 4.818/2020;
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16);
CPC 09 (R1) - Resolução CVM nº 199/2024 - Demonstração do Valor Adicionado;
CPC 10 (R1) - Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações;
CPC 23 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
CPC 24 - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente;
CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
CPC 26 (R1) - Resolução CVM nº 106/2022 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
CPC 27 - Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso;
CPC 32 - Resolução CVM nº 109/2022 – Tributos sobre o Lucro;
CPC 33 (R1) - Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados;
CPC 41 - Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por Ação;
CPC 46 e CPC 47 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo e Receita de Contrato com Cliente; e
CPC 48 – Instrumentos Financeiros (Resolução CMN nº 4.966/2021).
Resolução CVM nº 80/2022 - Obrigações de Prestação de Informações Periódicas e Eventuais.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações Financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

As demonstrações financeiras elaboradas foram aprovadas para emissão pelo conselho de administração em 28 de agosto de 2026.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de Curto Prazo.

d) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor de transação ou pelo valor justo, conforme regulamentação vigente, sendo incluídos no balanço do Banco.

A classificação de ativos financeiros ocorre de acordo com o modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “Somente Principal e Juros” (SPPJ).

d.1) Classificação dos Ativos Financeiros

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA): ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.

Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal, quanto para a venda.

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR): ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis. Atualmente o Banco não possui ativos nessa classificação.

Modelos de Negócios: representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para concluir se constituem apenas pagamento de principal e juros, que devem ser representados por contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não atende ao Teste SPPJ e, consequentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representados por ações e cotas de fundos de investimento não atendem ao teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes.

d.2) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado ou a Valor Justo em outros Resultados Abrangentes são reconhecidos por meio da Taxa de Juros Efetiva da Operação (TJEO), que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJEO considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

O Banco da Amazônia adotou a faculdade prevista no § 2º do art.13 da Res. nº 4.966/2021 utilizando o critério de materialidade para definir registro das receitas de originação.

Mensuração a Valor Justo

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias Valor Justo no Resultado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de:

I - Receita ou Despesa, no resultado do período, caso seja relativa a instrumentos financeiros classificados na categoria Valor Justo no Resultado; ou

II - Outros Resultados Abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, caso seja relativa a ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

Os ganhos ou as perdas não realizadas alocados em outros Resultados Abrangentes são transferidos para resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, designados dessa forma, no reconhecimento inicial, de forma irrevogável. Neste caso, a transferência dos ganhos ou das perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia de Valor Justo

Os ativos mensurados ao Valor Justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e Valores Mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. Neste nível foram classificados os títulos do governo brasileiro e cotas de fundos de investimento.

Nível 2: Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos.

Nível 3: Títulos e Valores Mobiliários, derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Não há instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Detalhes sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros e sua hierarquia estão na nota explicativa nº 6.c.

d.3) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banco constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

I - Ativos Financeiros, exceto Instrumentos Patrimoniais de outra entidade, ativos classificados na categoria Valor Justo por meio do resultado mensurado no nível 1 de hierarquia de valor justo (com exceção dos títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;

II - Garantias Financeiras Prestadas;

III - Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 exige a adoção de uma abordagem robusta, sistemática e preditiva para a avaliação e provisão de perdas esperadas, garantindo maior precisão e transparência da gestão de risco de crédito.

A metodologia da perda esperada adotada pelo Banco da Amazônia aloca os instrumentos financeiros em estágios, conforme a deterioração do risco de crédito:

Estágio 1: quando os Instrumentos Financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o seu risco diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento.

Estágio 2: quando um Instrumento Financeiro demonstra aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Estágio 3: Instrumentos Financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

Para maiores informações sobre premissas e critérios utilizados para apuração da perda esperada, vide nota explicativa nº 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital.

Os principais parâmetros utilizados na avaliação de risco de crédito são:

PD (Probability of Default): Probabilidade de inadimplência, que estima a chance de um ativo financeiro entrar em *default* dentro de um período específico.

LGD (Loss Given Default): Perda dada a inadimplência, que estima a porcentagem de perda em caso de *default*.

EAD (Exposure at Default): Exposição no momento da inadimplência, que estima o valor em risco no momento do *default*.

d.4) Ativos Problemáticos

Um ativo será considerado problemático quando apresenta sinais de deterioração na qualidade de crédito, como atrasos nos pagamentos superiores a 90 (noventa) dias ou reestruturação de dívidas. Esses ativos são monitorados de modo a acompanhar o período de cura.

d.5) Cura

A cura refere-se ao processo pelo qual um ativo problemático retorna ao status de ativo saudável. Isso pode ocorrer através de pagamentos regulares ou melhoria na situação financeira do devedor.

d.6) Stop Accrual

O procedimento conhecido como *stop accrual* consiste na interrupção do registro de receitas, multas, juros de mora, custos de origemação e quaisquer outras operações financeiras relativas a ativos com dificuldades de recuperação de crédito.

d.7) Baixa de Ativos Financeiros

A baixa dos Ativos Financeiros ocorre quando os direitos de receber os fluxos de caixa associados a esses ativos deixam de existir ou quando o Banco da Amazônia transfere de forma significativa todos os riscos e benefícios relacionados à propriedade, desde que essa transferência esteja em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BACEN nº 352/2023.

d.8) Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge Contábil

Derivativos; são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção são designados para fins de *Hedge* Contábil, conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002, de acordo com a sua natureza:

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** a parcela efetiva de *hedge* dos instrumentos financeiros de proteção é contabilizada pelo valor justo com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

- **Hedge de Valor Justo:** os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Hedge Contábil: A Instituição opera instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para gerenciar suas exposições globais (moedas estrangeiras e taxas de juros).

d.9) Hedge de Fluxo de Caixa

Em maio de 2025, o Banco da Amazônia captou recursos, por meio de um repasse da Agência Francesa de Desenvolvimento, no montante de EUR 37 milhões com pagamentos intermediários de juros (taxa pré) e principal com vencimento final em julho de 2034.

O Banco da Amazônia contratou um *swap*, com o objetivo de proteger seus fluxos de pagamentos decorrentes das flutuações de variação cambial, em troca de taxa pré em reais com 100% de proteção sobre o risco protegido.

d.10) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado, exceto por:

Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: representados pelos derivativos e passivos financeiros gerados em contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.

Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar: mensurados, considerando a provisão para perdas de crédito esperada.

Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita.

e) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

f) Imobilizado de Uso e Intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas operacionais (nota explicativa nº 11.a).

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. A amortização também é contabilizada em outras despesas operacionais (nota explicativa nº 11.b).

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

h) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o pronunciamento CPC nº 33 (R1) como de curto prazo e de pós-emprego (notas explicativas nºs 24 e 25).

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos com base no regime de competência mensal (nota explicativa nº 25).

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – benefícios a empregados, aprovadas pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. Os benefícios de natureza previdenciária são decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “BD-Benefício Definido” e “CV-Contribuição Variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica (nota explicativa nº 25).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo), decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço pode ser classificado entre corrente, passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação. O custo do serviço corrente refere-se ao valor presente das obrigações de benefício definido resultantes do serviço prestado pelos empregados no período corrente. O custo do serviço passado refere-se ao aumento (ou diminuição) no passivo atuarial do plano decorrente de alterações nos benefícios do plano que se aplicam ao serviço dos empregados em períodos anteriores ao período corrente.

Para os planos do tipo “Benefício Definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos,

excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “outros resultados abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

i) Tributos

O tratamento tributário das perdas na recuperação de créditos era disciplinado exclusivamente pela Lei nº 9.430/1996. Nesse contexto, todas as pessoas jurídicas, inclusive as instituições financeiras, eram submetidas a regras uniformes, sem considerar as especificidades técnicas aplicáveis ao setor financeiro, como os critérios de classificação e provisionamento de créditos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, gerando um descompasso relevante em relação ao tratamento contábil e, por conseguinte, acarretando elevados volumes de ativos fiscais diferidos, frequentes autuações fiscais e custos expressivos de conformidade.

A edição da Resolução CMN nº 4.966/2021, seguida pela Resolução BCB nº 352/2023 e pela Lei nº 14.467/2022, promoveu uma reestruturação do tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. O objetivo foi alinhar a normativa brasileira aos padrões internacionais de contabilidade e às diretrizes de Basileia III. Esse novo arcabouço normativo instituiu um regime específico para fins tributários, permitindo a dedutibilidade progressiva das perdas com base em critérios objetivos, como a inadimplência superior a 90 dias e a aplicação de percentuais fixados em função do grau de risco e do nível de provisão contábil registrada, conforme estabelecido na Lei nº 14.467/2022.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco deduziu, na determinação do lucro real (IR) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas, definindo critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. Concomitantemente o desenvolvimento de controles internos necessários que permeiam a implementação de fluxos de informação para identificar créditos inadimplentes e a contabilização/reversão de ativos fiscais diferidos.

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em Notas Explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A Provisão para riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas é registrada nas Demonstrações Financeiras quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente. São revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota explicativa nº 14).

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - CAPAF.

Ações Trabalhistas: estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e

ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Fiscais: o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

Ações Cíveis: consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos. Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição.

Ações Trabalhistas – CAPAF: estão relacionadas a provisões para cobrir ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras (nota explicativa nº 14).

k) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

l) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às Demonstrações Financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2026.

n) Uso de Estimativas

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a Empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de Riscos e Capital: abrange análise de sensibilidade sobre os títulos e valores mobiliários da instituição, considerando cenários de stress (nota explicativa nº 6 – Títulos e Valores Mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, (notas explicativas nº 7 – Operações de Crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (nota explicativa nº 14 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 30 de junho de 2026 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

o) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O Lucro por Ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

p) Resultado Recorrente e Não Recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota explicativa nº 27.c.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	46.836	55.544
Disponibilidade em Moeda Nacional	41.731	41.701
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	5.105	13.843
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota nº 5)	2.219.744	1.449.989
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	2.219.744	1.449.989
Total	2.266.580	1.505.533

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.275.152	1.532.877
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (nota nº 4)	2.219.744	1.449.989
Letras Financeiras do Tesouro	199.748	159.990
Letras do Tesouro Nacional	1.919.998	1.289.999
Notas do Tesouro Nacional	99.998	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	55.408	82.888
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	55.416	82.900
Perda esperada associada ao risco de crédito	(8)	(12)

6. Ativos Financeiros – TVM

a) Ativos Financeiros a Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2026			31.12.2025		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos	969	-	969	925	-	925
Notas do Tesouro Nacional	969	-	969	925	-	925
Títulos Privados	64.992	(129)	64.863	60.264	(119)	60.145
Nota Comercial	64.992	(129)	64.863	60.264	(119)	60.145
Total	65.961	(129)	65.832	61.189	(119)	61.070

b) Ativos Financeiros a Custo Amortizado – Por Vencimento

	30.06.2026		31.12.2025	
	Custo amortizado	Custo amortizado líquido	Custo amortizado	Custo amortizado líquido
Circulante	64.992	64.863	60.264	60.145
Até um ano	64.992	64.863	60.264	60.145
Não Circulante	969	969	925	925
De um a cinco anos	969	969	925	925
Total	65.961	65.832	61.189	61.070

c) Custo e Valor Justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários – por vencimento

	30.06.2026		31.12.2025	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Circulante	677.523	677.534	1.110.545	1.017.515
Sem vencimento	-	-	37.435	1.416
Até um ano	677.523	677.534	1.073.110	1.016.099
Não circulante	21.569.164	20.956.069	18.456.404	17.952.687
De um a cinco anos	2.468.621	2.348.991	12.360.768	12.265.015
De cinco a dez anos	18.991.409	18.534.462	5.493.074	5.246.205
Acima de dez anos	109.134	72.616	602.562	441.467
Total (notas n°s 6.d / e)	22.246.687	21.633.603	19.566.949	18.970.202

d) Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo

	30.06.2026			31.12.2025		
	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/ valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/ valor justo
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.072.579	2.489.731	21.562.310	16.560.143	2.401.190	18.961.333
Debêntures	147.404	-	147.404	107.805	-	107.805
Letras financeiras	-	2.418.175	2.418.175	-	2.333.779	2.333.779
Cotas de fundos de renda fixa	-	70.435	70.435	-	66.361	66.361
Cotas de fundos referenciado	-	1.121	1.121	-	1.050	1.050
Notas do Tesouro Nacional	1.273.282	-	1.273.282	1.282.530	-	1.282.530
Letras financeiras do Tesouro	17.650.833	-	17.650.833	15.168.392	-	15.168.392
Ações	1.060	-	1.060	1.416	-	1.416
Designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	71.293	71.293	-	8.869	8.869
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	-	71.293	71.293	-	8.869	8.869
Total (notas n°s 6.c / e)	19.072.579	2.561.024	21.633.603	16.560.143	2.410.059	18.970.202

e) Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2026							
	Custo	Ajuste ao Valor Justo ⁽¹⁾	RAP ⁽²⁾	TVM	Perda Esperada	Valor Justo	Estágio 1	Estágio 3
Carteira Própria	21.877.645	(444.256)	(14.377)	21.419.012	(79.479)	21.339.533	21.767.282	110.363
Títulos Públicos	19.002.444	(369.739)	-	18.632.705	(2.660)	18.630.045	19.002.444	-
Notas do Tesouro Nacional	1.446.052	(371.282)	-	1.074.770	(202)	1.074.568	1.446.052	-
Letras Financeiras do Tesouro	17.556.392	1.543	-	17.557.935	(2.458)	17.555.477	17.556.392	-
Títulos Privados	2.875.201	(74.517)	(14.377)	2.786.307	(76.819)	2.709.488	2.764.838	110.363
Debêntures	256.949	(19.544)	(14.253)	223.152	(75.748)	147.404	147.277	109.672
Letras Financeiras	2.437.114	(18.598)	-	2.418.516	(341)	2.418.175	2.437.114	-
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	72.005	-	(124)	71.881	(588)	71.293	71.314	691
Cotas de Fundos de Invest.- Renda Fixa	70.575	-	-	70.575	(140)	70.435	70.575	-
Cotas de Fundos de Invest. Referenciados	1.123	-	-	1.123	(2)	1.121	1.123	-
Ações	35.875	(34.815)	-	1.060	-	1.060	35.875	-
Cotas de Fundos - FINAM	1.560	(1.560)	-	-	-	-	1.560	-
Vinculados a Prestação de Garantias	369.042	(74.920)	-	294.122	(52)	294.070	369.042	-
Títulos Públicos	369.042	(74.920)	-	294.122	(52)	294.070	369.042	-
Letras Financeiras do Tesouro	95.283	81	-	95.364	(8)	95.356	95.283	-
Notas do Tesouro Nacional	273.759	(75.001)	-	198.758	(44)	198.714	273.759	-
Total (notas n°s 6.c / d)	22.246.687	(519.176)	(14.377)	21.713.134	(79.531)	21.633.603	22.136.324	110.363

⁽¹⁾ No PL

⁽²⁾ Rendas apropriar

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 58.053 estão vinculados às câmaras de compensação, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e R\$ 37.230 estão vinculados em garantias Banco Safra e R\$ 273.759 estão vinculados em garantias com operações BB Previdência.

A carteira é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, caracterizados como ativos de alta liquidez e risco soberano. Esses ativos são suficientes para cobrir as obrigações líquidas de curto prazo. A entidade adota política prudente de gestão de liquidez, conforme nota explicativa nº 26.a.

	31.12.2025							
	Custo	Ajuste ao Valor Justo ⁽¹⁾	RAP ⁽²⁾	TVM	Perda Esperada	Valor Justo	Estágio 1	Estágio 3
Carteira Própria	19.202.481	(386.581)	(10.288)	18.805.612	(128.247)	18.677.365	19.042.857	159.624
Títulos Públicos	16.477.702	(317.310)	-	16.160.392	(2.307)	16.158.085	16.477.702	-
Notas do Tesouro Nacional	1.386.051	(319.529)	-	1.066.522	(194)	1.066.328	1.386.051	-
Letras Financeiras do Tesouro	15.091.651	2.219	-	15.093.870	(2.113)	15.091.757	15.091.651	-
Títulos Privados	2.724.779	(69.271)	(10.288)	2.645.220	(125.940)	2.519.280	2.565.155	159.624
Debêntures	204.748	(14.504)	(7.363)	182.881	(75.076)	107.805	95.750	108.998
Letras Financeiras	2.405.617	(18.748)	(2.814)	2.384.055	(50.276)	2.333.779	2.355.671	49.946
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	9.435	-	(111)	9.324	(454)	8.869	8.755	680
Cotas de Fundos de Invest.- Renda Fixa	66.492	-	-	66.492	(132)	66.361	66.492	-
Cotas de Fundos de Invest. Referenciados	1.052	-	-	1.052	(2)	1.050	1.052	-
Ações	35.875	(34.459)	-	1.416	-	1.416	35.875	-
Cotas de Fundos - FINAM	1.560	(1.560)	-	-	-	-	1.560	-
Vinculados a Prestação de Garantias	364.468	(71.580)	-	292.888	(51)	292.837	364.468	-
Títulos Públicos	364.468	(71.580)	-	292.888	(51)	292.837	364.468	-
Letras Financeiras do Tesouro	76.620	25	-	76.645	(8)	76.638	76.620	-
Notas do Tesouro Nacional	287.848	(71.605)	-	216.243	(43)	216.199	287.848	-
Total (notas nº 6.c / d)	19.566.949	(458.161)	(10.288)	19.098.500	(128.298)	18.970.202	19.407.325	159.624

(1) No PL

(2) Rendas apropriar

7. Operações de Crédito

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito

As Operações de Crédito têm como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais e estão classificadas a Custo Amortizado com a seguinte composição:

	30.06.2026							
Operações de Crédito	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total de estágios	Provisão Estágio 1	Provisão Estágio 2	Provisão Estágio 3	Total de provisão
Empréstimos	2.943.849	708.827	1.126.528	4.779.204	14.310	38.322	886.175	938.807
Financiamentos	13.512.538	598.427	693.711	14.804.676	30.290	10.462	573.759	614.511
Financiamentos rurais	14.258.467	5.938.851	2.700.376	22.897.694	3.718	15.695	2.327.826	2.347.239
Subtotal	30.714.854	7.246.105	4.520.615	42.481.574	48.318	64.479	3.787.760	3.900.557
Adiantamento de Contrato de Câmbio ^(*)	42.485	88.975	12.034	143.494	201	3.484	7.684	11.368
Total (notas nºs 7.b / b1)	30.757.339	7.335.080	4.532.649	42.625.068	48.519	67.963	3.795.444	3.911.925

(*) A contar da data da contratação, em até 12 meses.

Operações de Crédito	31.12.2025							
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total de estágios	Provisão Estágio 1	Provisão Estágio 2	Provisão Estágio 3	Total de provisão
Empréstimos	3.003.096	693.611	863.060	4.559.767	13.564	39.818	688.073	741.455
Financiamentos	13.186.476	530.194	476.687	14.193.357	26.970	9.463	397.468	433.901
Financiamentos rurais	14.607.493	5.999.751	1.943.947	22.551.191	2.994	12.619	1.672.941	1.688.544
Subtotal	30.797.065	7.223.556	3.283.694	41.304.315	43.528	61.900	2.758.482	2.863.910
Adiantamento de Contrato de Câmbio (*)	137.910	8.965	11.650	158.525	388	303	6.338	7.029
Total (notas nºs 7.b / b1)	30.934.975	7.232.521	3.295.344	41.462.840	43.916	62.203	2.764.820	2.870.939

(*) A contar da data da contratação, em até 12 meses.

b) Perda Esperada Associada as Operações de Crédito Segregado por Estágios

30.06.2026							
Provisão Estágio 1	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos	13.564	(2.025)	(1.351)	3.245	9.558	(8.681)	14.310
Financiamentos	26.970	(801)	(570)	2.461	13.453	(11.223)	30.290
Financiamentos Rurais	2.994	(823)	(95)	640	31.410	(30.408)	3.718
Adiantamento de Contrato de Câmbio	388	(215)	-	-	-	28	201
Total (nota nº 7.a)	43.916	(3.864)	(2.016)	6.346	54.421	(50.284)	48.519

30.06.2026							
Provisão Estágio 2	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos	39.818	(3.245)	(14.681)	2.025	9.183	5.222	38.322
Financiamentos	9.463	(2.461)	(5.738)	801	20.386	(11.989)	10.462
Financiamentos Rurais	12.619	(640)	(6.059)	823	29.117	(20.165)	15.695
Adiantamento de Contrato de Câmbio	303	-	-	216	-	2.965	3.484
Total (nota nº 7.a)	62.203	(6.346)	(26.478)	3.865	58.686	(23.967)	67.963

30.06.2026								
Provisão Estágio 3	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos	688.073	(9.558)	(9.183)	1.351	14.681	(164.856)	365.667	886.175
Financiamentos	397.468	(13.453)	(20.386)	570	5.738	(73.629)	277.451	573.759
Financiamentos Rurais	1.672.941	(31.410)	(29.117)	95	6.059	(14.963)	724.221	2.327.826
Adiantamento de Contrato de Câmbio	6.338	-	-	-	-	-	1.346	7.684
Total (nota nº 7.a)	2.764.820	(54.421)	(58.686)	2.016	26.478	(253.448)	1.368.685	3.795.444

30.06.2026				
Consolidação dos três estágios	Saldo inicial 31.12.2025	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 30.06.2026
Empréstimos	741.455	(164.856)	362.208	938.807
Financiamentos	433.901	(73.629)	254.239	614.511
Financiamentos Rurais	1.688.554	(14.953)	673.648	2.347.239
Adiantamento de Contrato de Câmbio	7.029	-	4.339	11.368
Total (nota nº 7.a)	2.870.939	(253.448)	1.294.434	3.911.925

31.12.2025							
Provisão Estágio 1	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	14.157	(2.853)	(2.139)	658	4.452	(711)	13.564
Financiamentos	50.086	(1.167)	(1.187)	692	1.829	(23.283)	26.970
Financiamentos Rurais	3.809	(768)	(181)	303	65.741	(65.910)	2.994
Adiantamento de Contrato de Câmbio	83	(15)	-	-	-	320	388
Total (nota nº 7.a)	68.135	(4.803)	(3.507)	1.653	72.022	(89.584)	43.916

31.12.2025							
Provisão Estágio 2	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	16.075	(658)	(8.154)	2.854	9.601	20.100	39.818
Financiamentos	31.540	(692)	(2.883)	1.167	11.095	(30.764)	9.463
Financiamentos Rurais	10.479	(303)	(2.317)	768	67.060	(63.068)	12.619
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2.374	-	-	15	-	(2.086)	303
Total (nota nº 7.a)	60.468	(1.653)	(13.354)	4.804	87.756	(75.818)	62.203

31.12.2025

Provisão Estágio 3	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	347.895	(4.452)	(9.602)	2.139	8.154	(95.048)	438.987	688.073
Financiamentos	128.011	(1.829)	(11.095)	1.187	2.883	(33.320)	311.631	397.468
Financiamentos Rurais	1.087.954	(65.741)	(67.060)	181	2.317	(74.298)	789.588	1.672.941
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2.950	-	-	-	-	(851)	4.239	6.338
Total (nota nº 7.a)	1.566.810	(72.022)	(87.757)	3.507	13.354	(203.517)	1.544.445	2.764.820

31.12.2025

Consolidação dos três estágios	Saldo inicial 01.01.2025	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	378.127	(95.048)	458.376	741.455
Financiamentos	209.637	(33.320)	257.584	433.901
Financiamentos Rurais	1.102.242	(74.298)	660.610	1.688.554
Adiantamento de Contrato de Câmbio	5.407	(851)	2.473	7.029
Total (nota nº 7.a)	1.695.413	(203.517)	1.379.043	2.870.939

b.1) Por Vencimento

	30.06.2026	31.12.2025
Vencidas até 90 dias	1.530.086	969.521
Vencidas a partir de 91 dias	2.742.613	2.017.893
A vencer até 3 meses	2.827.989	936.911
A vencer de 3 a 12 meses	5.846.746	8.519.974
A vencer acima de 1 ano	29.677.634	29.018.541
Total da Carteira (nota 7.a)	42.625.068	41.462.840

b.2) Por Segmento

	30.06.2026			31.12.2025		
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total
Vencidas até 90 dias	866.111	663.975	1.530.086	374.812	598.284	973.096
Vencidas a partir de 91 dias	1.627.154	1.115.460	2.742.614	1.291.226	737.181	2.028.407
A vencer até 3 meses	2.347.822	480.167	2.827.989	809.121	127.790	936.911
A vencer de 3 a 12 meses	5.018.688	828.058	5.846.746	7.220.835	1.286.501	8.507.336
A vencer acima de 1 ano	13.111.235	16.566.398	29.677.633	12.943.385	16.073.705	29.017.090
Total da Carteira (nota 7.a)	22.971.010	19.654.058	42.625.068	22.639.379	18.823.461	41.462.840

b.3) Por Concentração

	30.06.2026	% Carteira	31.12.2025	% Carteira
Maior devedor	803.290	1,9%	803.315	1,9%
10 maiores devedores	4.578.673	10,7%	4.499.400	10,9%
50 maiores devedores	6.813.257	16,0%	6.660.047	16,1%
100 maiores devedores	4.605.355	10,8%	4.816.611	11,3%
Demais devedores	25.824.493	60,6%	24.683.467	59,8%
Total da Carteira (nota 7.a)	42.625.068	100,0%	41.462.840	100,0%

c) Rendas de Operações de Crédito

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Empréstimos	390.407	306.876
Financiamentos	738.442	579.179
Financiamentos rurais	887.225	705.430
Total (nota 17.a)	2.016.074	1.591.485

d) Baixa de Operações de Crédito

	30.06.2026			31.12.2025		
	Valor	Saldo devedor sujeito a execução	Recuperadas	Valor	Saldo devedor sujeito a execução	Recuperadas
Empréstimos	165.181	56.143	8.278	95.048	23.629	27.123
Financiamentos	73.985	29.102	1.415	33.320	22.977	5.733
Financiamentos Rurais	15.707	6.035	10.357	67.659	67.659	28.599
Total (nota 7.e)	254.873	91.280	20.050	196.027	114.265	61.455

e) Operações Renegociadas e Recuperadas

Carteira Comercial
Carteira de Fomento

Renegociadas (*)

Carteira Comercial
Carteira de Fomento

Recuperadas operações de crédito (nota 7.d)

Total Recuperadas (nota 17.a)

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

1° Semestre/2026	1° Semestre/2025
27.653	11.327
1.250.835	645.719
1.278.488	657.046
7.166	11.502
12.884	15.510
20.050	27.012
20.050	27.012

8. Perda Esperada para Ativos Financeiros

a) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas para Ativos Financeiros

	Saldo em 01.01.2026	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 30.06.2026
Operações de Crédito	2.863.910	1.342.933	(52.838)	(253.448)	3.900.557
Empréstimos	741.455	371.851	(9.643)	(164.856)	938.807
Financiamentos	433.901	263.051	(8.812)	(73.629)	614.511
Financiamentos Rurais	1.688.554	708.031	(34.383)	(14.963)	2.347.239
Câmbio	7.029	6.790	(2.451)	-	11.368
Repasses/Relações Interfinanceiras	158	548	(504)	(18)	184
TVM (C.A e VJORA)	128.417	4.957	(6.582)	(47.132)	79.660
Compromisso de crédito a Liberar e Créditos a Liberar (*)	46.549	14.716	(5.477)	-	55.788
Total	3.046.063	1.369.944	(67.852)	(300.598)	4.047.557

(*) Conta do Passivo.

	Saldo em 01.01.2025	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 30.06.2025
Operações de Crédito	1.695.411	645.975	(169.627)	-	2.171.759
Empréstimos	381.153	198.285	(19.825)	-	559.613
Financiamentos	209.638	163.056	(48.035)	-	324.659
Financiamentos Rurais	1.102.162	275.996	(100.173)	-	1.277.985
Câmbio	2.458	8.638	(1.594)	-	9.502
Repasses/Relações Interfinanceiras	260	487	(379)	-	368
TVM (C.A e VJORA)	47.634	46.563	(6.314)	-	87.883
Compromisso de crédito a Liberar e Créditos a Liberar (*)	31.174	14.321	(3.241)	-	42.254
Total	1.774.479	707.346	(179.561)	-	2.302.264

(*) Conta do Passivo.

b) Despesas com Perdas Esperadas para Ativos Financeiros (Líquidas)

	1° Semestre/2026	1° Semestre/2025
Despesa/Reversão de Provisão para operações de crédito	(1.290.095)	(476.348)
Despesa/Reversão – TVM, exceto Derivativos	1.625	(40.249)
Despesa/Reversão - Repasses/Relações Interfinanceiras	(44)	(108)
Despesa/Reversão - Compromissos de Crédito	(9.239)	(11.080)
Despesa/Reversão - Operações com Características de Crédito - Câmbio	(4.339)	-
Total	(1.302.092)	(527.785)

9. Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge Contábil

Abaixo estão demonstrados os valores da operação de proteção do risco determinado por tipo de instrumento, valor do ativo, valor do passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado nos outros resultados abrangentes:

a) Valores de Operação de Proteção de Risco

30.06.2026					
Fator de risco	Instrumento financeiro Nacional	Passivo	Instrumento financeiro	Valor justo	MTM
Swap de Moeda EUR	218.622	217.702	(11.265)	(39.681)	(28.416)

31.12.2025					
Fator de risco	Instrumento financeiro Nacional	Passivo	Instrumento financeiro	Valor justo	MTM
Swap de Moeda EUR	242.698	244.169	(11.395)	(22.190)	(10.795)

b) Hedge de Captações

30.06.2026					
Instrumento de Hedge					Objeto de Hedge
Valor Nominal	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajuste ao valor justo no PL ⁽¹⁾	Ajuste ao valor justo no PL ⁽²⁾	Valor Contábil
218.622	(11.265)	(39.681)	(28.416)	(15.629)	217.702

31.12.2025					
Instrumento de Hedge					Objeto de Hedge
Valor Nominal	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajuste ao valor justo no PL ⁽¹⁾	Ajuste ao valor justo no PL ⁽²⁾	Valor Contábil
242.698	(11.395)	(22.190)	(10.795)	(5.937)	244.169

⁽¹⁾ Bruto dos efeitos fiscais.

⁽²⁾ Líquido de efeitos fiscais.

c) Hedge de Captações – Prazos

	30.06.2026						
	0-1 Ano	1-2 Anos	2-3 Anos	3-4 Anos	4-5 Anos	5-10 Anos	Total
Valor nominal	-	31.232	31.232	31.232	31.232	78.079	218.622
Valor justo	(25.405)	(20.888)	(12.455)	(5.675)	(439)	25.181	(39.681)
	31.12.2025						
	0-1 Ano	1-2 Anos	2-3 Anos	3-4 Anos	4-5 Anos	5-10 Anos	Total
Valor nominal	-	17.336	34.671	34.671	34.671	121.349	242.698
Valor justo	(24.852)	(20.802)	(11.003)	(4.029)	1.347	37.149	(22.190)

d) Passivos Financeiros mensurados a Valor Justo

	30.06.2026		31.12.2025	
	Nível 2	Valor contábil /Valor justo	Nível 2	Valor contábil /Valor justo
Instrumentos financeiros derivativos	39.681	39.681	22.190	22.190

10. Outros Ativos Financeiros

	30.06.2026	31.12.2025
Relações Interfinanceiras (*)	508.657	499.268
Rendas a receber	52.104	49.533
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.d)	738.166	714.128
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	704	17
Títulos e Créditos a Receber sem Características de Concessão de Crédito	960	960
Pagamentos a Ressarcir	42.810	53.234
Devedores Diversos	67.251	38.470
Provisão para outros Créditos	(16)	-
Outros Valores e Bens	3.182	3.182
Adiantamentos Diversos	58.150	3.809
Total	1.471.968	1.362.601

(*) O valor é constituído por uma provisão para perdas esperadas para ativo financeiro no valor de R\$ 184 referente a repasses/relações interfinanceiras (R\$ 158 em 31.12.2025). (nota explicativa nº 8.a).

11. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	30.06.2026	31.12.2025
Imóveis de Uso	144.195	135.547
Terrenos	15.277	41.877
Edificações	128.918	93.670
Outras Imobilizações de Uso	358.238	354.921
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	746
Imobilizações em Curso	35.157	69.656
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	87.321	85.321
Sistema de Comunicação	6.559	6.548
Sistema de Processamento de Dados	214.427	179.012
Sistema de Segurança	13.911	13.521
Outros imobilizados de uso	75	75
Obras de arte	42	42
Imobilizado de Uso	502.433	490.468
Depreciação Acumulada	(320.135)	(304.159)
Total	182.298	186.309

b) Intangível

	30.06.2026	31.12.2025
Sistemas de Processamento de Dados	360.004	340.334
Sistemas de Comunicação e de Segurança	24.855	24.855
Marcas	125	125
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	53.235	53.235
Outros Ativos Intangíveis	42.161	42.161
Intangíveis	480.380	460.710
Amortização Acumulada	(342.124)	(331.227)
Total	138.256	129.483

c) Movimentação do Imobilizado de Uso e Intangível no Período

	Saldos em 01.01.2026	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Transferências	Saldos em 30.06.2026
Imobilizado	186.309	16.748	(4.661)	(16.098)	-	182.298
Intangível	129.483	45.424	(25.754)	(10.897)	-	138.256
Total	315.792	62.172	(30.415)	(26.995)	-	320.554

	Saldos em 01.01.2025	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Transferências	Saldos em 30.06.2025
Imobilizado de Uso	106.991	25.399	(6)	(9.334)	43	123.093
Intangível	100.530	29.165	-	(10.919)	-	118.776
Total	207.521	54.564	(6)	(20.253)	43	241.869

d) Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Limite para Imobilização	3.553.962	3.620.249
(-) Situação para o Limite de Imobilização	(182.298)	(186.309)
Margem	3.371.663	3.433.940
Índice de Imobilização	2,6%	2,6%

12. Passivos a Custo Amortizado

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	04 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
À Vista ⁽¹⁾	2.210.944	-	-	2.210.944	1.960.205
Poupança	795.712	-	-	795.712	773.713
Interfinanceiros	65.340	-	-	65.340	61.795
A Prazo	1.298.572	1.629.718	7.369.816	10.298.106	10.407.932
A prazo	564.904	1.167.254	1.423.853	3.156.011	3.730.181
Judiciais com Remuneração	91.775	-	-	91.775	88.489
Especiais com Remuneração	641.893	462.464	5.945.963	7.050.320	6.589.262
SUDAM ⁽²⁾	198.199	462.464	5.945.963	6.606.626	6.172.197
FINAM ⁽³⁾	385.510	-	-	385.510	364.084
Outros	58.184	-	-	58.184	52.981
Total	4.370.568	1.629.718	7.369.816	13.370.102	13.203.645

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de Investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

b) Captações no Mercado Aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Não houve registro de captações no mercado aberto pertencentes à carteira própria do Banco em 30.06.2026 (sem registro em 31.12.2025).

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 1.180.233 no período (R\$ 1.113.036 em 31.12.2025).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015. Tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes. Em 30.06.2026, a taxa média das captações é de 96,1% do CDI.

c) Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2026 é de R\$ 130.165 (R\$ 155.407 em 31.12.2025), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 5,6% a.a. e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento, em até um ano.

d) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

d.1) Classificação por Encargos Financeiros e Prazo de Liquidação

	30.06.2026			31.12.2025		
	Taxa % a.a	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	1,0	4.920	5,2	2,0	6.788
BNDES Industrial	5,4	7,5	176.878	3,1	7,6	169.117
BNDES Rural	3,6	2,6	63.403	3,6	3,5	76.261
BNDES Comércio	14,2	5,3	185.259	4,7	7,3	105.894
BNDES Serviços	14,3	5,1	87.314	3,1	7,6	40.700
FINAME Industrial	8,2	5,9	14.046	8,2	6,9	13.989
FINAME Rural	6,9	1,1	2.037	6,7	1,8	3.005
FINAME Comércio	7,5	6,8	52.138	7,1	7,8	51.224
FINAME Serviços	7,2	6,0	41.113	7,0	6,2	29.385
FUNGETUR (*)	3,8	2,8	75.630	4,9	2,6	65.345
Tesouro Nacional	0,5	0,1	191	0,5	0,1	191
Total			702.929			561.899
Circulante			160.749			102.678
Não circulante			542.180			459.221

(*) O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças ou outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

d.2) Classificação por Faixa de Vencimento

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	366	701	1.051	2.102	700	-	-	4.920
BNDES Industrial	2.078	4.363	1.471	14.322	37.025	29.681	87.938	176.878
BNDES Rural	-	893	-	-	57.996	4.514	-	63.403
BNDES Comércio	2.115	12.963	2.529	35.062	89.918	37.813	4.859	185.259
BNDES Serviços	860	6.713	1.108	17.319	43.768	17.546	-	87.314
FINAME Industrial	2	142	-	131	5.603	5.472	2.696	14.046
FINAME Rural	692	-	12	280	644	-	409	2.037
FINAME Comércio	57	1.152	92	1.513	17.317	16.911	15.096	52.138
FINAME Serviços	463	1.200	1.014	2.818	15.930	13.085	6.603	41.113
FUNGETUR	32.179	2.265	3.481	7.050	21.016	4.731	4.908	75.630
Tesouro Nacional (*)	71	120	-	-	-	-	-	191
Total 30.06.2026	38.883	30.512	10.758	80.597	289.917	129.753	122.509	702.929

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado no Tesouro Nacional o montante de R\$ 191.

e) Obrigações por Repasses do Exterior

	30.06.2026			31.12.2025		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valor	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valor
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento - Disponível (*)	4,5	9,5	217.702	4,5	9,5	244.169
Total			217.702			244.169
Circulante			4.338			4.750
Não Circulante			213.364			239.419

(*) Captação em 20.05.2025 no valor de R\$ 235.831, com amortizações semestrais e carência de principal pelo período de 03 anos e vencimento da última parcela em julho de 2034. No período acumulado de 20.05.2025 a 30.06.2026, o reconhecimento de juros do financiamento do período correspondeu a R\$ 11.386 e a variação cambial do financiamento foi positiva e totalizou R\$17.138. Para proteção contra variação cambial, foram contratados derivativos conforme descrito na nota nº 9.

f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	30.06.2026	31.12.2025
FNO (*) (notas nºs 20 e 23.b.1)	40.007.665	36.124.998
FMM (notas nºs 21 e 23.b.1)	32.090	40.971
FDA - Aplicado (notas nºs 19 e 23.b.1)	43.928	52.245
Outros	79	79
Total	40.083.762	36.218.293
Circulante	15.472.014	10.770.724
Não Circulante	24.611.748	25.447.569

(*) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota explicativa nº 20), não apresentando vencimento.

g) Outros Passivos Financeiros

	30.06.2026	31.12.2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.967	3.948
Sociais e Estatutárias	3.423	510.746
Remuneração do Capital a Pagar (*)	135	422.416
Provisão para Participação nos Lucros	3.288	88.330
Total	9.390	514.694
Circulante	9.390	514.694
Não circulante	-	-

(*) Valor referente a Dividendos/JCP de exercícios anteriores, em conformidade com o prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art.287, inciso II alínea a. A remuneração do capital se dará em forma de JCP para o exercício de 2025 e será atualizado pela variação da taxa Selic, a partir da data do encerramento do exercício até a data do pagamento, conforme aviso aos acionistas.

13. Outros Passivos

	30.06.2026	31.12.2025
Credores Diversos – País	218.992	122.901
Imobilizações	3.255	3.254
Parcelas de Operações de Crédito- Securitização	936	1.605
Recebimento de Recursos para Aval	27.600	27.282
Levantamento de Depósitos Recursais	21.240	20.684
Demais	165.961	70.076
Total	218.992	122.901
Circulante	218.992	122.901
Não circulante	-	-

14. Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Provisões

a.1) Provisão para Perdas Esperadas

	30.06.2026	31.12.2025
Compromissos de Empréstimos	55.788	46.549
Provisão para Perda Esperada com Compromissos de Crédito	101	130
Provisão para Perda Esperada com Créditos a Liberar	55.687	46.419
Garantias Financeiras Prestadas (nota nº14.b)	1.669.972	1.569.956
Total	1.725.760	1.616.505

a.2) Provisão Passivos Atuariais

	30.06.2026	31.12.2025
BD Liquidado	667.180	659.787
Misto Liquidado	29.661	23.220
Assistidos pelo Banco	28.616	34.540
Auxílio Saúde	322.832	305.651
Total (notas nºs 23.b.1 e 25)	1.048.289	1.023.198

a.3) Provisões Contingenciais e Outras Provisões

	30.06.2026	31.12.2025
Provisões Contingenciais (notas nºs 14.c.1 e 14.c.2)	1.013.453	1.017.261
Ações Trabalhistas (Indenizações)	421.364	406.852
Ações Cíveis (*)	369.137	378.480
Ações Fiscais	13.527	13.410
Planos Saldados (BB Previdência)	182.756	190.834
Ações Trabalhistas (CAPAF)	25.710	26.726
Diversas - Desvalorização de Bens	349	349
Outras Contingências	610	610
Outras Provisões	236.201	284.610
Provisão para Pagamentos a Efetuar de Pessoal	105.657	107.817
Provisão para Pagamentos a Efetuar Administrativo	48.711	99.789
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	76.715	68.057
Diversas	5.118	8.947
Total	1.249.653	1.301.871

(*) Dentre as ações judiciais cíveis, encontram-se as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão de fundos de investimentos é de R\$ 52.956 e o valor dos pagamentos de civis e sucumbências é de R\$ 316.181.

b) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Saldos em 01.01.2026	Complemento Provisões	Pagto de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2026
Risco FNO Rural (nota nº 20)	799.977	183.443	(80.945)	(13.931)	888.544
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	739.985	104.855	(65.372)	(30.684)	748.784
FDA (nota nº 19)	29.893	13.501	(1.304)	(10.031)	32.059
SEC 1 (Cessão de crédito – Lei 9.138/1995) (*)	91	488	-	(4)	575
FIDER	10	-	-	-	10
Total (nota nº 14.a.1)	1.569.956	302.287	(147.621)	(54.650)	1.669.972

(*) Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Retenção de risco em cessões de crédito – Operação baixada” do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2026, o montante corresponde a R\$ 575.

	Saldos em 01.01.2025	Complemento Provisões	Pagto de Perdas	Reversões	Saldos em 30.06.2025
Risco FNO Rural (nota nº 20)	826.417	82.293	(70.451)	-	838.259
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	777.076	87.156	(60.464)	(42.761)	761.007
FDA (nota nº 19)	21.989	8.324	(1.208)	(1.898)	27.207
SEC 1 (Cessão de crédito – Lei 9.138/1995) (*)	306	12	(14)	-	304
FIDER	8	2	-	-	10
Total (nota nº 14.a.1)	1.625.796	177.787	(132.137)	(44.659)	1.626.787

(*) Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Retenção de risco em cessões de crédito – Operação baixada” do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2025, o montante corresponde a R\$ 2.153.

c) Provisões Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

c.1) Movimentação das Provisões Classificadas como Perda Provável

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trabalhistas (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Outras Conting.	Total
Saldo em 01.01.2026	406.852	378.480	13.410	190.834	26.726	349	610	1.017.261
Adição (resultado)	50.588	25.142	424	-	95	-	-	76.249
Atualização monetária	-	-	-	10.169	-	-	-	10.169
Baixa por pagamento	(23.242)	(26.103)	-	(18.247)	(981)	-	-	(68.573)
Reversão da provisão	(12.834)	(8.382)	(307)	-	(130)	-	-	(21.653)
Saldo em 30.06.2026 (notas nºs 14.a.3 e 14.c.2)	421.364	369.137	13.527	182.756	25.710	349	610	1.013.453

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trabalhistas (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Total
Saldo em 01.01.2025	73.271	43.177	2.693	293.572	3.271	349	416.333
Adição (resultado)	38.263	6.226	38	-	4	-	44.531
Atualização monetária	-	-	-	13.720	-	-	13.720
Baixa por pagamento	(19.910)	(4.760)	-	(50.940)	-	-	(75.610)
Reversão da provisão	(6.940)	(4.198)	-	-	(2.205)	-	(13.343)
Saldo em 30.06.2025 (notas nºs 14.a.3 e 14.c.2)	84.684	40.445	2.731	256.352	1.070	349	385.631

c.2) Cronograma Esperado de Desembolsos das Provisões

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trab. (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Outras Conting.	Total
Até 5 anos	274.078	126.398	11.997	134.868	3.002	349	602	551.294
De 5 anos a 10 anos	90.711	109.530	449	47.888	7.206	-	2	255.786
Acima de 10 anos	56.575	133.209	1.081	-	15.502	-	6	206.373
Total (notas nºs 14.a.3 e 14.c.1)	421.364	369.137	13.527	182.756	25.710	349	610	1.013.453

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

c.3) Provisões Classificadas como Perda Possível

Provisões de Causas – Possíveis	30.06.2026	31.12.2025
Fiscais	36.167	36.167
Trabalhistas	45.859	47.761
Cíveis	911.865	1.036.582
CAPAF	435	435
Total	994.326	1.120.945

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis – Possíveis	30.06.2026	31.12.2025
Anulação de Contrato	4.586	4.586
Cotas Finam	56.916	73.353
Danos Morais e Materiais	64.975	141.986
Debêntures do FINAM	4.586	4.586
Exclusão de Restritivos	13.829	14.281
Honorários Advocatícios	435.261	435.264
Inexistência de Débitos	1.677	1.765
Revisional	272.621	303.019
Obrigações de Fazer	54.314	54.555
Outras	3.100	3.187
Total	911.865	1.036.582

d) Devedores por Depósitos em Garantia

	30.06.2026	31.12.2025
Demandas Recursais	66.258	51.914
Fiscais	348	348
Cíveis	771	771
Trabalhistas	78.731	76.824
Provisão p/Devedores Depósitos Recursais (*)	(13.592)	(26.029)
Demandas Judiciais	671.908	662.214
Fiscais	11.372	-
Cíveis	291.064	223.707
Trabalhistas	343.951	328.016
Outras	25.521	110.491
Total (nota nº 10)	738.166	714.128

(*) Neste período houve uma reversão de provisão de depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras, no valor de R\$ 9.370. Em 31.12.2025, houve uma constituição de provisão no valor de R\$ 748.

15. Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	7.274.071	7.161.405
Valor Patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	129,76	127,75
Valor de Mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	65,08	77,79

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

b) Capital Social

Em 30 de junho de 2026, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31.12.2025) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de Ações	30.06.2026	31.12.2025
Acionistas Domiciliados no País	56.037.135	56.041.163
Acionistas Domiciliados no Exterior	21.180	17.152
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0%	54.379.976	97,0
Administração Direta – Ministério da Fazenda	44.160.721	78,8%	41.098.862	73,3
Administração Indireta	10.219.255	18,2%	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	-	-	10.427.301	18,6
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	7.365.442	13,1%	-	-
BB FGO - Fundo Investimento em Ações	2.853.813	5,1%	2.853.813	5,1
Em Circulação	1.678.339	3,0%	1.678.339	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

No semestre foi efetivada a transferência de 7.365.442 ações ordinárias de emissão do Banco da Amazônia S.A. da União para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, autorizada pelo Decreto nº 12.912, de 30 de março de 2026. Com a conclusão da operação, a participação da União passou a corresponder a 78,8% por meio da administração direta e a 18,2% por meio da administração indireta, mantendo-se inalterada sua participação total de 97,0%.

c) Reserva de Reavaliação

A Reserva de Reavaliação, no valor de R\$ 15.141 (R\$ 15.642 em 31.12.2025) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 501, (R\$ 646 em 31.12.2025) decorrentes de depreciação. Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	30.06.2026	31.12.2025
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reservas de Lucros	4.008.479	3.866.225
Legal	446.521	428.868
Estatutária	3.477.981	3.437.357
Especial para Dividendos não Distribuídos (*)	83.977	-

(*) Em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, são provisionados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando o cumprimento da legislação societária e dos direitos dos acionistas

e) Lucro por Ação

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas	353.060	575.159
Quantidade de Ações (em unidades)	56.058.315	56.058.315
Lucro por Ação Básico (R\$)	6,29808	10,26001

f) Ajustes de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2026	31.12.2025
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(406.720)	(377.633)
Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(285.547)	(251.988)
Hedge de Fluxo de Caixa (nota nº 9)	(15.629)	(5.937)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(105.544)	(119.708)

g) Destinação do Lucro Líquido

	30.06.2026	30.06.2025
Lucro Líquido	353.060	575.159
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(17.653)	(28.758)
Saldo Após a Reserva Legal	335.407	546.401
Realização da Reserva de Reavaliação	501	303
Saldo Após a Reserva	335.908	546.704
Reconhecimento dos efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	(206.013)
Base de Cálculo para Distribuição	335.908	340.691
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	(83.977)	(85.173)
Reserva Estatutária	(251.931)	(255.518)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

No período em questão o Banco apurou prejuízo fiscal para o IRPJ e base de cálculo negativa para a CSLL referente as regras de dedutibilidade de perdas de créditos inadimplidos em conformidade a Lei nº 14.467/2022.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	1º Semestre/2026		1º Semestre/2025	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(2.816)	(2.816)	699.901	699.901
Exclusões Líquidas Caráter Permanente (*)	(971.179)	(971.179)	(904.721)	(904.721)
Adições Líquidas Caráter Temporário	577.078	577.078	570.883	570.883
Lucro Tributável antes Compensações	(396.917)	(396.917)	366.063	366.063
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores Devidos pela Alíquota Normal	-	-	54.910	73.213
Adicional de Imposto de Renda (10%)	-	-	36.594	-
Incentivos	-	-	(3.338)	-
Valores Devidos	-	-	88.166	73.213
Realização Reserva Reavaliação e Diferido s/MTM	-	-	(138)	(110)
Valores Registrados em Resultado Antes Ativação	-	-	88.028	73.103
Crédito Tributário s/Diferenças Temporárias	197.709	158.167	(20.216)	(16.173)
Valores Efetivamente Registrados no Resultado	197.709	158.167	67.812	56.930
% Despesa Efetiva em Relação ao Lucro Antes IRPJ/CSLL	-	-	9,7	8,1

(*) Exclusões permanentes são registros que se apresentam definitivos na base de cálculo, permanecendo até o final do período fiscal. No período, a maior composição desse valor é referente a receita com rendas de *del credere* FNO risco 100%

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias dedutíveis, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995.

Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Em conformidade com a Resolução CMN no 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou o modelo de perda esperada para o cálculo de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o que impactou o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

Para o exercício de 2026, contudo, também deve ser considerada a regra de transição estabelecida pela Lei nº 15.078/2024, segundo a qual as perdas relativas a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas e não recuperadas, passam a ser excluídas do lucro líquido a partir de janeiro de 2026, de forma parcelada, à razão de 1/84 ou 1/120, conforme a opção adotada pela instituição.

Relativamente aos planos de Benefícios Saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos dez anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN no 4.842/2020 e Resolução BACEN nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base para constituição dos respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2026:

	01.01.2026	Constituição	Realizado	30.06.2026
Imposto de renda				
Provisão trabalhista	79.764	50.683	(37.187)	93.260
Provisão para risco de crédito	3.317.114	515.099	(118.814)	3.713.399
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	462.811	60.317	-	523.128
Provisão para passivos legais e judiciais	80.913	25.587	(34.791)	71.709
Provisão TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	160.005	4.356	(6.325)	158.036
Prejuízo Fiscal s/IRPJ e Base Negativa s/CSLL	-	396.917	-	396.917
Outras provisões	205.886	110.591	(167.386)	149.091
Base de cálculo	4.306.493	1.163.550	(364.503)	5.105.540
Imposto de renda diferido (25%)	1.076.623	290.888	(91.126)	1.276.385
Contribuição social				
Provisão trabalhista	79.764	50.683	(37.187)	93.260
Provisão para risco de crédito	3.317.114	515.099	(118.814)	3.713.399
Desv. marcação a mercado – Título disponível p/ venda	462.811	60.317	-	523.128
Provisão para passivos legais e judiciais	80.913	25.587	(34.791)	71.709
Provisão TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez	160.005	4.356	(6.325)	158.036
Prejuízo Fiscal s/IRPJ e Base Negativa s/CSLL	-	396.917	-	396.917
Outras provisões	198.853	110.591	(167.386)	142.058
Base de cálculo	4.299.460	1.163.550	(364.503)	5.098.507
Contribuição social diferida (20%)	859.892	232.710	(72.901)	1.019.701
Total do crédito tributário	1.936.515	523.598	(164.026)	2.296.086

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente quanto ao seu incremento, reversão ou manutenção, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado no estudo técnico, em consonância com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, especialmente conforme a Resolução CMN no 4.842/2020 e a Resolução BACEN no 2/2020.

A partir de janeiro de 2025, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco passou a adotar os critérios contábeis nela estabelecidos para a mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros, com reflexos na apuração dos créditos tributários diferidos.

No âmbito tributário, a partir de 1º de janeiro de 2025, passou a vigorar o tratamento previsto na Lei nº 14.467/2022, que estabelece critérios específicos para a dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos para fins de IRPJ e CSLL. Para as perdas relativas a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, não deduzidas e não recuperadas, aplicam-se as regras de transição previstas na referida Lei, com dedução parcelada a partir de janeiro de 2026. Dessa forma, a partir de 2025, o tratamento fiscal das perdas passou a observar critérios distintos daqueles aplicáveis anteriormente, produzindo efeitos sobre o reconhecimento e a realização dos créditos tributários diferidos.

Os créditos tributários são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme previsto na Resolução BACEN nº 2/2020, considerando-se sua expectativa de realização no prazo máximo de até dez anos.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A expectativa de realização dos créditos tributários diferidos é determinada com base em estudo técnico elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pela regulamentação vigente, considerando as projeções de geração de lucros e receitas tributáveis futuros, bem como as diferenças temporárias e demais fatores que impactam a realização dos créditos.

Em 30 de junho de 2026, as projeções de realização dos créditos tributários consideram a expectativa de geração de resultados tributáveis em períodos subsequentes, inclusive para utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL apurados no período, observando-se o prazo máximo de dez anos estabelecido na regulamentação aplicável.

A expectativa de realização dos créditos tributários é revisada por ocasião dos balanços semestrais e anuais, considerando as condições econômicas, financeiras e operacionais do Banco e os resultados efetivamente realizados em comparação com aqueles projetados.

	2026	2027	2028	2029	2030	De 2031 a 2036	Total
Créditos tributários							
Crédito Tributário de IR	184.885	140.315	131.063	133.309	79.158	607.655	1.276.385
Crédito Tributário de CSLL	147.908	112.251	104.851	106.647	63.327	484.717	1.019.701
Total – Valores Nominais (nota nº 16.c)	332.793	252.566	235.914	239.956	142.485	1.092.372	2.296.086
Índice Acumulado a.a (%)	1,14	1,27	1,38	1,48	1,58	-	-
Valor Presente destes Ativos	291.158	198.714	171.325	162.682	90.352	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos Tributários não Ativados

Os créditos tributários que não atendem aos critérios estabelecidos na regulamentação aplicável para reconhecimento contábil como ativo fiscal diferido não são ativados pelo Banco, permanecendo registrados para fins de controle e acompanhamento quanto à possibilidade de futura ativação, observados os critérios regulamentares.

	30.06.2026	31.12.2025
Provisão FNO	136.846	158.804
Provisão Auxílio Pós-Emprego	1.290.949	1.208.954
Provisão Ativos Atuariais – CAPAF	209.818	198.444
Outras Provisões	46.023	55.533
Total das Provisões	1.683.636	1.621.735
Créditos Tributários (CSLL) ⁽¹⁾	336.727	324.347
Créditos Tributários (IRPJ) ⁽²⁾	420.519	405.044
Total Créditos Tributários Não Ativados (IRPJ e CSLL)	757.246	729.391

⁽¹⁾ CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

⁽²⁾ IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 30 de junho de 2026, o Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Os efeitos tributários decorrentes desses valores foram avaliados de acordo com os critérios aplicáveis ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos e estão refletidos nos saldos de créditos tributários apresentados nas demonstrações financeiras, quando atendidos os requisitos para seu reconhecimento.

f) Impostos e Contribuições a Compensar

	30.06.2026	31.12.2025
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o Lucro Estimado	284.309	211.863
Imposto de Renda Recolhido	170.771	126.669
Contribuição Social Recolhida	113.538	85.194
Benefício Fiscal - Lei do Bem - IRPJ e CSLL - Exercício 2024	18.331	17.367
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	17.729	20.553
Total	320.369	249.783
Circulante	17.474	229.230
Não circulante	302.895	20.553

g) Obrigações Fiscais

	30.06.2026	31.12.2025
Correntes	77.138	57.594
Impostos e Contribuições a Recolher	77.138	57.594
Diferidos ^(*)	5.729	6.743
Total	82.867	64.337
Circulante	77.138	59.444
Não circulante	5.729	4.893

^(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das Principais Contas de Resultado

a) Receitas da Intermediação Financeira

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas da Intermediação Financeira	3.473.843	3.010.282
Operações de Crédito	2.043.518	1.627.482
Rendas de Operações de Crédito (nota nº 7.c)	2.016.074	1.591.485
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (notas nºs 7.d e 7.e)	20.050	27.027
Rendas de Repasses Interfinanceiros	7.394	8.970
Resultado de Operações com TVM	1.425.586	1.381.132
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	115.699	84.732
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.314.008	1.284.316
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	-	195
Lucros com Títulos de Renda Fixa (*)	9.411	12.848
Outras Rendas Operacionais- Prêmios TVM	22	-
Despesas em Operações com Derivativos	(13.412)	(866)
Outras Despesas Operacionais - TVM - Cotas Fundos Mútuos Renda Fixa	(142)	(93)
Rendas de Outras Operações com Características de Crédito	4.739	1.668
Despesas da Intermediação Financeira	(2.476.349)	(2.103.579)
Captações no Mercado Aberto	(765.840)	(720.218)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.710.509)	(1.383.361)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(50.218)	(21.102)
Obrigações por Fundos Financeiros e Desenvolvimento	(1.660.291)	(1.362.259)
Perdas Esperadas para Ativos financeiros (Líquidas) (nota nº 8.b)	(1.302.092)	(527.785)
Variações Cambiais (Líquidas) (nota nº 17.b)	18.432	(7.879)
Resultado de Intermediação Financeira (Líquida)	(286.166)	371.039

(*) Valor decorrente da alienação de títulos públicos.

b) Variações Cambiais (Líquidas)

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas de Ajustes de Variação Cambial	46.465	15.817
Disponibilidades	331	-
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	7.103	7.136
Obrigações por Empréstimos e Repasses - AFD	25.782	-
Outros Passivos Financeiros – Câmbio	13.249	8.681
Despesas de Ajustes de Variação Cambial	(28.033)	(23.696)
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	(13.789)	(18.108)
Obrigações por Empréstimos e Repasses - AFD	-	(1.821)
Outros Passivos Financeiros – Câmbio	(14.244)	(3.767)
Total (nota nº 17.a)	18.432	(7.879)

c) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Cobrança e Custódia	225	1.163
Comissões Comerciais e Sobre Serviços	34.488	33.928
Outros Serviços	1.231	1.957
Administração de Fundos Sociais e Programas Governamentais (nota nº 23.b.2)	246.023	237.698
Total	281.967	274.746

d) Receitas de Tarifas Bancárias e Comissões

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Tarifas Pessoa Física	72.379	84.729
Tarifas Pessoa Jurídica	56.590	62.846
Comissões em Comercialização/Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	3.676	4.317
Total	132.645	151.892

e) Despesas de Pessoal

Honorários (nota nº 23.a)
Benefícios
Encargos sociais
Proventos
Treinamento
Remuneração de Estagiários
Total

1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
(3.282)	(3.418)
(57.409)	(51.667)
(99.657)	(99.376)
(246.512)	(228.050)
(8.525)	(3.623)
(1.485)	(1.678)
(416.870)	(387.812)

f) Despesas Administrativas

Água, Energia e Gás
Aluguéis
Processamento de Dados ⁽¹⁾
Comunicações
Manutenção e Conservação de Bens
Serviços de Terceiros ⁽²⁾
Vigilância e Segurança
Serviços do Sistema Financeiro
Promoções e Relações Públicas
Propaganda e Publicidade
Serviços Técnicos Especializados ⁽³⁾
Transporte
Viagens
Demais Despesas Administrativas
Total

1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
(7.203)	(6.586)
(15.725)	(11.538)
(99.834)	(53.424)
(12.905)	(10.986)
(14.958)	(10.440)
(103.853)	(44.328)
(27.610)	(18.699)
(22.478)	(12.798)
(15.307)	(18.316)
(4.160)	-
(66.568)	(44.638)
(8.723)	(7.380)
(10.866)	(8.644)
(7.456)	(9.013)
(417.646)	(256.790)

⁽¹⁾ A variação teve como maiores impactos o avanço em despesas com subscrição de software, Desenvolvimento/manutenção de sistemas e consultorias.

⁽²⁾ O maior impacto se deu pelo crescimento da despesa de operacionalização Rural/ MPO OSCIP no valor de R\$ 63.027.

⁽³⁾ Variação impactada pelo crescimento das despesas relacionadas ao planejamento estratégico relacionado ao projeto transformação do Banco.

g) Despesas Tributárias

ISS
COFINS
PIS/PASEP
Demais Tributos
Total

1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
(8.018)	(7.840)
(70.646)	(66.641)
(11.480)	(10.829)
(2.718)	(4.120)
(92.862)	(89.430)

h) Demais Receitas (Despesas) Operacionais e Despesas de Provisão

h.1) Demais Receitas Operacionais

Reversão de Provisões Passivas Não Associadas ao Risco de Crédito
Contingenciais
Reversão de Outras Provisões Operacionais ^(*)
Rendas de <i>Del Credere</i> – FDA
Receita Variação Taxas - FMM
Receita Variação Taxa Câmbio
Multas – Operações Crédito Geral
SEC I - Rendas de Recuperação de Oper. Liquidadas na STN
Rendas sobre Depósito Compulsório
Rendas de Atualização Selic sobre Tributos a Compensar
Atualização de Devoluções Judiciais Trabalhistas
Demais
Total

1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
101.162	13.923
21.653	13.342
79.509	582
3.029	1.885
4.195	6.827
13.568	7.218
2.202	1.501
1.489	-
5.864	5.718
1.967	772
698	2.877
270	299
134.444	41.020

^(*) O crescimento é decorrente de reversão de provisões operacionais administrativas.

h.2) Demais Despesas Operacionais

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Pagamento de Causas (*)	-	(8.969)
Estorno de Encargos - Carteira de Fomento	(500)	-
Cumprimento Decisões Judiciais Trabalhistas	(69)	(313)
Outras Despesas sobre Câmbio – Financeiro	(502)	(543)
Despesas sobre Saldos Credores do INSS	(526)	(468)
Despesas de Variação de Taxas	(1.643)	(1.086)
Despesas de Variação de Taxas – FMM	(4.434)	(6.061)
Despesas - Pagamento de Benefícios/Pensões - INSS	(622)	(703)
Atualização sobre Dividendos e JCP a Pagar	(40.054)	(18.710)
Despesas de Grade de Perdas Operacionais	(624)	(20.682)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(393)	(3.972)
Outras Despesas Operacionais – Diversas	(9.817)	(3.524)
Total	(59.184)	(65.031)

(*) Referem-se às diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte de: atualização monetária, utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

h.3) Despesas de Provisão

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Garantia Financeira Prestada (Líquida)	(247.637)	(133.128)
FNO (notas nºs 20 e 23.b.2)	(243.683)	(126.688)
FDA	(3.470)	(6.426)
SEC 1 (Cessão de Crédito - Lei 9.138/1995)	(484)	(12)
FIDER	-	(2)
Passivo Atuarial	(95.221)	(159.541)
CAPAF - Atualização Benefícios Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 23.b.2)	(81.511)	(121.287)
CAPAF - Despesas Pós-Emprego Assistidos (nota nº 23.b.2)	(1.852)	(3.246)
Auxílio Saúde (nota nº 23.b.2)	(11.858)	(35.008)
Contingenciais	(86.418)	(57.781)
Demandas Judiciais	(76.249)	(44.062)
Trabalhistas	(50.588)	(38.263)
Fiscais	(424)	(38)
Cíveis	(25.142)	(5.757)
CAPAF	(95)	(4)
BB Previdência – Planos Saldados (nota nº 23.b.2)	(10.169)	(13.719)
Benefício Definido (PBD)	(9.531)	(12.756)
Misto de Benefício (PMB)	(638)	(963)
Total	(429.276)	(350.450)

i) Resultado não operacional

Neste 1º semestre de 2026, o Banco apresentou resultado não operacional de R\$ 341, sendo R\$ 380 de receitas não operacionais e R\$ 39 de despesas não operacionais (Resultado não operacional de R\$ 492 em 30.06.2025).

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Rendas de Administração do FINAM (*)	3.576	5.888
Entrada de recursos (*)	-	1.082

(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota explicativa nº 14.c.3, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Lei nº 14.165/2021, que definiu as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, e à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022, revogada pela Portaria MIDR nº 1.376/2023, alterada em alguns dispositivos pela Portaria nº 336/2025, que estabelece os procedimentos, as metas e o prazo para o desinvestimento, a liquidação e o encerramento do FINAM, o Banco, como operador, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo MIDR.

As ofertas de recompra de cotas estão sendo operacionalizadas pelos Bancos Operadores, por meio de Leilões de Compra, na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, por intermédio de Corretoras de Valores Mobiliários credenciadas. A recompra de cotas poderá ocorrer até dezembro de 2028, data estabelecida para a liquidação e encerramento definitivo desses Fundos.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	30.06 2026	31.12 2025
<i>Del credere</i> ⁽¹⁾	17.468	14.873
Risco da Provisão ⁽²⁾	32.059	29.894
Repasses do Tesouro ⁽³⁾ (notas nºs 12.f e 23.b.1)	43.928	52.245

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 4.966/2021 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Baseando-se no Decreto nº 4.254/2002, não ocorreram liberações, em 30 de junho de 2026, com isso, não houve geração de taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Despesa de Provisão Risco de Operações - FDA (nota 14.b)	(13.501)	(8.324)
Reversão de Provisão Risco de Operações - FDA	10.031	1.898

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do governo federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da região norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Taxa de Administração	241.095	230.979
FNO	176.987	179.145
FNO – PRONAF	64.109	51.834
Receitas <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 23.b.2)	1.145.960	996.489
Recuperação de Rendas FNO ^(*)	29.286	25.767
Despesas com Remuneração do disponível do FNO (nota nº 23.b.2)	(349.014)	(315.020)
Despesa de Prov. Garantia Finan.Prestada (líquida) (notas nºs 17.h.3 e 23.b.2)	(243.683)	(126.688)

^(*) Do montante apresentado no 1º semestre, R\$ 3.389 (R\$ 23.526 no 1º semestre de 2025) refere-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 03/2023 e R\$ 27.907 (R\$ 2.241 no 1º semestre de 2025) refere-se à recuperação de operações indenizadas.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei nº 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

A partir de 2023, a taxa de administração foi alterada: redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m.; e, limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiros das operações contratadas.

No que se refere ao *Del Credere*, a Lei nº 14.227/2021 estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 2022, nova regra considerando o porte dos clientes. O *Del Credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. Nas operações em que o Banco assume risco 100%, o *Del Credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco.

O patrimônio líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	63.393.359	59.730.462
Disponível do FNO ⁽²⁾	7.339.490	4.033.058
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14.b)	1.637.328	1.539.962
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾	209.338	247.617
Provisão para Perdas em Repasses	(177)	(146)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

No 1º semestre de 2026, o Banco procedeu à baixa de R\$ 146.317 (R\$ 130.915 em 30.06.2025) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial MIDR/MF nº 03/2023.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. No 1º semestre de 2026, foi devolvido ao fundo o montante de R\$ 149.331 (R\$ 132.409 em 30.06.2025).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	30.06.2026	31.12.2025
Recursos a Alocar ^(*)	5.670.050	1.384.666
Recursos Alocados	34.275.791	34.675.231
Taxa de Administração	29.582	29.628
Outros	32.242	35.473
Total (notas nº 12.f e 23.b.1)	40.007.665	36.124.998

^(*) A elevação do saldo de recursos a alocar em 30.06.2026 é reflexo do aumento das indenizações decorrentes das baixas para prejuízo de operações de risco 50% do Banco, das desclassificações de operações pelo BACEN e Indenizações pagas pelo Banco relativas à transferência para compensado de contratos de risco 100% do Banco.

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir:

Estágios	30.06.2026		Estágios	31.12.2025	
	Valor das Operações	Provisão Regulamentar		Valor das Operações	Provisão Regulamentar
1	15.260.110	5.152	1	15.695.723	3.567
2	1.605.058	4.527	2	2.167.967	4.899
3	3.724.488	1.627.649	3	3.496.920	1.531.495
Total	20.589.656	1.637.328	Total	21.360.610	1.539.961
Circulante	5.449.469	433.352		4.991.324	359.842
Não Circulante	15.140.187	1.202.976		16.369.286	1.180.119

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	30.06.2026	31.12.2025
Recursos Repassados ^(*) (notas nºs 12.f e 23.b.1)	32.090	40.971

^(*) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

22. Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs)

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FACs), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos. Em 30 de junho de 2026, os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos totalizam R\$ 66.

23. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros Benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Demais Comitês, são compostos conforme segue:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Honorários	(2.437)	(2.552)
Diretoria Executiva	(1.628)	(1.765)
Conselho de Administração	(184)	(162)
Conselho Fiscal	(121)	(90)
Comitê de Auditoria	(272)	(212)
Demais Comitês	(232)	(323)
Outras	(845)	(866)
Encargos Sociais	(499)	(456)
Ajuda de Custo	-	(84)
Auxílios e Benefícios ^(*)	(346)	(326)
Subtotal (nota nº 17.e)	(3.282)	(3.418)
Remuneração Variável Anual	(956)	(1.150)
Total	(4.238)	(4.568)

^(*) Alimentação, Moradia, Creche, Plano de Saúde e Previdência Privada

O Banco não oferece Benefícios Pós-Emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (CAPAF).

b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração (CONSAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota explicativa nº 6 (Ativos Financeiros – TVM).

As operações com entidades sob o controle do governo federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas nºs: 12.d (Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais), 12.f (Fundos Financeiros e de Desenvolvimento), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do governo federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs: 12.d, 12.f, 18, 19, 20 e 21.

b.1) Sumário dos Principais Saldos

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos	150	172
Operações de Crédito	150	172
Pessoal-Chave da Administração	150	172
Passivos	42.017.748	37.994.221
Depósitos à Vista	90	75
Pessoal-Chave da Administração	90	75
Depósitos a Prazo	1	1
Pessoal-Chave da Administração	1	1
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (nota nº 12.d.1)	702.929	561.899
Tesouro Nacional	191	191
BNDES	517.774	398.761
FINAME	109.334	97.602
FUNGETUR	75.630	65.345
Outros Passivos	41.314.728	37.432.246
FNO (notas nºs 12.f e 20)	40.007.665	36.124.998
FMM (notas nºs 12.f e 21)	32.090	40.971
FDA-Aplicado (notas nºs 12.f e 19)	43.928	52.245
Benefícios a Empregados	1.231.045	1.214.032
CAPAF - Provisão Passivo Atuarial (notas nºs 14.a.2 e 25.b)	1.048.289	1.023.198
BB Previdência - Provisão Planos Saldados (notas nºs 14.a.3 e 25.b)	182.756	190.834

b.2) Valores das Principais Receitas e Despesas com Partes Relacionadas no Período

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Receitas de Adm. de Fundos Sociais e Programas Governamentais (nota nº 17.c)	246.023	237.698
FNO - Receitas <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	1.145.960	996.489
FNO - Despesas com Remuneração do Disponível do FNO (nota nº 20)	(349.014)	(315.020)
FNO - Despesa de Prov. Garantia Financ. Prestada (líquida) (notas nºs 17.h.3 e 20)	(243.683)	(126.688)
Despesas Contribuição Patronal (nota nº 25.c)	(23.653)	(44.840)
CAPAF - Liquidados - BD e Misto	(395)	(995)
BB Previdência - Prev Amazônia	(11.400)	(8.836)
Auxílio Saúde (nota nº 17.h.3)	(11.858)	(35.008)
Atualização Ajuste Pós-Emprego	(93.532)	(138.252)
CAPAF - Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.h.3)	(81.511)	(121.287)
CAPAF - Despesas Pós-Emprego Assistidos (nota nº 17.h.3)	(1.852)	(3.246)
BB Previdência - Atualização Planos Saldados (notas nºs 17.h.3 e 25.e)	(10.169)	(13.719)

24. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração Mensal dos Empregados (em reais) e Outras Informações

Remuneração (*)	30.06.2026	31.12.2025
Maior	38.440,10	38.440,10
Menor	3.668,63	3.668,63
Média	13.007,89	13.566,63
Valor Médio dos Benefícios	4.080,28	4.127,73

(*) inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações

	30.06.2026	31.12.2025
Quantidade de Empregados	2.913	2.810
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	84.564

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) observa as orientações e diretrizes determinadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), conforme disposto na Lei nº 10.101/2000 e no Decreto nº 12.904/2026. Possui natureza não salarial, conforme o previsto no Art. 7º da Constituição Federal de 1988, sendo objeto de negociação por meio de acordo coletivo de trabalho. As metas e as apurações dos indicadores são aprovadas pelo Conselho de Administração (CA). A distribuição aos trabalhadores é feita com base no cumprimento dos indicadores, limitando-se a 9,25% do lucro líquido anual. A provisão dos valores relativos à PLR é realizada anualmente, após o encerramento do exercício contábil, e o pagamento ocorre após a aprovação das demonstrações financeiras na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e Outras Informações

Remuneração Diretoria Executiva

	30.06.2026	31.12.2025
Maior	50.663,99	48.593,89
Menor	42.751,92	37.175,58
Média	44.541,93	42.456,64

Outras informações

	30.06.2026	31.12.2025
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	1.047

Remuneração média dos Conselhos

	30.06.2026	31.12.2025
Conselho de Administração	4.837,84	4.631,58
Conselho Fiscal	4.837,84	4.513,42

25. Benefícios a Empregados

a) Benefícios Pós-Emprego

Os Benefícios Pós-Emprego ofertados e patrocinados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de Previdência Complementar e Auxílio Saúde (disponível, também, para empregados da ativa), conforme abaixo:

	Planos	Modalidades	Administração
a)	Liquidados	Benefício Definido – BD (elegível - não elegível) Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	CAPAF
	Assistidos pelo Banco	Benefício Definido – BD	CAPAF
	Auxílio Saúde	Plano de Saúde (contribuição patronal)	Banco da Amazônia
b)	Planos Saldados	Benefício Definido – BD Misto (Benefício Definido – BD e Contribuição Definida – CD)	BB Previdência
c)	Prev Amazônia	Contribuição Variável (CV)	BB Previdência

30.06.2026								
Nº de Participantes	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos	Saldados	Prev Amazônia	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível						
Ativos	1	26	8	-	77	1.737	2.191	4.040
Aposentados	319	160	53	11	673	146	961	2.323
Pensionistas	248	34	56	106	454	12	325	1.235
Total	568	220	117	117	1.204	1.895	3.477	7.598

31.12.2025								
Nº de Participantes	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos	Saldados	Prev Amazônia	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível						
Ativos	1	53	12	-	104	1.655	2.192	4.017
Aposentados	326	138	53	13	664	116	915	2.225
Pensionistas	249	34	56	108	456	10	330	1.243
Total	576	225	121	121	1.224	1.781	3.437	7.485

b) Valores Reconhecidos como Obrigação

O cálculo da obrigação do Banco nos Planos de Benefício Definido é atualizado trimestralmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

	30.06.2026	31.12.2025
Passivos Atuariais (notas n°s 14.a.2 e 23.b.1)	1.048.289	1.023.198
BD Liquidado	667.180	659.787
Misto Liquidado	29.661	23.220
Assistidos pelo Banco	28.616	34.540
Auxílio Saúde	322.832	305.651
Planos Saldados (notas n°s 14.a.3 e 23.b.1)	182.756	190.834
Benefício Definido (PBD)	172.813	177.382
Misto Definido (PMB)	9.943	13.452
Total (nota 23.b.1)	1.231.045	1.214.032

c) Valores Reconhecidos como Cota Patronal

O Banco, como patrocinador, apresenta as seguintes despesas, reconhecidas no resultado do período para os seguintes planos:

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Liquidados - BD e Misto	(395)	(995)
Prev Amazônia	(11.400)	(8.836)
Auxílio Saúde	(11.858)	(35.008)
Total (nota n° 23.b.2)	(23.653)	(44.839)

d) Planos Liquidados, Assistidos pelo Banco e Auxílio Saúde

❖ Planos Liquidados:

- **BD Liquidado (Elegíveis e Não Elegíveis):** para esse Plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar n° 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM n° 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC n° 26/2008. Nos Planos BD Liquidados estão contemplados os participantes elegíveis (tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar n° 109/2001) e não elegíveis (ainda não haviam completado o tempo exigido por ocasião da referida Lei Complementar). Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).
- **Misto Liquidado:** está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Para esse plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar n° 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM n° 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC n° 26/2008. Plano ativo e em extinção (sem novas adesões).

Os Planos Liquidados abrigam 24,39% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes a qual foi suspensa por decisão judicial. A CAPAF, administradora desses planos, encontra-se sob intervenção da PREVIC desde 2011. A Portaria n° 137 de 12 de fevereiro de 2026, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, com vigência até 28 de agosto de 2026 para o prazo de intervenção que trata a Portaria n° 777 de 5 de setembro de 2023.

- ❖ **Assistidos pelo Banco:** trata-se de um plano composto por aposentados de responsabilidade do Banco e está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). Criado antes mesmo da vigência da Lei Complementar n° 109/2001, nesse plano os Benefícios têm valor ou nível previamente estabelecidos, estando fechado a adesões.
- ❖ **Auxílio Saúde:** trata-se de repasse mensal de verba aos beneficiários do programa, mediante crédito em folha de pagamento, a título de reembolso dos valores pagos ao Plano de Saúde, observados os limites estabelecidos e a disponibilidade orçamentária em cada ano. O Programa abrange seus empregados ativos, dirigentes e conselheiros, bem como dos pensionistas e aposentados dos seus quadros funcionais.

d.1) Premissas Atuariais Adotadas

As premissas foram definidas, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	30.06.2026						31.12.2025					
	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Prev Amazônia	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Prev Amazônia
Premissas Financeiras (a.a %)												
Taxa de Juros de Desconto Atuarial (a.a.) – Nominal	12,0	12,0	11,8	11,5	11,8	11,8	12,4	12,4	12,4	12,4	12,4	12,4
Taxa de Juros de Desconto Atuarial (a.a.) – Real	8,0	8,0	7,9	7,5	7,9	7,9	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3
Projeção de Aumentos Salariais (a.a.)	3,7	3,7	3,7	N/A	3,7	4,4	4,8	4,8	4,8	N/A	4,8	4,8
Projeção de Aumentos dos Benefícios (a.a.)	3,7	3,7	3,7	3,7	-	3,7	4,8	4,8	4,8	4,8	2,2	4,8
Projeção de Aumento Real dos Custos com Saúde (HCTR) Média	-	-	-	-	2,2	-	-	-	-	-	-	-
Projeção de Aumentos do Limite e Benefícios do RGPS	3,7	3,7	3,7	-	-	3,7	4,8	4,8	-	-	-	4,8
Taxa de Inflação (a.a.)	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Expectativa de Retorno dos Ativos do Plano	12,0	12,0	11,8	N/A	N/A	11,8	12,4	12,4	12,4	N/A	N/A	12,4

Premissas Demográficas	30.06.2026						31.12.2025					
	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Prev Amazônia	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Prev Amazônia
Taxa de Rotatividade	-	1,1%	-	N/A	0,6%	-	-	1,1%	-	N/A	0,6%	-
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 Female Suavizada em 20%						AT-2000 Female Suavizada em 20%					
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT-2000 Female Suavizada em 20%						AT-2000 Female Suavizada em 20%					
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss						Winklevoss					
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (*)			N/A	Álvaro Vindas (*)			Álvaro Vindas (*)			N/A	Álvaro Vindas (*)
Tábua de Morbidez	N/A						N/A					

(*) Suavizada em 30%.

d.2) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	1º Semestre/2026						1º Semestre/2025					
	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
Custo do Serviço												
Custo do Serviço	-	-	-	-	2.701	2.701	-	-	-	-	(15.169)	(15.169)
Custo de Juros Líquidos	(28.953)	(6.416)	(1.443)	(2.147)	(18.995)	(57.954)	(32.462)	(7.351)	(2.577)	(3.246)	(19.839)	(65.475)
Ganhos/(Perdas) de Reduções	-	-	-	-	-	-	-	-	132	-	-	132
Provisão para Planos de Benefícios e Outros Benefícios	(28.953)	(6.416)	(1.443)	(2.147)	(16.294)	(55.253)	(32.462)	(7.351)	(2.445)	(3.246)	(35.008)	(80.512)
Remensurações do Plano de Benefício												
Ganhos e Perdas sobre as Contribuições dos Participantes	-	(204)	-	-	-	(204)	-	(418)	-	-	-	(418)
Ganhos e Perdas sobre o Ativo	31.417	3.861	(158)	-	-	35.120	30.060	2.617	3.693	-	-	36.370
Ganhos e Perdas sobre o Passivo	11.069	(7.202)	(4.844)	4.655	(12.843)	(9.165)	80.256	15.939	4.846	17.584	6.911	125.536
Total dos Componentes Registrados em Outros Resultados Abrangentes	42.486	(3.545)	(5.002)	4.655	(12.843)	25.751	110.316	18.138	8.539	17.584	6.911	161.488
Total dos Componentes de Benefício Definido	13.533	(9.961)	(6.445)	2.508	(29.137)	(29.502)	77.854	10.787	6.094	14.338	(28.097)	80.976

d.3) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

	1º Semestre/2026						1º Semestre/2025					
	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
(Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(465.875)	(103.237)	(23.220)	(34.540)	(305.651)	(932.523)	(521.132)	(116.695)	(39.254)	(50.771)	(306.533)	(1.034.385)
Contribuições do Patrocinador, Líquidas de Carregamento Administrativo	-	408	4	3.416	11.956	15.784	-	837	12	2.994	6.441	10.284
Provisão para Planos de Benefício Definido	(28.953)	(6.416)	(1.443)	(2.147)	(16.294)	(55.253)	(32.462)	(7.351)	(2.445)	(3.246)	(35.008)	(80.512)
Provisão Adicional Reserva Matemática	(102.048)	-	-	-	-	(102.048)	(102.567)	-	-	-	-	(102.567)
Valor Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	42.486	(3.545)	(5.002)	4.655	(12.843)	25.751	110.316	18.138	8.539	17.584	6.911	161.488
(Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (nota nº 14.a.2)	(554.390)	(112.790)	(29.661)	(28.616)	(322.832)	(1.048.289)	(545.845)	(105.071)	(33.148)	(33.439)	(328.189)	(1.045.692)

d.4) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	1º Semestre/2026						1º Semestre/2025					
	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total	BD Liquidado Elegível	Não Elegível	Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Período	(465.875)	(206.474)	(71.874)	(34.540)	(305.651)	(1.084.414)	(521.132)	(233.390)	(80.556)	(50.771)	(306.533)	(1.192.382)
Custo dos Juros	(28.953)	(12.832)	(4.467)	(2.147)	(18.995)	(67.394)	(32.462)	(14.701)	(5.155)	(3.246)	(19.839)	(75.403)
Custo do Serviço Corrente	-	-	-	-	2.701	2.701	-	-	-	-	(15.169)	(15.169)
Benefícios Pagos pelo Plano	31.417	8.130	9.069	3.416	11.956	63.988	30.060	6.071	3.678	2.994	6.441	49.244
Remensurações de Perdas Atuariais	11.069	(14.404)	(9.688)	4.655	(12.843)	(21.211)	80.256	31.879	9.692	17.584	6.911	146.322
Decorrentes de Ajustes na Experiência	(26.740)	(32.817)	(12.386)	3.488	(60.907)	(129.362)	54.816	10.885	(6.228)	4.394	(27.606)	36.261
Decorrentes de Alterações nas Premissas Financeiras	37.809	18.413	2.698	1.167	48.064	108.151	25.440	20.994	15.920	13.190	34.517	110.061
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Período	(452.342)	(225.580)	(76.960)	(28.616)	(322.832)	(1.106.330)	(443.278)	(210.141)	(72.341)	(33.439)	(328.189)	(1.087.388)

d.5) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

	BD Elegível				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(464.045)	(441.338)	(457.438)	(447.352)	(452.342)
Superávit/(Déficit) do Plano	(464.045)	(441.338)	(457.438)	(447.352)	(452.342)
Variação na Obrigação Atuarial	2,59%	(2,43%)	1,13%	(1,10%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	2,59%	(2,43%)	1,13%	(1,10%)	-

	BD Não Elegível				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em 20%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(229.129)	(222.211)	(229.816)	(221.486)	(225.580)
Superávit/(Déficit) do Plano	(229.129)	(222.211)	(229.816)	(221.486)	(225.580)
Variação na Obrigação Atuarial	1,57%	(1,49%)	1,88%	(1,81%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	1,57%	(1,49%)	1,88%	(1,81%)	-
	Misto Liquidado				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em 20%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(78.424)	(75.576)	(78.115)	(75.837)	(76.960)
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.637	17.637	17.637	17.637	17.637
Superávit/(Déficit) do Plano	(60.787)	(57.939)	(60.478)	(58.200)	(59.323)
Variação na Obrigação Atuarial	1,90%	(1,80%)	1,50%	(1,46%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	2,47%	(2,33%)	1,95%	(1,89%)	-
	Assistidos pelo Banco				
	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em 20%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(29.675)	(27.634)	(28.874)	(28.363)	(28.616)
Superávit/(Déficit) do Plano	(29.675)	(27.634)	(28.874)	(28.363)	(28.616)
Variação na Obrigação Atuarial	3,70%	(3,43%)	0,90%	(0,88%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	3,70%	(3,43%)	0,90%	(0,88%)	-

	Auxílio Saúde				
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 Fem Suavizada em 20%				
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(327.945)	(317.999)	(331.486)	(314.261)	(322.832)
Superávit/(Déficit) do Plano	(327.945)	(317.999)	(331.486)	(314.261)	(322.832)
Variação na Obrigação Atuarial	1,58%	(1,50%)	2,68%	(2,65%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	1,58%	(1,50%)	2,68%	(2,65%)	-

d.6) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	BD Liquidado		Misto Liquidado	Assistidos pelo Banco	Auxílio Saúde	Total
	Elegível	Não Elegível				
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	-	-	(5.403)	(5.403)
Custo de Juros Líquidos	(57.907)	(25.664)	(5.870)	(4.293)	(37.992)	(131.726)
Total da Despesa a Reconhecer	(57.907)	(25.664)	(5.870)	(4.293)	(43.395)	(137.129)
Montantes Esperados Período Seguinte-Normais	-	1.655	33	5.992	12.620	20.301
Total dos Pagamentos Esperados para o Plano	-	1.655	33	5.992	12.620	20.301

d.7) Conciliação dos Saldos do Valor Justo dos Ativos

	1º Semestre/2026				1º Semestre/2025			
	BD Liquidado		Misto Liquidado	Total	BD Liquidado		Misto Liquidado	Total
	Elegível	Não Elegível			Elegível	Não Elegível		
Valor Justo dos Ativos no Início do Período	-	-	25.434	25.434	-	-	2.048	2.048
Receita de Juros	-	-	1.580	1.580	-	-	265	265
Contribuições do Patrocinador	-	408	4	412	-	837	12	849
Contribuições dos Participantes	-	-	4	4	-	-	12	12
Benefícios Pagos pelo Plano	(31.417)	(8.130)	(9.069)	(48.616)	(30.060)	(6.071)	(3.678)	(39.809)
Ganhos/(Perdas) sobre os Ativos do Plano	31.417	7.722	(316)	38.823	30.060	5.234	7.387	42.681
Valor Justo dos Ativos no Final do Período	-	-	17.637	17.637	-	-	6.046	6.046

d.8) Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da duração de cada plano.

d.9) Movimentação da Provisão Relativa aos Planos BD e Misto Liquidado

	Valor da Obrigação em 01.01.2026	Atualizações Resultado	Atualizações PL	Valores Pagos	Saldo em 30.06.2026
Plano BD Liquidado (nota nº 14.a.2)	659.787	80.072	(38.942)	(33.737)	667.180
Plano Misto Liquidado (nota nº 14.a.2)	23.220	1.439	5.002	-	29.661
Total BD e Misto Liquidado	683.007	81.511	(33.940)	(33.737)	696.841

	Valor da Obrigação em 01.01.2025	Atualizações Resultado	Atualizações PL	Valores Pagos	Saldo em 30.06.2025
Plano BD Liquidado (nota nº 14.a.2)	691.692	118.854	(128.453)	(31.177)	650.916
Plano Misto Liquidado (nota nº 14.a.2)	39.254	2.433	(8.539)	-	33.148
Total BD e Misto	730.946	121.287	(136.992)	(31.177)	684.064

d.10) Ações Coletivas

Trata de demandas judiciais ajuizadas contra o Banco. A área jurídica da Instituição vem buscando rescindir decisões através de recursos nas diversas instâncias. As duas principais ações em cursos são:

Ação Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA) - Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Ação Rescisória ingressada pela Advocacia Geral da União (AGU), em abril de 2014, perante o TRT-16ª Região, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF (déficit histórico do plano). Após longa tramitação processual, inúmeras tentativas de acordo, anúncios seguidos de retirada de pauta de julgamento, o processo veio a ser julgado, tendo a composição Plena do TRT-MA, em dezembro de 2022, por maioria de 5 votos a 1, julgado parcialmente procedente a ação movida pela União e BASA, para rescindir a decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara. Interpostos embargos de declaração pelo Sindicato e pelo Banco, foram julgados improcedentes, sendo então, apresentado recurso ordinário pelo SEEB-MA, adesivo pela União, aguardando julgamento no TST. Por ora, não há qualquer repercussão na provisão já estimada.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), (refere-se ao complemento à aposentadoria que deveria ser repassado pela CAPAF preservando a premissa do plano: “como se ativa estivesse”), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 6 de fevereiro de 2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF. Respalçado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 2 de março de 2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho-8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo entrou em pauta de julgamento no mês de julho de 2020, tendo havido pedido de vistas regimentais feitos por uma das desembargadoras presentes na sessão. Processo julgado em agosto de 2020. Ação julgada improcedente, tendo o Banco oposto Embargos de Declaração. Embargos julgados improcedentes. Recurso interposto para o TST, que anulou o julgamento do TRT-8ª Região, em razão da não intimação pessoal da AGU, determinando que seja realizado novo julgamento. Julgamento ocorrido, mantida a decisão, opostos ED, negado provimento. Interposto novo recurso de embargos de declaração. ED julgado e recursos interpostos para o TST, que monocraticamente decidiu pela manutenção da decisão de improcedência da rescisória. Foram então, opostos embargos de declaração contra essa decisão, que agora aguardam julgamento. Processo no TST julgado. Interposto recurso extraordinário.

d.11) Distribuição da Provisão do Plano BD Liquidado

Participantes Abrangidos pela Ação Rescisória
50% das Reservas Matemáticas dos Participantes ainda na Ativa
Adicional de Provisão de Reservas Matemáticas
Total (notas nºs 14.a.2 e 25.d.13)

30.06.2026	31.12.2025
550.236	511.281
14.895	57.831
102.049	90.675
667.180	659.787

d.12) Composição da Provisão referente a Ação Rescisória

100% das Reservas Matemáticas dos Participantes Elegíveis
50% dos que ainda Não Elegíveis
Total

30.06.2026	31.12.2025
452.342	465.876
97.894	45.405
550.236	511.281

d.13) Provisão dos Planos BD e Misto Liquidados

BD Liquidado (notas nºs 14 e 25.d.9)
Misto Liquidado (notas nºs 14 e 25.d.9)
Total

30.06.2026	31.12.2025
667.180	659.787
29.661	23.220
696.841	683.007

d.14) Pagamento de Ações

	30.06.2026	31.12.2025
Desembolso em Cumprimento à Ação Transitada em Julgado (*)	33.737	31.177

(*) Corresponde a valores pagos pelo Banco, para complemento da folha de Benefícios do Plano BD Elegível e Não Elegível face determinação judicial.

Com base nas análises conduzidas, atuais circunstâncias administrativas e judiciais, condensadas acima, é entendimento que a provisão existente em 30 de junho de 2026, é suficiente para fazer frente aos possíveis desembolsos oriundos dos planos administrados pela CAPAF (BD e Misto).

e) Planos Saldados

- ❖ **BD Saldado:** está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD). O plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2014 e está em observância à paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).
- ❖ **Misto Saldado:** este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de percepção do benefício concedido. Referido plano foi saldado com vigência a partir de 01/01/2013 e para este plano de Benefícios é observada a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001. As responsabilidades por déficits ou superávits atuariais, em decorrência do dimensionamento da obrigação Pós-Emprego nos moldes da Resolução CVM nº 110/2022, devem observar a legislação de Previdência Complementar, em especial a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008. Plano ativo e em funcionamento (sem novas adesões).

Os contratos assinados entre o Banco e a BB Previdência, referentes aos Planos Saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de Benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, conforme cláusula contratual, é realizada revisão dos contratos de compromisso financeiros firmados junto à BB Previdência, de acordo com as premissas atuariais para preservar o equilíbrio econômico e financeiro dos Planos Saldados (Plano de Benefício Saldado e Plano Misto Saldado) e, caso necessário, poderá exigir ajuste por parte do Banco.

No semestre, quando da revisão atuarial, não houve necessidade de ajustes no valor registrado do contrato.

A movimentação da provisão e o cronograma esperado de desembolso relativos aos planos BD e Misto Saldados está abaixo apresentada:

	Valor da Obrigação em 01.01.2026	Atualizações Resultado	Atualizações PL	Valores Pagos	Saldo em 30.06.2026
Movimentação da Provisão (nota nº 14)	190.834	10.169	-	(18.247)	182.756

	Até 5 anos	De 5 anos a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Cronograma Esperado de Desembolso (nota nº 14)	134.868	47.888	-	182.756

	Valor da Obrigação em 01.01.2025	Atualizações Resultado	Atualizações PL	Valores Pagos	Saldo em 30.06.2025
Movimentação da Provisão (nota nº 14)	293.572	13.719	-	(50.939)	256.352

	Até 5 anos	De 5 anos a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Cronograma Esperado de Desembolso (nota nº 14)	168.167	88.185	-	256.352

f) Plano Prev Amazônia

Trata-se de um Plano de Contribuição Variável (CV), oferecido aos empregados da ativa, admitidos a partir de 1997 que não possuíam plano de Previdência Complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados". Assegura aos seus participantes, por acumulação de contribuições recolhidas e devidamente capitalizadas,

montante que no momento da entrada da aposentadoria se transformará em benefício, com possibilidade de remuneração vitalícia.

Os riscos relacionados aos benefícios pagos são compartilhados entre: Banco, participantes e assistidos, sendo 50% de responsabilidade do Banco, conforme a Lei Complementar nº 108/2021.

Em 30.06.2026, não há reconhecimento de valores no passivo do Banco, apenas registro no resultado do período relativo à despesa como patrocinador, no montante de R\$ 11.400. O custeio do plano é determinado por avaliações atuariais. Com base nos relatórios atuariais, o Prev Amazônia apresentou, neste período, resultado superavitário de R\$ 10.339.

f.1) Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Custo do Serviço		
Custo de Juros Líquidos	954	-
Provisão para Planos de Benefícios e Outros Benefícios	954	-
Remensurações do Plano de Benefício		
Ganhos e Perdas sobre as Contribuições dos Participantes	-	6
Ganhos e Perdas sobre o Ativo	(8.485)	660
Ganhos e Perdas sobre o Passivo	2.136	(17.418)
Total dos Componentes Registrados em Outros Resultados Abrangentes	(6.349)	(16.752)
Total dos Componentes de Benefício Definido	(5.395)	(16.752)

f.2) Movimentação do (Passivo)/Ativo Reconhecido

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Contribuições do Patrocinador, Líquidas de Carregamento Administrativo	389	-
Provisão para Planos de Benefício Definido	954	16.752
Valor Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	(6.349)	(16.752)
Variação na restrição sobre o ativo	5.006	-
(Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período	-	-

f.3) Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Período	(16.004)	-
Custo dos Juros	(995)	-
Benefícios Pagos pelo Plano	830	1.843
Remensurações de Perdas Atuariais	2.136	(15.982)
Decorrentes de Ajustes na Experiência	1.460	(17.296)
Decorrentes de Alterações nas Premissas Financeiras	676	1.314
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Período	(14.033)	(14.139)

f.4) Análise de Sensibilidade das Principais Hipóteses

	Tábua biométrica AT-2000 Fem Suavizada em 10%		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	-5%	+5%	-0,25%	+0,25%	
Valor Presente Obrigação Atuarial	(14.079)	(13.989)	(14.314)	(13.762)	(14.033)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.372	24.372	24.372	24.372	24.372
Superávit/(Déficit) do Plano	10.293	10.383	10.058	10.610	10.339
Variação na Obrigação Atuarial	0,33%	(0,31%)	2,01%	(1,93%)	-
Variação no Superávit/(Déficit)	(0,45%)	0,42 %	(2,72%)	2,62 %	-

f.5) Receitas e Pagamentos Esperados para o Período Seguinte

	Prev Amazônia
Custo de Juros Líquidos	1.907
Total da Despesa a Reconhecer	1.907

f.6) Conciliação dos Saldos do Valor Justo dos Ativos

	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Valor Justo dos Ativos no Início do Período	31.350	20.292
Receita de Juros	1.948	661
Contribuições do Patrocinador	389	6
Benefícios Pagos pelo Plano	(830)	1.739
Ganhos/(Perdas) sobre os Ativos do Plano	(8.485)	660
Valor Justo dos Ativos no Final do Período	24.372	23.358

26. Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, *Chief Risk Officer* – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido, que tem como escopo as diretrizes para a gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de Liquidez; Risco de Crédito; Risco de Mercado; IRRBB; Risco Social, Ambiental e Climático; Risco Cibernético; Risco Operacional; Risco Legal; Risco de Integridade.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da Gestão de Riscos e de Capital;
- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade; e,
- A governança no Gerenciamento de Riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:
 - A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.
 - Como parte da segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Riscos, fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao Gerenciamento de Riscos, incluindo: desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de Gerenciamento de Riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de Gerenciamento de Riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; Controle Interno; Segurança da Informação e Tecnologia; Sustentabilidade; Gerenciamento de Capital.
 - A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos do Banco da Amazônia consta também no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, publicado trimestralmente no [site](#) institucional do Banco da Amazônia, em atendimento a Resolução BCB nº 54 de 16/12/2020.

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao Risco de Liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco. O monitoramento dos níveis de exposição ao Risco de Liquidez é realizado permanentemente, e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento e controle do Risco de Liquidez:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- Índice de Liquidez de Curto Prazo Estressado: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado num cenário de estresse nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- Índice de Liquidez de Longo Prazo Estressado: o cálculo é uma razão entre recursos estáveis disponíveis – parcela do capital e dos passivos com a qual a instituição pode contar no horizonte de um ano – e recursos estáveis necessários – parte dos ativos, incluindo-se ativos fora de balanço, que devem ser financiados por recursos estáveis por possuírem prazos longos e/ou baixa liquidez.
- Fluxo de Caixa: representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 252 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.

O Índice de Liquidez de Curto Prazo, calculado em 30 de junho de 2026, alcançou 4,33 (4,61 em 31.12.2025). Esse valor significa que, considerando um cenário econômico estável, a instituição possui ativos de alta liquidez suficientes para honrar 100% de suas obrigações líquidas de Curto Prazo nos próximos 30 dias. Um índice acima de 1 indica que a instituição possui um colchão de segurança para lidar com saídas inesperadas de recursos, garantindo sua capacidade de pagamento e demonstrando uma gestão de liquidez eficiente.

Índice de Liquidez de Curto Prazo

	30.06.2026	31.12.2025
Na Data Base	433%	461%
Média dos Últimos 6 meses	463%	462%
Máximo dos Últimos 6 meses	491%	503%
Mínimo dos Últimos 6 meses	433%	432%

Em 30 de junho de 2026, o portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R\$ 23.974.587 (R\$ 20.564.149 em 31.12.2025), representando retração de 16,58% (leve alta de 1% em 31.12.2025). Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos está alocada em Títulos Públicos e Operações Compromissadas, correspondendo a 86,97% (85,6% em 31.12.2025) da Carteira de Tesouraria, em um montante de R\$ 20.850.758 (R\$ 17.609.000 em 31.12.2025). Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde R\$ 17.555.478 (R\$ 15.091.651 em 31.12.2025) em percentual representa 73,13% (73,4% em 31.12.2025) do total do portfólio TVM.

b) Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao Risco de Crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de Risco de Crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

Nos modelos internos de avaliação de Risco de Crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador (que determinará se o mesmo terá acesso ao crédito) e respectivas operações creditícias.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco e percentual de perda correspondentes, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias, influência de variáveis macroeconômicas, etc.

c) Risco de Mercado

O Banco possui um sistema de monitoramento contínuo das suas exposições ao Risco de Mercado, com foco principal nas operações sensíveis às flutuações das taxas de juros e dos índices de preços. Na gestão desses riscos, são empregadas metodologias e instrumentos financeiros amplamente utilizados e validados pelo mercado:

- ❖ *Value at Risk* (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- ❖ Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ VE) da carteira bancária;
- ❖ Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NI) da carteira bancária;
- ❖ Análise de sensibilidade;
- ❖ Testes de estresse;
- ❖ Testes de aderência (*backtesting*); e
- ❖ Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado. Os relatórios gerenciais são diários, semanais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Resolução BCB nº 111/2021.

A mensuração do Risco de Mercado é realizada através do modelo de *Value at Risk* (VaR) e é calculada para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (BACEN, B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2026, o VaR calculado para a Carteira Banco¹ e para a Carteira Tesouraria² foi de R\$ 17.884 e R\$ 8.763 respectivamente (R\$ 13.650 e R\$ 5.714 em 31.12.2025), estando dentro dos limites de referência de 27,71% e 18,80% respectivamente (20,60% e 11,94%). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em status Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de Sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao Risco de Mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para Risco de Mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-ANBIMA, cupom IPCA/NTN-ANBIMA, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): a base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,1766 em 30 de junho de 2026 (R\$ 5,5024 em 31.12.2025) e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,15 % a.a (14,90% em 31.12.2025).

Cenário 2 (Estresse de 25%): foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,4708 em 30 de junho de 2026 (R\$ 6,8780 e, 31.12.2025) e a taxa DI de 1 ano no nível de 17,69% a.a. (18,62% em 31.12.2025), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,7649 em 30 de junho de 2026 (R\$ 8,2536 em 31.12.2025) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 21,22% a.a. (22,35% em 31.12.2025), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MTM dos títulos e valores mobiliários da carteira tesouraria, conforme Resolução BACEN nº 02/2020:

Fatores de Risco	Definição	30.06.2026			31.12.2025		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Prefixadas	(369)	(21.606)	(30.297)	(375)	(4.282)	(7.555)
Índice de Preços	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa dos Cupons de Índice de	(12.866)	(672.533)	(830.705)	(11.338)	(689.853)	(842.994)
Taxa de Juros	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Juros	(2.183)	9.122	17.483	58	11.476	21.479
Total		(15.418)	(685.017)	(843.519)	(11.655)	(682.659)	(829.070)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira. Nos cenários I, II e III, demonstram-se os instrumentos financeiros alocados por fatores de risco que apresentam maior risco (papéis indexados aos índices de preços, IGPM e IPCA). No pior cenário tem-se uma perda no MTM da Tesouraria na ordem de (R\$ 843.519) correspondentes ao cenário 3.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, com o montante de R\$ 21.699.435, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 7,12% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

¹ Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

² Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

- **Operações de Crédito:** a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (*ratings*) de

risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021.

O quadro com as simulações de impacto pode ser observado abaixo:

Carteira Banco + FNO Risco Compartilhado				
Estágios	Provisão Atual			
	30.06.2026		31.12.2025	
	Valores das Operações	Provisão	Valores das Operações	Provisão
1	46.017.449	53.671	46.630.698	47.482
2	8.940.138	72.490	9.400.488	67.102
3	8.257.137	5.423.092	6.792.265	4.296.316
Total	63.214.724	5.549.253	62.823.451	4.410.900

- **Provisões para Demandas Judiciais:** Foram realizadas estimativas com três cenários projetados, considerando os valores em 30.06.2026 e descritas a seguir:

Cenário Provável: utilizou-se a Taxa Selic (projetada de 14,0% para 2026, segundo Relatório Focus-Bacen de 10.07.2026) e o INPC-IBGE (estimado de 5,30% pelo IBGE conforme Boletim Macroeconômico de julho de 2026 da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda).

Cenário Possível: elevou o estresse da taxa Selic e o INPC-IBGE em 25%.

Cenário Remoto: projetou um estresse para a taxa Selic e o INPC-IBGE em 50%.

O quadro a seguir demonstra os efeitos esperados, considerando estas estimativas e cenários:

Análise de Sensibilidade			Cenários					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
Provisões para Demandas Judiciais	30.06.2026	Índice	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Trabalhistas (Indenizações)	421.364	SELIC	14,00%	480.355	17,50%	495.103	21,00%	509.851
Cíveis	369.137	INPC	5,30%	388.701	6,63%	393.592	7,95%	398.483
Fiscais	13.527	SELIC	14,00%	15.421	17,50%	15.894	21,00%	16.368
CAPAF	25.710	INPC	5,30%	27.072	6,63%	27.413	7,95%	27.754
Outras Contingências	610	INPC	5,30%	643	6,63%	651	7,95%	659
Total	830.348			912.192		932.653		953.115

d) Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)

A Circular BACEN nº 3.876/2018, define o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco se concentra nas operações da carteira bancária, que inclui instrumentos financeiros sem intenção de negociação após a aquisição ou originação, como:

- ❖ Captações: depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais;
- ❖ Crédito: fomento e comercial; e
- ❖ Ativos na carteira da tesouraria: classificados em “CA” e “VJORA”.

O Banco da Amazônia mantém um perfil de exposição a Risco de Mercado conservador, com diretrizes e limites monitorados de forma independente, buscando alinhamento com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Brasília.

A Circular BACEN nº 3.938/2019 introduziu novas metodologias e procedimentos para avaliação da suficiência do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), conforme o art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Para fins de apuração do risco da taxa de juros da carteira bancária e observância à Circular BACEN nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas:

- ❖ De Resultado de Intermediação Financeira (Δ NI): avalia o impacto das variações de taxas de juros no resultado da instituição; e

- ❖ De Valor Econômico (Δ EVE): avalia o impacto das variações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos da Instituição.

A partir de junho de 2022, o Banco adotou a metodologia padronizada, que considera a ponderação de 20% Δ EVE e 80% Δ NII, para o cálculo do nível do IRRBB, contemplando cenários de curto/médio prazo para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, é calculado mensalmente. E com base em dados de junho de 2026, o IRRBB apresentou um valor médio de R\$ 158.263, com uma variação média de 9,67%. Caracterizando um aumento nos riscos adversos das taxas de juros em relação ao capital da instituição.

Em junho de 2026, o IRRBB apresentou montante de R\$ 210.640 em que o valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

No teste de estresse empregado sobre o risco de Variação das Taxas de Juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, o Banco utiliza as seguintes abordagens:

- ❖ Abordagem 1: estima o percentual da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao PR, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos.
- ❖ Abordagem 2: estima a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondentes a 5%, 10% e 20% do PR.

e) Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)

A gestão do risco socioambiental e climático no Banco da Amazônia, está estruturada em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021, a partir da utilização de ferramentas de análise e monitoramento de risco das operações selecionadas em conformidade com a matriz de relevância e proporcionalidade do Banco da Amazônia.

O Banco estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, que contempla princípios e diretrizes que norteiam as ações de sustentabilidade e de risco social, ambiental e climático, consideradas as dimensões estratégicas, de governança e econômicas, na atuação do Banco da Amazônia, tanto no aspecto institucional como nas operações de financiamento do Banco.

A concessão de empréstimos e financiamentos é condicionada à apresentação das exigências legais, quando for o caso, tais como certidões de regularidade ambiental e Licenças Ambientais. Em especial os financiamentos concedidos por meio do Crédito Rural, devem estar aderentes às restrições legais impostas pelo Manual do Crédito Rural – MCR.

No Banco da Amazônia, toda a operação rural recebe tratamento de análise socioambiental, realizada em ferramenta contratada, com exceção das dispensadas pelo MCR. A ferramenta cruza diferentes bancos de dados oficiais e produz relatório de acordo com a legislação ambiental e normas do Banco.

Todas as operações do Crédito Rural no Banco da Amazônia recebem análise socioambiental previamente a concessão de forma individual. Os critérios de análise socioambiental estão estabelecidos em normas internas e tem como premissa a mitigação de riscos socioambientais e o atendimento das exigências dos órgãos reguladores. O Banco da Amazônia possui metodologia interna de avaliação de níveis de RSAC aplicada em sistema de avaliação desenvolvido internamente, apurando o RSAC das operações as quais abrange em três níveis: Alto, Médio e Baixo. O gerenciamento de RSAC está estruturado e documentado em Norma de Procedimento interna, a qual determina a validade e periodicidade das avaliações, bem como apresenta as rotinas e procedimentos de gestão do risco.

f) Risco Cibernético

A Segurança da Informação e Comunicações (SIC) é um conjunto de ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, sejam elas físicas ou digitais, contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar eventuais danos, maximizar o retorno dos investimentos e de novas oportunidades de negócio.

A Segurança Cibernética está contida dentro do âmbito da SIC e se configura como um conjunto de tecnologias, processos e práticas projetados para proteger redes, computadores, sistemas e dados de ataques, danos ou acesso não autorizado, permitindo o uso e o compartilhamento da informação digital de forma controlada. Sendo assim, a SIC é de maior abrangência, protegendo tecnologias, pessoas, informações físicas, entre outros, enquanto a Segurança Cibernética visa proteger somente ativos relacionados ao universo digital.

Nessa perspectiva, risco cibernético é o risco que se refere aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.

No Banco, a estrutura de Gerenciamento de Riscos cibernéticos atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.893/2021 e se aplica a toda a Instituição, dispondo de:

- ❖ Política de segurança da informação e cibernética que tem por objetivo estabelecer o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do Banco da Amazônia, considerando uma visão holística e coordenada dos riscos de SIC do Banco para definir e comunicar os princípios, valores, conceitos, diretrizes, controles suficientes à preservação e proteção das informações do Banco da Amazônia e seus respectivos ativos quanto à confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, em todo o seu ciclo de vida, contida em qualquer suporte ou formato.
- ❖ Normas de procedimentos de segurança da informação que apoiam a estratégia definida na Política.
- ❖ Planos de resposta a incidentes de cibersegurança.

- ❖ Comitê de Segurança Corporativa, da Informação e de Comunicações: de caráter consultivo e deliberativo, tem por finalidade participar do processo de gestão Segurança Corporativa, inclusive de Informação e de Comunicações do Banco.

A governança no Gerenciamento de Riscos cibernético adota também a abordagem das três linhas. Onde:

- ❖ A primeira linha, representada pelas áreas de tecnologia, pessoas e contratos é responsável por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos cibernéticos em ativos de tecnologia, recursos humanos e cadeia de suprimento, respectivamente, e pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e, ainda, pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle;
- ❖ Na segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Risco Cibernético define a estratégia e as políticas de segurança, bem como realiza o monitoramento dos riscos, a gestão de incidentes e é responsável pelo acultramento da empresa acerca da segurança da informação. Ainda como parte da segunda linha, a área responsável pela gestão de continuidade de negócio, tema afeto à segurança da informação, é a área de controles internos responsável por definir as diretrizes e procedimentos inerentes a gestão de continuidade de negócios estabelecendo o processo para análise de impacto nos negócios, estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio;
- ❖ A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

g) Risco Operacional

O Banco da Amazônia segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, integrando a gestão do risco operacional à sua estrutura e a todos os níveis hierárquicos. Utiliza normas de procedimento com detalhamento de papéis e responsabilidades da Instituição conforme modelo das três linhas.

Realiza monitoramento contínuo dos eventos relacionados ao risco operacional, mantendo uma base histórica quantitativa e qualitativa de informações, reportando regularmente à Alta Administração. Ressalta-se, ainda, a promoção da cultura voltada à gestão de riscos e controles, com o objetivo de alcançar metas estratégicas e fortalecer a governança corporativa.

h) Risco Legal

Em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil e outros órgãos reguladores, o Banco da Amazônia atua rigorosamente no cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras. A área de Controles Internos monitora com vista a assegurar o atendimento das demandas legais.

Para divulgar normativos externos e monitorar o cumprimento das demandas legais, o Banco utiliza um Sistema de *Compliance* que fornece informações atualizadas sobre normas relacionadas às atividades bancárias para todas as áreas internas relacionadas.

i) Risco de Integridade

O Banco da Amazônia mantém Programa de Integridade estruturado com o objetivo de prevenir, detectar e remediar ocorrências relacionadas à fraude, corrupção, conflito de interesses, nepotismo, desvios de conduta ética e demais irregularidades que possam comprometer o alcance de seus objetivos institucionais.

Alinhada ao programa, a Política de Gestão da Integridade tem por finalidade estabelecer e difundir princípios, objetivos, diretrizes, competências e responsabilidades para a gestão da integridade, essenciais aos processos de governança e à gestão das políticas, programas e normas internas relacionadas.

Além dos programas e políticas, o Banco dispõe de Código de Conduta Ética, Canal de Denúncias e treinamentos, que, dentre outros, fortalecem o ambiente de controle interno da Instituição.

Todas as ferramentas de gestão da integridade passam por um processo de revisão periódica para eventuais ajustes e adequação às melhores práticas de mercado.

j) Gestão de Capital

O processo de gestão de capital adotado pelo Banco é estruturado de forma coerente com a complexidade operacional e os riscos assumidos pela Instituição, visando assegurar qualidade, consistência e transparência do capital, além de cumprir integralmente os requisitos regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura abrange áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento estratégico, controle e monitoramento de riscos, além dos colegiados estratégicos de tomada de decisão.

A Instituição mantém um Plano de Capital que projeta o capital necessário para um horizonte de três anos, incluindo testes de estresse e um plano de contingência para garantir a gestão adequada do capital, alinhada ao apetite de risco definido na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A adequação de capital é gerenciada considerando não apenas as exigências regulatórias, mas também uma meta interna declarada na RAS, superior aos limites mínimos estabelecidos para o Patrimônio de Referência (PR). O Plano de Capital é elaborado de maneira integrada ao Planejamento Estratégico, refletindo os objetivos institucionais e atendendo plenamente às determinações da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pela gestão do capital do Banco, contando com uma unidade administrativa específica estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Detalhes da estrutura de Gerenciamento de Capital encontram-se disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, disponível no [site](#) do Banco da Amazônia.

k) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A instituição mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução.

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2026 com PR de R\$ 7.107 milhões, apresentando uma redução de 1,83% em comparação ao registrado no segundo semestre de 2025 (R\$ 7.240 milhões em 31.12.2025). No mesmo período os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) apresentaram crescimento de 0,17% passando de R\$ 54.521 milhões para R\$ 54.613 milhões, resultando em um Índice de Basileia de 13,0%, acima do requerimento exigido, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	7.107.924	7.240.499
PR Nível I	7.107.924	7.240.499
Capital Principal	7.107.924	7.240.499
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	54.612.883	54.521.239
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	47.676.672	48.033.479
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	69.418	32.087
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	6.866.793	6.455.672
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	2.457.580	2.453.456
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	3.276.773	3.271.274
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	4.369.031	4.361.699
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Principal Mínimo Requerido	4.650.344	4.787.043
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	3.831.151	3.969.224
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,0%	13,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,0%	13,3%
Índice de Basileia (PR / RWA) ⁽⁴⁾	13,0%	13,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

⁽⁴⁾ Mínimo exigido pelo BACEN - 8%.

27. Outras Informações

a) Avais e Fianças Prestados

	30.06.2026	31.12.2025
Garantias Prestadas, Inclusive Risco de Crédito do FNO	10.354.675	10.740.126
Retenção de Risco em Cessões de Crédito - Operação Baixada	576	527
Total	10.355.250	10.740.653

b) Seguros

• Seguro Predial

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 175.375 até 19.12.2026 com prêmio líquido de R\$ 232, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

• Seguro D&O

O Banco, através de seu estatuto social, artigo 22, mantém contrato de seguro de responsabilidade civil, cuja cobertura é de R\$ 30.000 até 01.01.2027, com prêmio de R\$ 600 até 01.01.2027, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, no 1º semestre de 2026 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 1º semestre de 2026 foi de R\$ 353.060 (R\$ 575.159 1º semestre/2025).

d) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o Banco conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das demonstrações financeiras e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das demonstrações financeiras e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (CGU), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O Banco compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das demonstrações financeiras do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

e) Processo de Investigação “Boi de Papel”

Em março de 2024, foi deflagrada pela Polícia Federal a operação “Boi de papel”, que trata de indícios de emissão de Guias de Transporte de Animal Vivo (GTAs) potencialmente falsas, por órgão estadual competente. A administração do Banco vem tomando todas as medidas cabíveis, como: a) Apuração de responsabilidades através da Corregedoria Interna do Banco sobre possível envolvimento de empregados; b) Monitoramento e fiscalização das operações potencialmente envolvidas de forma a avaliar um possível desvio de finalidade do recurso do FNO. Se caracterizado tal desvio de finalidade, as operações sofrerão as sanções conforme disposto no Manual de Crédito Rural – MCR, item 2.8.3, quanto à desclassificação das operações.

As avaliações realizadas até o momento confirmaram que as operações potencialmente envolvidas não colocarão em dúvida a qualidade das informações trimestrais do FNO, tendo em conta o histórico creditício no Banco e no Sistema Financeiro Nacional dos clientes, o patrimônio dos clientes e a colateralização das operações potencialmente envolvidas, sem prejuízo da continuidade do monitoramento e fiscalização dessas operações, principalmente quanto ao já mencionado possível desvio de finalidade do recurso do FNO.

A administração do Banco continuará acompanhando a evolução das apurações pela Corregedoria Interna do Banco, bem como avaliará ações relativas ao aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco, envidando esforços constantes em busca da eficiência e qualidade na aplicação do FNO.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

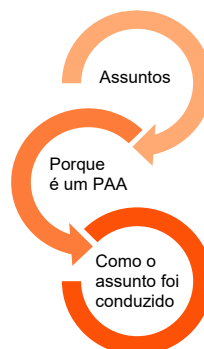
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(d.3), (d.4), (d.5), (d.6) e 8) A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito desde o momento do reconhecimento inicial da operação, incluindo os efeitos do passado, a situação presente e as expectativas futuras, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios. Dessa forma, a provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento sobre a apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica e (vi) elaboração das notas explicativas. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os modelos de perdas associadas ao risco de crédito, considerando os parâmetros e critérios desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como realizamos testes sobre a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela Resolução nº 4.966 do CMN. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na Resolução nº 4.966 do CMN, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 16(b), (c), (d)) O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de



Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
líquido, decorrentes principalmente de despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros. Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido ao montante registrado de R\$ 2,296 bilhão e pelo fato de o estudo de realização desses ativos envolver certo grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco.	resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade dessas premissas para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas. Efetuamos a leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração na mensuração do valor recuperável do ativo fiscal diferido são consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.
Benefícios a empregados (Notas 3(h), 14 e 25)	
Em 30 de junho de 2026, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelo Banco que totalizam R\$ 1,048 bilhão. Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio-saúde, administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (CAPAF) e pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil. Os benefícios a empregados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais, incluindo, entre outras, tabela de mortalidade e taxa de desconto.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tabela de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre as premissas utilizadas pela Administração na mensuração dos benefícios pós-emprego são



Banco da Amazônia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Devido à incerteza associada às premissas destacadas acima envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de previdência complementar e de auxílio-saúde, bem como na definição dos valores prováveis de desembolso, mantivemos este assunto significativo em nossa auditoria.	consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles



Banco da Amazônia S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou



Banco da Amazônia S.A.

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Paulo Rodrigo Pecht
Signed By: PAULO RODRIGO PECHT 2518592824
CRL: 2518592824
Signer Role: Partner
Signing Time: 28 August 2026 12:41 BRT
O: CP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB v3

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Relatório semestral resumido das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – referente às Demonstrações Financeiras de 30.06.2026

Introdução

Este relatório, contempla as reuniões realizadas após a publicação das Demonstrações Financeiras (DFs) de 31 de dezembro de 2025 até a publicação Demonstrações Financeiras (DFs) de 30 de agosto de 2026, compreendendo o período de 17 de abril de 2026 a 28 de agosto de 2026.

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banco da Amazônia foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, e da Resolução CVM nº 23, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração. O mandato dos membros é de 3 anos e os membros são nomeados pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios técnicos e os constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Atribuições e responsabilidades

O Banco da Amazônia S.A. adota o modelo das Três Linhas para a estruturação de sua governança e gestão de riscos, com o objetivo de garantir a integridade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras, bem como a eficiência de seus controles internos e conformidade regulatória.

As áreas de negócios (1ª linha) do Banco da Amazônia são responsáveis pela definição e implementação de processos e procedimentos para a elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com a legislação societária, as práticas contábeis brasileiras e os normativos do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ademais, gerencia os controles internos voltados à salvaguarda de ativos, ao reconhecimento tempestivo de passivos e à mitigação de riscos corporativos, com o apoio da Diretoria Executiva.

As áreas de Gestão de Riscos (GERIS), de Controles Internos e Compliance (GECIN), considerada 2ª linha, são responsáveis pelo apoio e pela supervisão e implementação das políticas de gestão de riscos e conformidade do Banco, garantindo a aderência às normativas internas e regulatórias, bem como o monitoramento contínuo da eficácia dos controles internos.

A Auditoria Interna (3ª linha) desempenha um papel essencial na avaliação da qualidade e efetividade dos controles internos, bem como no cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela Administração, incluindo a revisão dos processos de elaboração das demonstrações financeiras.

A Auditoria Independente, por sua vez, examina as demonstrações financeiras do Banco e emite parecer sobre sua aderência às normas contábeis aplicáveis, além de fornecer relatórios com recomendações para aprimoramento de procedimentos contábeis e controles internos.

As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Banco, em consonância com os requisitos definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, no artigo 31-D da Resolução CVM nº 23, de 26/02/2021.

Atividades Desenvolvidas

O processo de supervisão conduzido pelo Comitê de Auditoria e que se fundamenta em suas avaliações, baseia-se nas informações fornecidas pela Administração, nas apresentações realizadas pelos diretores e pelas áreas de negócios e de suporte, nos resultados dos trabalhos do auditor independente (PwC), na análise das atividades da área de gestão de riscos, de controles internos e compliance e nas avaliações efetuadas pelos auditores internos.

Nesse período, o Comitê reuniu-se 23 dias, totalizando 51 reuniões, formalizadas em atas, além da participação nas reuniões de Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Os principais assuntos e temas que demandaram mais atenção deste colegiado, destacam-se:

- revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com data-base de 31.3.2026, no padrão CVM e semestral, com data-base de 30.6.2026, no padrão Cosif;
- acompanhamento da execução do plano de trabalho da auditoria independente e de seus relatórios;
- análise dos relatórios emitidos pelo atuário a serviço do Banco da Amazônia e avaliação da razoabilidade dos parâmetros e premissas em que se fundamentam os cálculos do passivo atuarial;
- acompanhamento do projeto de aprimoramento dos processos da contabilidade;
- acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna 2026 (PAINT 2026), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna;
- acompanhamento das atividades relacionadas a Gerência de Segurança Corporativa, com destaque para os assuntos de segurança cibernética, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP) e programa de prevenção a fraudes;
- acompanhamento das atividades relacionadas a Gerência de Controles Internos e pela Corregedoria e pela Ouvidoria.

Conclusão

É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF). Remanesce a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco.

Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento e, respeitadas as suas atribuições, limitações e prerrogativas, o COAUD avalia que no processo de elaboração das demonstrações financeiras e no respectivo ambiente de controles internos

ainda persistem fragilidades que indicam necessidade de correção, a fim de adequar ao porte e à complexidade das operações garantindo a integridade e a qualidade das demonstrações financeiras. O COAUD reconhece as ações em curso pela Administração para o tratamento das fragilidades identificadas e reforça a importância de sua continuidade, observando-se os prazos e cronogramas estabelecidos para a implementação das medidas corretivas.

Ademais, reitera a constatação de que o sistema de controles internos apresenta oportunidades de melhoria, em especial na fase de acompanhamento das operações de crédito concedidos, na gestão dos controles gerais de tecnologia da informação, nos processos de continuidade de negócios, riscos operacionais, nos processos de prevenção a fraudes, de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e de Segurança Cibernética, inclusive sobre a tempestividade no envio da documentação aos órgãos de governança e de atendimento a requisitos legais e regulatórios.

A Auditoria Interna desempenhou suas funções com independência técnica e objetividade. A Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte deste Comitê.

Diante do exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas responsáveis por assuntos contábeis, por controles internos e compliance, além da auditoria interna, bem como o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e reconhecendo as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, entende que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos realizados e descritos neste relatório, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras referentes a 30 de junho de 2026, em Cosif. Assim, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração da divulgação dessas demonstrações financeiras na forma das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Belém (PA), 28 de agosto de 2026.

Corinto Lucca Arruda (Coordenador do COAUD)

Jorge Roberto Albuquerque Roque (Membro independente do COAUD)

Marco Antonio Mayer Foletto (Membro independente do COAUD)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Ref.: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A –
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

As análises das demonstrações supracitadas foram complementadas, ainda, por exame de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração do Banco.

Os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras. Os pontos de aperfeiçoamento dos processos internos identificados na elaboração das demonstrações financeiras, que demandarão ações por parte da administração, serão acompanhados por este Conselho.

Com base nas análises efetuadas e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, o Conselho Fiscal manifesta-se que os referidos documentos societários relativos ao primeiro semestre de 2026 estão em condições de serem encaminhados para apreciação dos Acionistas.

Belém (PA), 28 de agosto de 2026.

QUÊNIO CERQUEIRA DE FRANÇA

Presidente

ALEX PEREIRA BENÍCIO

Conselheiro

JULIANO MOURA DE OLIVEIRA

Conselheiro

LETÍCIA PEDERCINI ISSA

Conselheira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e concordou que as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras referentes ao 1º semestre de 2026.

Belém (PA), 28 de agosto de 2026.

**ANTONIO MANOEL MARQUES GUEDES DA
CRUZ JUNIOR**
Presidente

LUIZ CLAUDIO MOREIRA LESSA
Conselheiro

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR
Conselheiro

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES
Conselheira

JORGE ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

ARNALDO MARQUES DE ALMEIDA
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2026, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 28 de agosto de 2026.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório da PwC - Auditores Independentes, sobre as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 28 de agosto de 2026.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Diego Santos Lima
Diretor

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Manoel Marques Guedes da Cruz
Junior
Presidente

Luiz Claudio Moreira Lessa
Conselheiro

Rodrigo Octávio Orair
Conselheiro

Maria Abadia da Silva Alves
Conselheira

Jorge Roberto Albuquerque Roque
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

Arnaldo Marques de Almeida
Conselheiro

COMITÊ DE AUDITORIA

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Marco Antonio Mayer Foletto
Membro

Jorge Roberto Albuquerque Roque
Membro

CONSELHO FISCAL

Quênio Cerqueira de França
Presidente

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Regis Anderson Dudena
Conselheiro

Letícia Pedercini Issa
Conselheira

CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza
CRC-PA 012778/O-3